

NILSON CEZAR MARIANO

**MONTONEROS NO BRASIL**

Terrorismo de Estado no seqüestro-desaparecimento  
de seis guerrilheiros argentinos

**Porto Alegre  
2006**

NILSON CEZAR MARIANO

**MONTONEROS NO BRASIL**

Terrorismo de Estado no seqüestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

**Orientador:**

Prof. Dr. Helder Gordim da Silveira

**Porto Alegre  
2006**

**DEDICATÓRIA**

*À memória dos familiares das vítimas do  
Terrorismo de Estado no Cone Sul,  
que não esquecem, 'no olvidan'.*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Prof. Dr. Helder Gordim da Silveira, o Orientador desta pesquisa, pela paciência com as limitações do aluno, pelos ensinamentos, pelas correções precisas, pela memória de elefante que não 'olvida'.

A Claudia Allegrini, de Buenos Aires, pela confiança em revelar segredos dos guerrilheiros Montoneros e facilitar o acesso a documentos.

A Jair Krischke, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre (MJDH), pelas sugestões e pelo acesso ao acervo da entidade.

A Felipe Mariano, pela ajuda em informática.

A Susana Faller, pela compreensão.

## RESUMO

O Brasil se envolveu no seqüestro de seis argentinos do grupo *Montoneros*, entre 1974 e 1980, quando vigorou o pacto secreto entre as ditaduras militares do Cone Sul para perseguir adversários políticos. Os guerrilheiros ligados ao Peronismo foram capturados no Paraná, no Rio de Janeiro e na fronteira do Rio Grande do Sul. Removidos para a Argentina, foram torturados e mortos em prisões clandestinas, os corpos desapareceram. O episódio é um dos mais reveladores da Operação Condor, como foi chamada a articulação entre os aparatos repressivos da Argentina, do Brasil, do Chile, da Bolívia, do Paraguai e do Uruguai. Também evidencia como o Terrorismo de Estado praticado pelos regimes autoritários ultrapassou as fronteiras entre os países.

**Palavras-chave:** Ditaduras militares do Cone Sul, guerrilheiros Montoneros, Operação Condor, Terrorismo de Estado, Brasil e Argentina.

## ABSTRACT

Brazil took part in the kidnapping of six Argentinians from the Montonero movement between 1974 and 1980, when the secret pact among the South Cone military dictatorships to persecute political adversaries was operative. The guerrillas connected to Peronism were captured in Paraná, Rio de Janeiro and in the border of Rio Grande do Sul. They were taken to Argentina where they were tortured and killed in secret detention centers and the bodies disappeared. This is one of the most revealing episodes under Operation Condor, as was called the coordination among the repressive apparatuses from Argentina, Brazil, Chile, Bolivia, Paraguay and Uruguay. It also makes apparent the cross-border State Terrorism practiced by the authoritarian regimes.

**Keywords:** South Cone military dictatorships, Montonero guerrillas, Operation Condor, Brazil, Argentina.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	07
1 AS DITADURAS MILITARES DO CONE SUL .....	13
1.1 O bloco autoritário .....	13
1.2 A Operação Condor .....	17
1.3 A articulação das esquerdas .....	21
1.4 Os crimes além-fronteiras .....	23
1.5 Brasil agiu na região .....	28
1.6 Brasileiros em perigo.....	31
1.7 As faces da barbárie .....	34
2 OS GUERRILHEIROS ARGENTINOS .....	36
2.1 Os soldados de Santa Evita .....	36
2.2 Os cordéis de Perón .....	40
2.3 O sumiço de Ernesto.....	44
2.4 O ciclo seqüestro-tortura-seqüestro .....	47
2.5 Os morcegos do B. 601.....	49
2.6 O bispo e o 'cabezón' Norberto.....	54
2.7 O último "Trem da Vitória" .....	57
2.8 O sol do Rio de Janeiro .....	60
2.9 "¡Mon-to-ne-ros, Carajo!..." .....	63
2.10 "¡Compañeros, rompan fila!" .....	66
2.11 Entre culpas e remorsos.....	69
2.12 O regozijo do general.....	71
3 O RIO GRANDE DO SUL NA REDE CONDOR.....	74
3.1 O capelão dos Montos .....	74
3.2 A caçada a religiosos.....	79
3.3 Marcadores ficavam na janela .....	82
3.4 Dois valentes 'muchachos'.....	88
3.5 A estância La Polaca.....	92
3.6 Revelações do 'chupadero' .....	95
3.7 Cadáveres na praia .....	98
CONCLUSÃO .....	106
BIBLIOGRAFIA .....	109
ANEXOS .....	115

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação aborda como as ditaduras militares do Cone Sul cooperaram entre si para capturar ativistas de esquerda, na década de 1970 e início dos anos 1980. O foco da pesquisa é o seqüestro de seis argentinos *Montoneros*, o grupo guerrilheiro ligado ao Peronismo. Eles foram apanhados no Rio de Janeiro, no Paraná e no Rio Grande do Sul, em diferentes datas, quando tentavam entrar ou sair do território brasileiro. Enviados para campos de concentração na Argentina, desapareceram. Os corpos jamais foram localizados.

O objetivo central é examinar como o episódio revela o pacto secreto – a chamada Operação Condor – para combater o que os regimes autoritários acreditavam ser a ameaça internacional do comunismo. De forma clandestina e transnacional, as ditaduras interligaram os aparatos repressivos para perseguir adversários políticos além das fronteiras entre os países. Unidas, levaram ao extremo a prática do Terrorismo de Estado, com seqüestros, prisões, torturas, assassinatos e ocultação de cadáveres.

Este trabalho concentra-se no envolvimento do Brasil no seqüestro-desaparecimento dos *Montoneros* argentinos. Mas pretende analisar questões em torno do objetivo acima referido. Primeiramente, a ditadura brasileira aderiu ao esquema de articulação no Cone Sul apesar de não estar no mesmo nível repressivo em relação à Argentina, ao Chile e ao Uruguai. Quando foi criada a Operação Condor, no final de 1975, o Brasil anunciava distensão “lenta e gradual”, havia desmantelado a guerrilha, começava a desinfetar seus porões. No entanto, o entendimento era de que a tarefa não estava concluída. Deveria auxiliar os países vizinhos, na época no auge da repressão. Sobretudo, precisava coibir o trânsito de subversivos estrangeiros pelo território.

Esta pesquisa também trata da figura do Estado Delinqüente, quando age à margem da lei e se volta contra o próprio cidadão. Ao montarem a Operação



Condor, os governos militares desrespeitaram as fronteiras políticas e geográficas entre as nações, aboliram tratados de proteção a refugiados (mesmo os que estavam sob as asas da Organização das Nações Unidas, a ONU) e ignoraram leis de direito internacional. Na definição do juiz espanhol Baltasar Garzón<sup>1</sup>, a Condor foi uma “organização delitiva” com o propósito de subjugar populações pelo medo e impor o modelo político e econômico dos regimes fardados.

A base teórica desta dissertação será construída a partir de pesquisas como a de Alain Touraine<sup>2</sup>, que esmiuçou a formação dos Estados autoritários na América do Sul. A escolha se deve ao fato de que Touraine investigou o nascimento das ditaduras (nos anos 1960) e depois (em 2002, aos 77 anos de idade) retornou ao Cone Sul para acompanhar a abertura dos arquivos que expunham a Operação Condor. Nessa visita, ele declarou:

*La recuperación de la palabra es algo fundamental. Por eso tanta gente está buscando en el pasado o en el presente, las palabras de los que perdieron la vida, de los que fueron torturados. La memoria nos ayuda a reconstruir el pasado, quienes la pierden, tampoco recuperan su historia.*<sup>3</sup>

Na parte que trata da Argentina, a que mais aplicou o terrorismo estatal para eliminar opositores, incluindo aí os *Montoneros*, emprega-se a obra do cientista político Guillermo O'Donnell<sup>4</sup>. Ele defende que as ditaduras dos anos 1970 foram mais cruentas e autoritárias, na comparação com as da década anterior. Isso explica a superação de rivalidades históricas, como as de Brasil-Argentina, Argentina-Chile e Chile-Bolívia, em favor do objetivo comum: atuação conjunta para deter o avanço comunista.

Como está consolidado que a Argentina mergulhou na barbárie (o número de mortos e desaparecidos ultrapassa a soma do total de vítimas das outras ditaduras

---

<sup>1</sup> Magistrado que mandou prender o general chileno Augusto Pinochet (1998, em Londres), acusando-o de mentor da Operação Condor. *OPERATIVO*, 1999.

<sup>2</sup> TOURAINÉ, 1989.

<sup>3</sup> Declaração de Touraine à *BBC World Service* para América Latina, divulgada em 23 de dezembro de 2002, às 13h18min.

<sup>4</sup> O'DONNELL, 1999.

associadas à Operação Condor), recorre-se ao trabalho de Eduardo Luis Duhalde<sup>5</sup>. Argentino como Guillermo O'Donnell, Duhalde constatou que a máquina de repressão estava a serviço de uma doutrina: exterminar o inimigo aos milhares, desarticular a sociedade e as instituições, neutralizar os hesitantes pelo horror, “um horror real”, como definiu.

Tanto O'Donnell como Duhalde são escolhidos em razão dos estudos sobre as variações do Terrorismo de Estado argentino. Com ambos, valoriza-se o especialista local, tendo por contraponto a visão do francês Touraine.

O primeiro capítulo deste trabalho mostra como as ditaduras militares (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) dominaram a região do Cone Sul pelo terror e depois se aliaram na Operação Condor, promovendo um genocídio estimado em 35 mil mortos e desaparecidos. A segunda parte é sobre os *Montoneros*, sua trajetória de ousadias e contradições, e como organizaram a fracassada Contra-ofensiva de 1979-80 fazendo escalas pelo Brasil para chegar à Argentina. Na seção final, destacam-se os seqüestros ocorridos no Rio Grande do Sul.

Nas pesquisas para elaborar a dissertação, opta-se pela diversificação das fontes. O que mais sustenta empiricamente este trabalho, pelo ineditismo e pela consistência dos documentos, é um processo judicial movido na Justiça Federal da Argentina. Ele contém 8.544 documentos distribuídos em 33 pastas. Na seleção desse acervo, seguiu-se a recomendação de Barbara Tuchman<sup>6</sup> para “destilar” rejeitando o irrelevante, o que resultou em aproximadamente 10% das peças. Elas trazem informes do Exército Argentino, do Poder Judiciário, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Interior, da Polícia Federal, da Organização dos Estados Americanos (OEA), da Comissão Inter-americana de Direitos Humanos (CIDH), da Anistia Internacional, da Liga Argentina pelos Direitos do Homem, do Consulado da Itália, da Embaixada da Espanha, além de depoimentos de repressores e de guerrilheiros *Montoneros*.

---

<sup>5</sup> DUHALDE, 1999.

<sup>6</sup> TUCHMAN, 1995, p. 10.

A pesquisa inclui cartas entre *Montoneros*, documentação pessoal de argentinos seqüestrados no Brasil (cedida pelas famílias), notícias de jornais, como *La Prensa*, *La Razón*, *Clarín*, *La Voz*, *Crónica*, *La Opinión* e *TXT* (da Argentina), *El Nacional* e *Uno Más* (México), *O Globo* e *Folha de S. Paulo* (Brasil), *Le Monde* (França), *El Diario* e *Equis-x* (Peru). Apesar da variedade das publicações, essas notícias são esparsas, porque via de regra a Imprensa divulgou somente o que interessava aos regimes militares. Na maioria das vezes, imperou o silêncio.

Nas pesquisas feitas no Cone Sul, utiliza-se a documentação do chamado “Arquivo do Terror”, do Paraguai, que contém 700 mil fólios e revela a aliança entre as ditaduras. Também são consultados os relatórios “Nunca Mais” (inventários dos crimes) produzidos por entidades de direitos humanos, além do documento “Genocídio e Terrorismo”, do Juizado Nº 5 – Audiência Nacional de Madri, do juiz Baltasar Garzón.

A escolha pelos *Montoneros* se justifica. A repressão brasileira foi conivente com o seqüestro de militantes de outros grupos guerrilheiros em seu território. Há o caso dos uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Díaz, do Partido pela Vitória do Povo (PVP), em novembro de 1978, no Rio Grande do Sul. Antes, em 1974, quatro paraguaios do Movimento Popular Colorado (Mopoco), a dissidência do partido oficial, foram apanhados em Foz do Iguaçu, no Paraná. Porém, os *Montoneros* foram os mais atingidos, em número de pessoas e nas conseqüências. Enquanto as demais vítimas sobreviveram, eles foram assassinados.

O que aconteceu aos *Montoneros* será esquadrihado principalmente a partir de documentação da Argentina. Como são raros e incompletos os documentos brasileiros a respeito, prepondera a visão argentina sobre os seqüestros-desaparecimentos. No futuro, se o Brasil disponibilizar registros da Operação Condor, a intenção do autor desta dissertação é retomar as pesquisas.

Um alerta se faz necessário: o autor desta dissertação não cogita ser um historiador, é apenas um jornalista estudante de História. Nada além disso. Neste trabalho, tenta se guiar pelas regras do ofício de historiador, inclusive a que manda

confessar a impossibilidade de esclarecer determinados acontecimentos, como apregoa Marc Bloch<sup>7</sup>:

É sempre desagradável dizer: não sei, não posso saber! Só se deve dizê-lo depois de tê-lo energeticamente, desesperadamente buscado. Mas há momentos em que o mais imperioso para o cientista é, tendo tentado tudo, resignar-se à ignorância e confessá-lo honestamente.

As ditaduras queimaram arquivos, ou nem registraram suas operações clandestinas, na estratégia de impedir a futura reconstrução da memória. Como desmanchavam cadáveres em fornos de cal e atiravam prisioneiros sedados em alto-mar para esconder as provas dos crimes, pouco lhes custava incinerar papéis.

O que prepondera nesta dissertação é o esforço em analisar um crime de lesa-humanidade, que continua impune e insolúvel. Presta-se atenção a um dos conselhos de Paul Veyne<sup>8</sup>, sobre a obrigação de “explicar e explicar”, não se contentar apenas com a narração dos fatos. E a explicação que se busca é óbvia: o Rio Grande do Sul e o Brasil integraram a rede – secreta, terrorista e multinacional – para caçar opositores de esquerda no Cone Sul.

---

<sup>7</sup> BLOCH, 2002, p. 76.

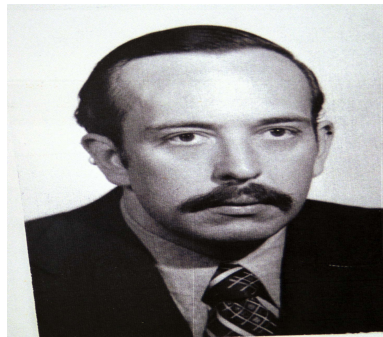
<sup>8</sup> VEYNE, 1998, p. 81- 86.

## Montoneros

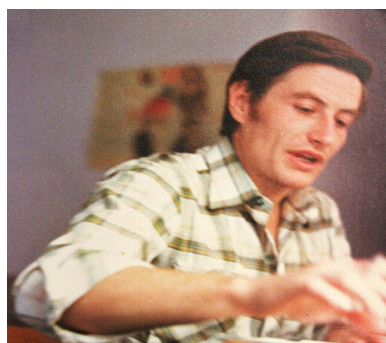
Os seis argentinos seqüestrados-desaparecidos em solo brasileiro:



**Enrique Ernesto Ruggia**



**Norberto Habegger**



**Horacio Domingo Campiglia**



**Mónica Pinus de Binstock**



**Padre Jorge Oscar Adur**



**Lorenzo Ismael Viñas**

## 1 AS DITADURAS MILITARES DO CONE SUL

*“Hay quienes imaginan el olvido como un depósito desierto / una cosecha de la nada y sin embargo el olvido está lleno de memoria.”*

**Mario Benedetti**

### 1.1 O bloco autoritário

O envolvimento do Brasil no seqüestro de seis militantes de esquerda argentinos não foi obra do acaso, um episódio isolado, desconectado da realidade dos anos 1970 e início dos 1980. Os seis *Montoneros*<sup>1</sup> desapareceram quando os países do Cone Sul estavam dominados por ditaduras militares que chegaram a se unir para ampliar o raio de ação do Terrorismo de Estado.

Antes de abordar o seqüestro-desaparecimento dos seis *Montoneros* – o tema desta dissertação –, convém examinar como funcionou o bloco autoritário dos anos 1970.<sup>2</sup> Ele se formou aproveitando as bases do regime do Brasil, inaugurado em 1964, e da pré-experiência antipopular da Argentina, em 1966. Ao se materializar, revigorou a vetusta ditadura do Paraguai, onde o general Alfredo Stroessner Matiauda dera um golpe de Estado ao melhor estilo dos caudilhos latino-americanos<sup>3</sup>, em maio de 1954.

---

<sup>1</sup> O grupo surgiu em 1968/69, combinando dedicação ao casal Evita-Juan Domingo Perón com os ideais revolucionários de Ernesto Che Guevara. O nome foi inspirado nas Montoneras, como eram chamadas as guerrilhas a cavalo que lutaram pela independência da Argentina no início do século XIX.

<sup>2</sup> Para definir as ditaduras do Cone Sul, opta-se pela teoria do autoritarismo, segundo a qual governos impopulares, comandados por militares e civis, exercem o controle repressivo da população para conter demandas sociais e impor um modelo econômico. Como é diferente do totalitarismo, o autoritarismo latino-americano aproxima-se mais da Espanha de Franco do que do fascismo da Itália. (TOURAINÉ, 1989, p. 369).

<sup>3</sup> SIMON G., 1992, p. 23-50.

A escalada ditatorial dos anos 1960 serviu para justificar e amplificar os golpes da década seguinte. Inspirados nos vizinhos, sobretudo no Brasil, o mais sólido governo do continente, Uruguai e Chile também recorreram à solução autoritária, ambos em 1973. Dando continuidade ao efeito dominó que foi aniquilando democracias em seqüência, a Argentina completou a última peça do tabuleiro, em março de 1976.

Crise econômica e debilidade política explicam como o Cone Sul sucumbiu ao autoritarismo. Alain Touraine observou que os dois fatores, ao se conjugarem, não pouparam nem as democracias civílicas do Uruguai e do Chile<sup>4</sup>. Ao contrário de Brasil, Bolívia, Argentina e Paraguai, sacudidos por quarteladas ao longo do século XX, uruguaios e chilenos orgulhavam-se da sua trajetória de estabilidade institucional.

Ao pesquisar a formação dos Estados autoritários na América do Sul, Touraine ressaltou que as ditaduras foram instrumento de defesa de um capitalismo em crise e acossado por pressões sociais. Os golpes eclodiram justamente no momento de penúria econômica e de ebulição dos movimentos populares. Os militares não tinham um projeto único de nação, segundo Touraine, mas foram unânimes na missão de eliminar a ameaça comunista e destruir o que restava do modelo nacional-popular (Juan Domingo Perón, na Argentina; Salvador Allende, no Chile; João Goulart, no Brasil).

Assim como ocorreu na década de 1960, prolongadas turbulências precederam os golpes nos anos 1970. O Uruguai foi estremecido pelos Tupamaros (referência ao líder inca Tupac Amaru), que realizaram atos de repercussão internacional. Os denominados *Tupas* seqüestraram o cônsul brasileiro em Montevideú, Aloísio Dias Gomide, libertando-o após 206 dias de cativo, e executaram o policial norte-americano Daniel Anthony Mitrione, sob a justificativa de que ensinava técnicas de tortura a repressores.

Na Argentina, as convulsões ficaram por conta do Exército Revolucionário do Povo (ERP) e dos *Montoneros*. Na Bolívia, despontava o Exército de Libertação

Nacional (ELN), que herdara o manto revolucionário de Che Guevara, que lutara nas montanhas do país até ser capturado e morto.

No Chile, destacava-se o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), mas o que açulou golpistas como Augusto Pinochet Ugarte foi o governo socialista de Salvador Allende. Ao nacionalizar minas de cobre, contrariou grandes empresas dos Estados Unidos e da Europa. Ao repartir os latifúndios entre os pequenos agricultores, promoveu uma reforma agrária que atraiu a fúria da elite local. Resultado: na América do Sul, o Chile foi o que mais catalisou os efeitos da Guerra Fria, o que mais se dividiu entre adeptos dos Estados Unidos e da ex-União Soviética<sup>5</sup>.

O êxito da revolução de Cuba (1959) embalava os movimentos guerrilheiros no Cone Sul – Fidel Castro e Che Guevara eram os exemplos a seguir. Mas a opção de tomar o poder pelas armas fracassou. A guerrilha sul-americana não obteve o apoio do conjunto das populações na insurgência contra os Estados, a quem acusava de geradores de miséria e dependência. Distanciou-se ainda mais quando deslizou para atentados a bomba, seqüestros de embaixadores estrangeiros, assaltos a bancos para financiar a revolução, explosões de pontes na sabotagem a governos e ataque a quartéis em busca de arsenais.

As conturbações guerrilheiras, a anemia dos partidos políticos tradicionais e a crescente insatisfação popular com a economia fizeram com que as ditaduras da década de 1970 fossem ainda mais severas que as dos anos 1960. Guillermo O'Donnell comparou que a crise de 1960 foi menos aguda<sup>6</sup>, porque os militares intervieram com intenção preventiva e restauradora. Exemplificou com os casos de Brasil (1964), Argentina (1966) e Peru (1968).

Para O'Donnell, nos anos 1960 a ameaça comunista (a causa primeira dos golpes) era uma “conseqüência provável, mas não iminente”<sup>7</sup>. Na década seguinte, porém, a sensação foi de que a crise evoluíra para o caos, o que justificou ditaduras mais rigorosas na Bolívia (1971), no Chile e no Uruguai (1973) e na Argentina

---

<sup>4</sup> TOURAINE, 1989, p. 314-316.

<sup>5</sup> VERDUGO, 2003.

<sup>6</sup> O'DONNELL, 2004, p. 99-101.

<sup>7</sup> Ibidem. p. 98.



(1976). Com as remanescentes do Brasil e do Paraguai, completou-se o bloco autoritário.

Na avaliação de O'Donnell, a intervenção das forças armadas, nos anos 60, foi como para extirpar um câncer localizado, que poderia se alastrar. Em contrapartida, na década de 70, agiram para deter um processo que parecia a “um passo do colapso final”<sup>8</sup>, então decidiram submeter a tratamento o conjunto do corpo social.

Somadas, as ditaduras iniciadas nos 1960 e as implantadas na década de 70 perpetraram um genocídio calculado em 35 mil mortos e desaparecidos no Cone Sul. Conforme o obituário abaixo<sup>9</sup>, pode-se confirmar que os regimes militares dos anos 70 foram os responsáveis pela quase totalidade do morticínio. Obviamente que se deve avaliar as particularidades de cada país, especialmente as da Argentina, mas os números sinalizam a ferocidade do segundo período ditatorial.

<b>A partir da década de 1970</b>	<b>A partir da década de 1960</b>
<b>ARGENTINA (1976-83)</b>  30 mil mortos e desaparecidos, segundo a Associação das Mães da Praça de Maio. A Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Conadep) identificou 8.961 das vítimas, mas admitiu que o número era bem maior.	<b>BRASIL (1964-85)</b>  366 mortos e desaparecidos, segundo a Comissão Especial de Familiares, criada pela Lei 9.140, de 1995.
<b>CHILE (1973-90)</b>  2.011 mortos e 1.185 desaparecidos, conforme a Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação.	
<b>URUGUAI (1973-84)</b>  297 mortos e desaparecidos, segundo o Serviço de Paz e Justiça (Serpaj)	<b>PARAGUAI (1954-89)</b>  1 mil a 2 mil mortos e desaparecidos, segundo o Relatório Nunca Mais. O Comitê de Igrejas para Ajudas de Emergência identificou 70 das vítimas. Ao se prolongar por 35 anos, a ditadura dificultou a busca dos restos mortais.
<b>BOLÍVIA (1971-78)</b>  100 mortos e desaparecidos, segundo a Associação de Familiares de Presos e Desaparecidos.	

<sup>8</sup> O`DONNELL, 2004, p. 99.

<sup>9</sup> MARIANO, 2003, p. 21, 40, 104, 167, 222, 290.

## 1.2 A Operação Condor

As ditaduras já colaboravam entre si, desde a década de 1960, mas de forma eventual e improvisada. Normalmente, eram ‘acordos de cavaleiros’ entre dois países interessados em debelar algum foco de subversão. Com a Operação Condor, elas sistematizaram a cooperação em todo o Cone Sul, tornando permanente o que antes era ocasional.

Não foi uma aliança entre vizinhos fraternos. Em nome da causa comum, precisaram superar antigas rivalidades. Por exemplo: o Chile, que propôs a Operação Condor, enfrentava a animosidade da Bolívia desde que lhe cortara o acesso ao Oceano Pacífico e tinha disputas de fronteira com a Argentina pela posse do Canal de Beagle. Oficiais chilenos ainda se ressentiam do episódio *Laguna Del Desierto*<sup>10</sup>, quando militares argentinos mataram o tenente carabineiro Hernán Merino, em 1965.

O Brasil também era visto com desconfianças. Na época, a Argentina não assimilara a Itaipu Binacional (hidrelétrica construída na fronteira com o Paraguai, a partir de 1973), acusara o Brasil de alimentar planos hegemônicos sobre o continente.<sup>11</sup>

Mas nada impediu a criação da Operação Condor. Documentos evidenciam que ela tomou forma a partir de outubro de 1975,<sup>12</sup> quando o Chile convocou a “primeira reunião de trabalho de inteligência nacional” entre os regimes militares. O general Pinochet entendia que os governos da região deveriam agir de forma coordenada para combater a ameaça internacional do comunismo.

A conferência ocorreu em Santiago do Chile, entre 25 de novembro e 1º de dezembro de 1975, no prédio da Academia de Guerra. Os trabalhos foram guiados pela Direção de Inteligência Nacional (DINA), a superpolícia secreta de Pinochet, comandada pelo coronel Manuel Contreras. Nos intervalos das reuniões, havia

---

<sup>10</sup> VIAL, 2002, p. 133.

<sup>11</sup> MENEZES, 1987.

<sup>12</sup> Documento do chamado *Arquivo do Terror* (Centro de Documentación y Archivo), disponível no Poder Judiciário do Paraguai, em Assunção. Na época da pesquisa do autor, em 1999, não estava catalogado.

passeios à cidade turística de Valparaíso, à beira do Oceano Pacífico, jantares de confraternização e diversões em casas noturnas.

Foi o coronel Contreras quem detalhou os objetivos da conferência entre os países:

A subversão, desde já há alguns anos, está presente em nosso continente, amparada por concepções político-econômicas que são fundamentalmente contrárias à história, à filosofia, à religião e aos costumes dos países do nosso hemisfério. Esta situação descrita não reconhece fronteiras, nem países, e a infiltração penetra em todos os níveis da vida nacional. A subversão tem desenvolvido mandos intercontinentais, continentais, regionais e sub-regionais, centralizados para coordenar as ações dissociadoras [...]<sup>13</sup>

Segundo o documento assinado por Contreras, as nações estavam numa guerra declarada, não apenas por meio de armas, mas disputando as consciências da população:

[...] Os países que estão sendo agredidos política, econômica e militarmente (dentro e fora de suas fronteiras) estão combatendo sozinhos e, quando muito, com entendimentos bilaterais ou simples 'acordos de cavalheiros'. Para enfrentar esta Guerra Psicopolítica, devemos contar com uma coordenação eficaz, que permita um intercâmbio oportuno de informações e experiências, além do conhecimento pessoal entre os chefes responsáveis pela segurança.<sup>14</sup>

Nessa primeira conferência de inteligência, foi sugerida montagem de um 'Escritório de Coordenação e Segurança', com informações aportadas pelos países. Um 'Banco de Dados' guardaria as fichas de pessoas, organizações e atividades relacionadas (direta ou indiretamente) à subversão. O documento, já referido, expôs o modelo: "Em linhas gerais, algo similar ao que tem a Interpol, em Paris, mas dedicado à subversão."<sup>15</sup>

<sup>13</sup> Documento pertencente ao *Arquivo do Terror*, disponível no Palácio da Justiça do Paraguai, em Assunção. Na época da pesquisa, em 1993, não estava catalogado.

<sup>14</sup> Documento pertencente ao *Arquivo do Terror*, disponível no Palácio da Justiça do Paraguai, em Assunção. Na época da pesquisa, em 1993, não estava catalogado.

<sup>15</sup> *Ibidem*.

Esse banco de dados seria financiado, gerenciado e atualizado pelos países-membros. Eles se comunicariam por uma Central de Informações, que dispunha dos meios da época: telefones com dissimuladores de voz, correios e telex (os computadores ainda eram novidade na América do Sul). Para prevenir que espões interceptassem as transmissões, foi elaborado um alfabeto cifrado. O código era simples: cada letra do alfabeto (em minúscula) correspondia a uma letra diferente (em maiúscula). Exemplos: o 'a' significava 'D', o 'b' era o 'Q', o 'c' valia 'Z', e assim por diante. No final, a mensagem se tornava um amontoado incompreensível de letras. O código completo: *a-D, b-Q, c-Z, d-Y, e-C, f-R, g-U, h-I, i-X, j-B, k-P, l-M, m-A, n-J, o-V, p-G, q-K, r-T, s-F, t-W, u-L, v-N, w-E, x-S, y-H, z-O*.<sup>16</sup> Exemplo de mensagem cifrada. Frase original: 'Viajarei amanhã'. Usando o código condor, ficava assim: NXDBDTCX DADJID.

O sistema de comunicação por telex recebeu o nome de Condortel. Os países-sócios se comunicavam entre si por números: Condor Um (Chile), Condor Dois (Argentina), Condor Três (Uruguai), Condor Quatro (Paraguai) e Condor Cinco (Bolívia). O Brasil era o Condor Seis. Mais tarde, entraram Equador e Peru. Como o Banco de Dados ficou no Chile, que centralizava os serviços, este ganhou a primazia de ser o Condor Um.

Em 28 de novembro de 1975, os chefes das delegações dos países assinaram a ata de fundação da Operação Condor. Os signatários: Chile (coronel Contreras, da DINA); Argentina (capitão-de-navio Jorge Casas); Bolívia (major Carlos Mena Burgos); Uruguai (coronel José Fons); Paraguai (coronel Benito Guanes Serrano). A delegação brasileira compareceu ao encontro como observadora, mas preferiu ficar incógnita, não assinou o documento. A descrição já projetava o papel que o Brasil teria na Condor: adesão com reservas, participaria eventualmente e quando interessasse.

Por sugestão dos enviados do Uruguai, a organização passou a se chamar Condor, em homenagem ao Chile, o anfitrião e a sede das operações. A simbologia não foi por acaso. O grande abutre cujas asas podem chegar a três metros de envergadura (segundo a enciclopédia Webster) é uma das insígnias do brasão

---

<sup>16</sup> Documento pertencente ao *Arquivo do Terror*, disponível no Palácio da Justiça do Paraguai, em Assunção. Na época da pesquisa, em 1993, não estava catalogado.

chileno, algo semelhante ao que a águia representa para os Estados Unidos. Habitando os picos nevados da Cordilheira dos Andes, o condor voa acima dos 6 mil metros de altitude desconhecendo fronteiras – um dos planos dos generais era justamente ignorar os limites geográficos. Passariam a valer as fronteiras ideológicas da Doutrina de Segurança Nacional, a geopolítica do anticomunismo<sup>17</sup>.

A sociedade entre as ditaduras logo obteve o sinal verde dos Estados Unidos, que já haviam interferido abertamente nos golpes do Chile e do Brasil. O embaixador americano no Uruguai, Ernest Siracusa, elogiou a articulação de forças, conforme despacho de 20 de julho de 1976:

Que essas nações enfrentam uma ameaça terrorista regional e coordenada, é fato, não é ficção [...] A abordagem mais racional para lidar com um inimigo regional coordenado é organizar-se segundo linhas semelhantes. Os Estados Unidos têm recomendado há muito tempo que esses países aumentem a cooperação para a sua segurança. Agora que agem desse modo, a nossa reação não deve ser de opróbrio.<sup>18</sup>

Outra revelação surgiu em setembro de 1976, pelo agente do FBI (Federal Bureau of Investigation, a polícia federal dos Estados Unidos) Robert Scherrer, baseado na Argentina. Ele enviou mensagem aos superiores:

A Operação Condor é o nome-chave para a recoleção, o intercâmbio e o armazenamento de informação secreta relativa aos denominados esquerdistas, comunistas e marxistas. Estabeleceu a cooperação entre os serviços de inteligência da América do Sul com o propósito de eliminar as atividades terroristas na região.<sup>19</sup>

Podendo supervisionar o Cone Sul, Scherrer informou que a Operação Condor se desdobrou em três fases. Na primeira, cadastrou os subversivos no Banco de Dados, inspirado na Interpol. Na segunda, executou militantes de esquerda escondidos nos países vizinhos, dentro da América do Sul. Na terceira, formou comandos de elite para matar exilados que conspiravam contra as ditaduras

---

<sup>17</sup> COMBLIN, 1978, p. 21-68.

<sup>18</sup> DINGES, 2005, p. 30.

<sup>19</sup> PAZ; LÓPEZ; PECCI; GUANES, 2002, p. 173.

nos Estados Unidos e na Europa. O informe do agente do FBI inclui o Brasil, mas com ressalvas: “Chile é o centro da operação, que inclui também a Argentina, a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai. O Brasil aceitou, em princípio, aportar informações [...]”.<sup>20</sup>

### 1.3 A articulação das esquerdas

A Operação Condor foi uma reação à articulação dos grupos guerrilheiros em torno da Junta Coordenadora Revolucionária (JCR). A JCR surgiu em outubro de 1972, no Chile, então sob o governo do socialista Allende, por iniciativa do líder do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), Miguel Enríquez. O primeiro encontro reuniu chefes do MIR, do Exército Revolucionário do Povo (ERP) argentino e dos Tupamaros uruguaios. Em seguida, aderiram os bolivianos do ELN, comandados por Osvaldo ‘Chato’ Peredo, credenciado pelo fato de ter lutado na tropa de Che Guevara.<sup>21</sup>

A inspiração da JCR era o próprio Guevara. Em 1966, em Havana, ele sugeriu que as organizações revolucionárias da América Latina deveriam se aliar, “formar algo semelhante a *Juntas de Coordinación* para tornar o trabalho repressivo do imperialismo yanque mais difícil e facilitar a própria causa”.<sup>22</sup>

A JCR elegera o inimigo comum, o imperialismo, contrapondo-se às ditaduras da Operação Condor, cujo alvo era o comunismo. Isso foi evidenciado no manifesto publicado pelo jornal oficial da JCR, batizado *Che Guevara*, de novembro de 1974. Um dos trechos:

[...] O caráter continental da luta é determinado fundamentalmente pela presença de um inimigo comum. O imperialismo norte-americano está executando uma estratégia internacional para deter a revolução socialista na América Latina. Não é mero acaso que regimes fascistas têm sido impostos em países nos quais um movimento de massas em ascensão ameaça a estabilidade do poder

---

<sup>20</sup> PAZ; LÓPEZ; PECCI; GUANES, 2002, p. 175.

<sup>21</sup> DINGES, 2005, p. 182.

<sup>22</sup> Ibidem. p. 88.

oligárquico. A estratégia internacional do imperialismo requer uma estratégia continental por parte dos revolucionários.<sup>23</sup>

A JCR não era um simples pacto das esquerdas, não subordinava os grupos entre si. Cada organização manteria sua agenda e seus métodos de luta. A função da JCR era oferecer apoio logístico, financeiro e militar aos filiados.

Sintomaticamente, assim como a Operação Condor, a JCR também nasceu no Chile. O treinamento militar e ideológico dos guerrilheiros ocorria nas montanhas dos Andes. O plano do MIR não era fustigar Salvador Allende, mas se preparar para o futuro que se prenunciava nebuloso.

Com a queda de Allende pelo golpe de 11 de setembro de 1973, os coordenadores da JCR tiveram de sair do Chile, onde seriam dizimados pela repressão. O caminho natural foi a Argentina, na época envolvida com a volta do populismo de Perón. Coube ao ERP argentino, dirigido por Mario Roberto Santucho, acolher tupamaros, miristas, bolivianos do ELN e outros refugiados.

Mas a Argentina também se transformara em alçapão, e antes mesmo do golpe que se consumaria em 24 de março de 1976. Com a morte de Perón<sup>24</sup>, em 1974, desapareceram as últimas chances de entendimento, os paramilitares da Aliança Anticomunista Argentina (AAA), a *Triple A*, ficaram à vontade para caçar esquerdistas.

A Argentina foi o túmulo da JCR, que jamais ameaçou as ditaduras. Em abril de 1976, agentes da Operação Condor capturaram um dos últimos representantes da Junta, o chileno Edgardo Enríquez, irmão de Miguel Enríquez, o dirigente do MIR. Edgardo estava em Buenos Aires com a brasileira Maria Regina Marcondes Pinto<sup>25</sup>, também exilada. Removidos ao Chile, os dois foram mortos e desapareceram.

A perseguição que a Condor movia contra a JCR foi observada pelo principal assessor do secretário de Estado Henry Kissinger na América Latina, diplomata

---

<sup>23</sup> DINGES, 2005, p. 89.

<sup>24</sup> Juan Domingo Perón elegeu-se presidente da Argentina em 1946. Casado com a carismática Eva Duarte, a Evita Perón, reelegeu-se em 1951, sendo derrubado pelo golpe de Estado de setembro de 1955. Voltou do exílio em 1973, reassumindo a presidência da Argentina pela terceira vez. Morreu em 1º de julho de 1974, aos 79 anos.

<sup>25</sup> MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999, p. 520.

Harry Shlaudeman. Em um informe de 30 de julho de 1976, relatou que estava em curso a ‘Terceira Guerra Mundial’, o inimigo era a subversão. No relatório, referiu-se à participação reservada do Brasil:

[...] As forças de segurança do Cone Sul:  
 - agora coordenam de perto as atividades de Inteligência;  
 - operam mutuamente no território de seus países na perseguição aos “subversivos”;  
 - estabeleceram a Operação Condor para descobrir e matar os terroristas do “Comitê Coordenador Revolucionário” em seus próprios países e na Europa. À exceção das operações de assassinato, o Brasil está cooperando.<sup>26</sup>

Mais adiante, em uma avaliação exagerada sobre o poderio da esquerda, Shlaudeman avisou que a JCR (a quem denominou de Comitê Coordenador Revolucionário) estava implantando bases na Europa, em Paris, e que poderia fazer ataques terroristas contra as embaixadas dos países filiados à Operação Condor. O trecho do informe, que novamente cita o Brasil: “[...] Os regimes da América do Sul sabem disso. Estão planejando as próprias operações contraterroristas na Europa. A Argentina, o Chile e o Uruguai são os líderes; o Brasil é cauteloso, mas está fornecendo algum apoio técnico.”<sup>27</sup>

Os *Montoneros* argentinos, incluindo os seis que foram seqüestrados dentro do Brasil, não integraram a JCR. Julgavam-se a elite da esquerda (o assunto será tratado no próximo capítulo), mesmo no exílio não gostavam de se misturar com os também desterrados do ERP, a quem tratavam desdenhosamente por *Los erpios*. Uma prova do individualismo ocorreu na Espanha, quando o *Monte* Willi Villalobos foi instruído a separar-se da mulher, Silvia Slepoy, porque ela pertencia ao ERP<sup>28</sup>.

#### 1.4 Os crimes além-fronteiras

A Operação Condor destroçou não apenas a incipiente Junta Coordenadora

---

<sup>26</sup> DINGES, 2005, p. 256.

<sup>27</sup> Ibidem. p. 258.

<sup>28</sup> ZUKER, 2003, p. 124.



Revolucionária (JCR), mas remanescentes da guerrilha dispersa pelo Cone Sul. Com permissão para agir além das fronteiras entre os países, também capturou autoridades e políticos dissidentes, sindicalistas, intelectuais, estudantes, operários e outros grupos.

O Uruguai foi o que mais aproveitou a cooperação entre as ditaduras. Com o golpe de 27 de junho de 1973, os uruguaios foram submetidos a controle policial. A estrutura de poder era completa: o mando que emanava verticalmente dos quartéis se reproduzia horizontalmente no cotidiano da população. Um comissário de polícia de algum povoado rural das planícies alçava-se como tirano. Chegou-se ao extremo de proibir o recreio nas escolas públicas de Montevideú. Até festas de aniversário precisaram de autorização, configurando o que Guillermo O'Donnell qualificou de "microdespotismo".<sup>29</sup> A teoria aborda os "pequenos déspotas" que existem nas sociedades. Em ambientes democráticos, eles reprimem sua vontade de reprimir os outros. No contexto autoritário, impõem-se dentro das escolas, no trabalho, nos clubes, nas ruas, nos condomínios, na barbearia, prestando serviços aos ditadores por acreditarem que os subversivos devem ser "eliminados ou, pelo menos, postos em seus lugares".

Coagidos pelas armas e por vizinhos de porta, centenas de uruguaios abandonaram o país. A maioria optou pela Argentina, devido à proximidade (bastava atravessar o Rio da Prata) e à familiaridade com a língua espanhola. Eles ignoravam que não havia mais barreiras geográficas para as polícias.

As execuções de uruguaios internados na Argentina começaram em 1974, com o saldo de 10 desaparecidos. Continuaram no ano seguinte, quando foi pactuada a Operação Condor. O golpe militar na Argentina, em março de 1976, oficializou as perseguições.

Para agilizar a repressão, o Uruguai montou um centro binacional de detenção e triagem dentro da Argentina, em Buenos Aires. Era um "garajão" de dois andares onde funcionava a oficina mecânica Automotores Orletti. Policiais argentinos e uruguaios se revezavam nos interrogatórios. Penduravam os prisioneiros pelos braços, amarrados em correntes, para aplicar os choques

---

<sup>29</sup> O'DONNELL, 2004, p. 16.

elétricos. Quando a vítima tocava os pés no chão, previamente molhado e polvilhado de sal grosso, a queimação causada pela eletricidade se amplificava. Também eram usados tanques de água fedorenta – com fezes e urina – para afogar os mais resistentes. Depois de torturados, eram mortos ou recambiados para prisões do Uruguai.<sup>30</sup>

Proporcionalmente, o Uruguai foi a que mais matou opositores além das fronteiras. Dos 297 mortos e desaparecidos contabilizados durante a ditadura, 118 tombaram na Argentina e 10 no Chile.<sup>31</sup> Outros foram presos no Paraguai e no Brasil. Ficou célebre o seqüestro de Universindo Diaz, Lilian Celiberti e os dois filhos dela (Camilo e Francesca) em Porto Alegre, em novembro de 1978, por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e oficiais do Exército do Uruguai.

A clandestinidade da Operação Condor também serviu para o Uruguai se livrar de adversários de renome. Em 18 de maio de 1976, menos de dois meses depois do golpe na Argentina, foram seqüestrados e mortos os parlamentares uruguaios Zelmar Michelini (senador da Frente Ampla) e Héctor Gutiérrez Ruiz (presidente da Câmara dos Deputados pelo Partido Blanco), que haviam se exilado em Buenos Aires.<sup>32</sup> O terceiro alvo, senador Wilson Ferreira Aldunate, conseguiu escapar e se asilou na Europa. Os três se julgavam imunes, mas incomodavam porque estavam denunciando as atrocidades do regime uruguaio.

Se estivessem dentro do Uruguai, o senador Michelini e o deputado Gutiérrez Ruiz seriam presos, mas talvez sobrevivessem. A estratégia foi o cárcere prolongado, que valeu ao Uruguai o título de *gran encierro*. Lembre-se que outros opositoristas de fama, como Raúl Sendic (líder dos Tupamaros) e o general Líber Seregni (da Frente Ampla) ficaram por anos no cárcere. Sendic chegou a receber transfusão de sangue para sobreviver e virar refém da ditadura, ficou confinado 13 anos.<sup>33</sup>

A Argentina também permitiu, no seu território, a execução do ex-presidente da Bolívia Juan José Torres, em junho de 1976. O corpo apareceu sob uma ponte

---

<sup>30</sup> DESAPARECIDOS, 1998.

<sup>31</sup> MARIANO, 2003, p. 101.

<sup>32</sup> TROBO, 2003.

<sup>33</sup> URUGUAY, 1989, p. 115.

da localidade de San Andrés de Giles, na periferia de Buenos Aires.<sup>34</sup> Seguidor da linha nacionalista, de proteger as riquezas do país, Torres assumiu o poder na Bolívia em outubro de 1970. Deu um golpe que uniu as forças armadas, os operários e os estudantes. Adotou medidas populares, nacionalizou minas de estanho, aumentou o salário dos mineiros, libertou o intelectual francês Régis Debray (um dos contatos de Che Guevara na malograda guerrilha boliviana). Anunciou o reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética e Cuba. Como se tornou um estranho no ninho de ditaduras da região, acabou deposto por outro general, Hugo Banzer, em agosto de 1971. Encurralado, Torres fixou-se na Argentina, onde tramava voltar à Bolívia.

Ao matarem no território estrangeiro, os regimes militares tentavam se eximir de culpas, argumentavam que os dissidentes haviam se indisposto com grupos de esquerda, foram vítimas de “ajustes de contas” internos. O Chile de Pinochet foi o que mais utilizou o recurso. Em 30 de setembro de 1974, agentes da Direção de Inteligência Nacional (DINA) assassinaram o general chileno Carlos Prats e sua mulher, Sofia, refugiados em Buenos Aires. Foram despedaçados por uma bomba escondida no automóvel do casal.<sup>35</sup> Prats fora comandante-chefe das forças armadas, ministro das pastas da Defesa e do Interior no governo Allende. Era um legalista, antes de sair do Chile contestou o papel de Pinochet no golpe, o que lhe resultou na própria sentença de morte.

O esquadrão condor da DINA ultrapassou as fronteiras do Cone Sul na perseguição a opositores. Em 6 de outubro de 1975, tentou matar o dirigente do Partido Democrata Cristão (PDC), Bernardo Leighton, que estava refugiado em Roma (Itália). Leighton levou um tiro na cabeça e sua mulher, Anita Fresno, foi atingida na coluna. Ambos sobreviveram.<sup>36</sup>

O atentado demonstra como a DINA de Pinochet estava decidida a eliminar adversários. Leighton era um parlamentar moderado, o PDC se alinhava ao centro, pendendo mais para direita do que para a esquerda no espectro político. O PDC não defendera o governo Allende, recusara um pacto de sobrevivência às vésperas do

---

<sup>34</sup> SIVAK, 1998.

<sup>35</sup> CARRIÓ, 2005.

<sup>36</sup> MARCOS, 2003.

golpe. No entanto, Leighton importunava porque escrevera artigos, numa revista italiana, denunciando a ditadura que desrespeitava os direitos humanos. No exílio, também colaborava com a revista *Chile-América*, editada por exilados chilenos na Europa.

Mas o maior crime além-fronteiras ocorreu nos Estados Unidos, justamente os avalistas da ditadura Pinochet, que repudiaram o que definiram de ousadia intolerável. Na manhã de 21 de setembro de 1976, uma bomba de controle remoto destroçou o automóvel no qual andava o ex-ministro das Relações Exteriores de Allende, Orlando Letelier, nos subúrbios de Washington DC. Junto a Letelier, estava o casal americano Michael e Ronni Moffit. O único a salvar-se foi Michael.

O Chevrolet explodiu na Avenida Massachusetts, próximo ao Círculo Sheridan, quando Letelier e o casal Moffit se dirigiam ao Instituto de Políticas Estrangeiras, situado na Q. Street. Os corpos de Letelier, então com 44 anos, e de Ronni foram levados a um hospital. Um agente do FBI tentou impedir a viúva do ex-chanceler, Isabel Morel, de ver o cadáver:

Isso não foi um acidente automobilístico, colocaram uma bomba no automóvel de seu marido. O corpo ficou destroçado, partido em duas partes. As pernas voaram a vários metros de distância. É melhor a senhora recordar apenas a pessoa que saiu de sua casa esta manhã.<sup>37</sup>

Letelier foi assassinado por comprometer a imagem do governo chileno junto a políticos dos Estados Unidos. Mas havia outra razão. A exemplo do democrata-cristão Leighton, o chanceler também preocupava Pinochet por ter estatura política. Em caso de instabilidade do regime militar (o que não aconteceu na primeira década pós-golpe), Letelier e Leighton podiam ser chamados como a salvação do Chile. Ambos gozavam de aceitação popular, qualquer um deles emplacaria como candidato de consenso.

O Brasil não participou da fase três da Operação Condor, que atacou nos Estados Unidos e na Europa. Discordava do trio linha-dura – Argentina, Chile e

---

<sup>37</sup> VARAS, 1990, p. 21.

Uruguai –, que não admitia qualquer tipo de oposição. A ditadura brasileira agiu no varejo, em conexões internas. Nessa estratégia, foi implacável, buscou refugiados no Chile e na Argentina, fez espionagens conjuntas com o Paraguai.

### 1.5 Brasil agiu na região

Documentos do ‘Arquivo do Terror’ evidenciaram que a ditadura do Brasil ajudou a do Paraguai. Houve troca de prisioneiros, espionagens conjuntas e reuniões dos serviços secretos. Ocorreram pelo menos quatro conferências bilaterais de inteligência. Não foram descobertos registros das duas primeiras. A terceira foi realizada em Brasília, em novembro de 1974 – note-se que antes de pactuada a Operação Condor. A conferência seguinte, a quarta, teve por sede Assunção, em maio de 1976, com o tema: “Actividades subversivas interna y su conexión con el Exterior.”<sup>38</sup>

Ansioso por entrar no circuito Condor e perpetuar Alfredo Stroessner no poder – mais interessado em saquear o país do que defender convicções políticas –, o governo paraguaio insinuava que havia uma conspiração para assassinar altas autoridades. Durante a quarta conferência com o Brasil, o chefe de polícia de Assunção, general-de-divisão Francisco Brítez Borges, empenhou-se em valorizar a influência geopolítica paraguaia na região:

[...] Pero no ignoramos que la conspiración es de escala internacional. Paraguay por su posición tradicionalmente anticomunista y por su estratégica posición geográfica, es el país objetivo del momento. Instalado aquí el marxismo, las espaldas de nuestros vecinos quedan expuestas. De ahí la necesidad de una colaboración estrecha, franca y fluida, que no es ayuda de nadie a nadie, sino autodefensa compartida por todos, en la común necesidad de defender nuestras instituciones y nuestro modo de vida.<sup>39</sup>

---

<sup>38</sup> Documento pertencente ao *Arquivo do Terror*, disponível no Palácio da Justiça do Paraguai, em Assunção. Na época da pesquisa do autor, em 1993, não estava catalogado.

<sup>39</sup> PAZ; GONZÁLEZ; AGUILAR, 1994, p. 258.

O então chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) do Brasil, general João Baptista de Oliveira Figueiredo, era solicitado para palestras. Em julho de 1976, conforme o ofício 555, o comando das forças armadas paraguaias convidou Figueiredo (presidente do Brasil de 1979 a 1985) para conferência sobre “Princípios fundamentais sobre os quais se baseia um serviço nacional de inteligência”. No documento<sup>40</sup>, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas do Paraguai, general-de-divisão Alejandro Davalos, errou o nome do brasileiro: escreveu Matista em vez de Baptista.

Mais precoce que as sócias do Cone Sul, a ditadura do Brasil se antecipou à Operação Condor. Plantou espiões em empresas, embaixadas e na Itaipu Binacional, inclusive para rastrear militantes de esquerda de outros países da região. Em agosto de 1973, dois informes originários da assessoria de segurança da Itaipu alertaram para a chegada de 19 argentinos ao Paraguai. O texto foi escrito em português: “Os elementos têm vinculação com grupo subversivo recentemente desbaratado pelas forças de segurança da Argentina [...]”.<sup>41</sup>

Policiais brasileiros não se limitavam à vigilância de fronteiras. Em novembro de 1974 (antes da Condor), seqüestraram quatro paraguaios do Movimento Popular Colorado (Mopoco), que haviam se escondido na cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná. Eles foram interrogados, submetidos a uma simulação de fuzilamento e libertados um mês depois. O Mopoco era a dissidência oficial do Partido Colorado, insurgiu-se contra o império de medo e pilhagem comandado por Stroessner – aclamado o ‘Leão Guarani’ por legiões de aduladores interessados em cargos públicos e no tráfico de influência. Um dos negócios mais rentáveis desses Colorados stroessneristas, que engordaram à sombra palaciana, era apropriar-se das terras de camponeses. Não tinham escrúpulos em mobilizar tropas militares para expulsar as famílias, depois contavam com os préstimos de tabeliães corruptos na legalização das propriedades.<sup>42</sup>

A conexão com o Chile foi mais sangrenta. Como era um bastião socialista na América do Sul no governo Allende, o Chile abrigara centenas de ativistas de

---

<sup>40</sup> PAZ; GONZÁLEZ; AGUILAR, 1994, p. 258.

<sup>41</sup> MARIANO, 1998, p. 182.

<sup>42</sup> SIMON G., 1992, p. 99-101.

esquerda brasileiros. Quando Pinochet tomou o poder, em setembro de 1973, eles se tornaram indesejáveis – cinco foram caçados e mortos. A Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação<sup>43</sup> apurou que repressores falando português atuaram no Chile já durante o golpe, no Estádio Nacional de Santiago, para onde foram arrebanhadas as primeiras levadas de prisioneiros políticos.<sup>44</sup>

Dois brasileiros, Vânio José de Matos e Luiz Carlos Almeida, ambos de São Paulo, foram aprisionados no estádio de futebol convertido em campo de concentração. Vânio era da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) do Brasil, teria morrido de tifo e peritonite aguda (inflamação nas membranas que revestem o abdômen), sem receber assistência médica durante o cativeiro. Tinha 47 anos, fora banido ao Chile em 1971. Seu companheiro de exílio, Luiz Carlos, do Partido Operário Comunista (POC), foi fuzilado às margens do Rio Mapocho, na periferia de Santiago.

O engenheiro-civil Túlio Roberto Cardoso Quintiliano, do Rio de Janeiro, também morreu no Chile. Um dia depois do golpe, foi detido em casa por uma patrulha militar e levado ao regimento Tacna, onde desapareceu. Era do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), exilara-se no Chile depois de ser preso no Brasil (1969).

A polícia chilena sabia quem procurar, tinha licença para matar. Agentes brasileiros não teriam atuado sem autorização expressa de Pinochet, cuja onipresença rendia comentários do tipo: “*No se movía una hoja sin que él lo supiese*”<sup>45</sup>. Nelson de Souza Kohl, por exemplo, foi preso quatro dias depois do golpe, em Santiago. Pertencia ao POC, era de São Paulo. O corpo não foi localizado.

O mesmo destino colheu Jane Vanini, do Mato Grosso, escondida no Chile desde 1970. Em dezembro de 1974, um comando da Marinha chilena invadiu a casa de Jane, na cidade balneária de Concepción, ao sul do país. O marido dela, o jornalista chileno José Carrasco Tapia, o Pepe, ligado ao MIR, fora preso um pouco

---

<sup>43</sup> Criada em 1990 no governo de Patricio Aylwin para apurar as violações de direitos humanos durante a ditadura Pinochet. Elaborou o relatório *Nunca Más en Chile*.

<sup>44</sup> ITURRA, 2003.

<sup>45</sup> VIAL, 2002, p. 227.

antes. A versão oficial foi de que Jane teria reagido à ordem de prisão empunhando um fuzil russo AK-47 (Kalashnikov). Tombou com um tiro na cabeça, foi sepultada na vala de indigentes do cemitério de Talcahuano, tendo na lápide apenas a inscrição N. N. (Nenhum Nome). As ditaduras do Chile e do Uruguai adotavam o sinistro N. N. para enterrar os subversivos.<sup>46</sup> Embora preferissem ocultar o cadáver para caracterizar a desapareição.

Outros dois brasileiros desapareceram no Chile, mas seus casos não foram reconhecidos pelos governos, porque os crimes ocorreram antes do golpe, na fase dos distúrbios. Nilton Rosa da Silva, nascido em Cachoeira do Sul (Rio Grande do Sul), morreu durante manifestação de apoio a Allende, quando era comum grupos fascistas se infiltrarem na multidão ou franco-atiradores dispararem com rifles de precisão do alto dos prédios de Santiago. A segunda vítima, Antenor Machado dos Santos, foi atingida por carabineiros,<sup>47</sup> um dia antes de Pinochet derrubar Allende.

## 1.6 Brasileiros em perigo

Brasileiros encurralados no Chile trataram de fugir. Quem tinha recursos embarcou para a Europa, ficando a salvo, os mais desprovidos optaram por cruzar a fronteira com a Argentina, então o último país do Cone Sul ainda sob regime democrático. Não havia outra saída, voltar ao Brasil era arriscado, poderiam ser presos sem ordem judicial ou emboscados por esquadrões da morte.

Como era a peça que faltava no mosaico autoritário da região, a Argentina havia atraído refugiados políticos provenientes do Uruguai, do Paraguai, da Bolívia, do Chile e do Brasil. A Anistia Internacional alertava que estrangeiros corriam o risco de ser confundidos com subversivos no território argentino. Chilenos eram os mais visados.

A perseguição em solo argentino foi deflagrada antes mesmo do golpe de 1976. Em dezembro de 1973, um grupo de policiais, comandado pelo delegado

---

<sup>46</sup> MARIANO, 2003, p. 155-156; 215-218. No Chile, as cruces N.N. eram de ferro. No Uruguai, de cimento.

<sup>47</sup> Polícia militar inspirada nos *carabinieri* da Itália, tão valorizada no Chile que fez parte da junta militar encabeçada por Pinochet (ao lado do exército, marinha e aeronáutica).



Sérgio Paranhos Fleury (o mais afamado repressor brasileiro, especialista em esquadrões da morte), entrou em Buenos Aires e seqüestrou dois refugiados: o major Joaquim Pires Cerveira, do Rio Grande do Sul, e o estudante João Batista Rita, de Santa Catarina. Foi uma ação típica da Operação Condor, ainda não formalizada. O esquadrão da morte era uma marca registrada do Brasil.

O major Cerveira era simpatizante do ex-governador Leonel Brizola, pertencia à Frente de Libertação Nacional (FLN) – um pequeno agrupamento formado basicamente por ex-militares. Seu companheiro no exílio, o estudante João Batista Rita, militava na organização M3-G (a sigla expunha a combinação Marx, Mao, Marighella e Guevara). Os dois foram removidos ao Brasil. Testemunhas afirmaram que eles desembarcaram de uma ambulância no DOI-Codi (Departamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Interna) do Rio de Janeiro. O relato: “Estavam amarrados juntos, em posição fetal, tendo os rostos inchados, esburacados e repletos de sangue na cabeça.”<sup>48</sup> Foram executados, os corpos desapareceram.

Uma morte de brasileiro jamais esclarecida (e aqui se recorre com mais ênfase ao conselho de Marc Bloch sobre a admissão de impossibilidade do pesquisador) foi a de Edmur Péricles de Camargo, de São Paulo. Era um dos que estava no Chile, depois migrou para a Argentina. Desapareceu em Buenos Aires, em circunstâncias desconhecidas, a imprecisão é tanta que a data varia entre dezembro de 1973 e junho de 1975. Tinha 59 anos, atuara nos principais grupos guerrilheiros do Brasil, como a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a VPR.

A escalada de seqüestros de brasileiros na Argentina prosseguiu. O mais rumoroso envolveu o pianista Francisco Tenório Júnior, o Tenorinho, que não era militante político. Ele excursionava por Buenos Aires com o poeta Vinícius de Moraes e o violonista Toquinho (Antônio Pecci Filho). No início da madrugada de 18 de março de 1976, uma semana antes do golpe, saiu do Hotel Normandie, na esfuziante Avenida Corrientes das livrarias e dos teatros, para comprar cigarros e um medicamento. Antes, afixou um bilhete na porta do apartamento de Vinícius,

---

<sup>48</sup> MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999, p. 479.

dizendo que iria à farmácia e voltaria logo. Nunca mais foi visto. Tinha 35 anos, deixou mulher e cinco filhos.

Tenorinho dedicava-se apenas ao piano. No espetáculo da véspera, os portenhos haviam pedido bis para a música *Tamanduá*. Ao ser preso, o mais provável foi que tenha sido confundido com algum *Montonero*, pois usava barba e cabelos cobrindo as orelhas. Para os repressores, barbudos lembravam Fidel Castro, Che Guevara, ainda mais se estrangeiros, como alertara a Anistia Internacional. Eram suspeitos até prova em contrário. O pianista deu azar: estava no lugar errado, na hora errada.

Os demais casos de brasileiros apanhados na Argentina seguiram o ritual seqüestro-prisão-desaparecimento, as três fases encobertas pela clandestinidade. Como os crimes se assemelham e se repetem, opta-se por abreviar as descrições dos mesmos<sup>49</sup>:

- Sidney Fix Marques dos Santos: desapareceu na noite de 15 de fevereiro de 1976, em Buenos Aires. Natural de São Paulo, tinha 36 anos e um filho, era do Partido Operário Revolucionário Trotskyista (PORT)
- Sérgio Fernando Tula: sumiu em 8 de abril de 1976, quando caminhava por Buenos Aires. Nascido no Rio de Janeiro, tinha 21 anos.
- Maria Regina Marcondes Pinto: nascida em São Paulo, tinha 29 anos, trabalhava como professora de português. Desapareceu quando estava com o chileno Edgardo Enríquez, do MIR, conforme foi descrito anteriormente.
- Jorge Alberto Basso: preso em 15 de abril de 1976, aos 25 anos, em um hotel no centro de Buenos Aires. Filiado ao POC, morava em Porto Alegre.

---

<sup>49</sup> MARIANO, 2003, p. 79-83. Levantamento com base no Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964 e nos arquivos do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre (MJDH).

- Wálter Kenneth Nelson Fleury: sumiu em Buenos Aires, em 9 de agosto de 1976.
- Roberto Rascardo Rodrigues: estudava Engenharia, em Buenos Aires. Foi seqüestrado em fevereiro de 1977, dentro de casa, por seis agentes vestidos com uniformes da Marinha argentina.
- Luís Renato do Lago Faria: cursava Medicina, em Buenos Aires. Desapareceu em 7 de fevereiro de 1980, aos 27 anos.

### 1.7 As faces da barbárie

Neste capítulo inicial, embora não abordasse diretamente o tema desta pesquisa, tentou-se esclarecer o contexto em que vigoraram as ditaduras, como exacerbaram a violência no controle das populações. Um dos que melhor decifrou o barbarismo foi Eric Hobsbawm. No ensaio *Sobre História*<sup>50</sup>, Hobsbawm citou o Chile e a Argentina. Observou que os “reacionários” não temiam os estudantes armados, mas os movimentos de massa – amparados por Allende e Perón – que podiam vencer eleições e decidir os rumos das nações.

No caso do Chile, Hobsbawm destacou que o objetivo não era proteger o regime militar, que “não corria risco nenhum de derrubada”, mas “ensinar humildade aos pobres” e instalar um sistema econômico de livre mercado, a salvo da oposição política e dos sindicatos. Para tanto, instrumentalizou “a tortura, o assassinato e o terror no ex-democrático Chile”. Analisando o que aconteceu no período, Hobsbawm sintetizou: “Em suma, a moral dos anos 70 foi a de que a barbárie é mais eficaz que a civilização. Ela foi permanentemente enfraquecida pelos limites da civilização.”<sup>51</sup>

Embora com os mesmos propósitos, os regimes militares tiveram características distintas, exercitaram diferentes graus da barbárie referida por Hobsbawm. No Chile de Pinochet, foram patenteados os fuzilamentos coletivos, as execuções sumárias. Depois, as vítimas podiam ser desfiguradas em fornos de cal

---

<sup>50</sup> HOBBSAWM, 1998, p. 274-278.

<sup>51</sup> Ibidem. p. 278.

ou ter as falanges dos dedos amputadas, para evitar a identificação pelas impressões digitais.

O Paraguai do generalíssimo Stroessner se notabilizou pelos campos de concentração e introduziu, no arsenal de ferramentas de suplício, o chicote rabo-de-lagarto dos índios guaranis (o *Teyu ruguái* era um látigo de arame recoberto por tiras de couro cru trançadas, com bolotas de chumbo nas extremidades). Empunhado por verdugos, rasgava carnes e podia trincar os ossos inferiores das costelas.

No Uruguai, a estratégia foi o encarceramento prolongado, por cinco a dez anos, em diminutas masmorras, acompanhado de regulares sessões de tortura psicológica, a “lixa fina”. Prisioneiros que resistiram à “lixa grossa” (choques elétricos e espancamentos) por vezes sucumbiam à limadura da “lixa fina”. Eram punições aparentemente inofensivas, tais como: impedir o recebimento de uma carta familiar, proibir de olhar pela janela da cela ou ter as alfaces e os tomates semeados no trabalho de horta destruídos antes da colheita. Aplicada nos detalhes e rotineiramente, a “lixa fina” provocava exasperação, corroía os nervos de quem já se encontrava debilitado e sem esperanças.

Apontada como a mais sanguinária entre as pares do continente, a ditadura argentina perpetrou o extermínio massivo e o ocultamento de cadáveres. Como ficou impraticável cremar pilhas de corpos em fogueiras alimentadas por pneus regados a óleo diesel (o cheiro forte da borracha abafava o odor da carne em combustão), recorreu-se a sepultamentos coletivos no Oceano Atlântico ou no Rio da Prata.

As ditaduras empregaram o artifício das desapareições forçadas, com duplo objetivo: apagar as provas do crime e disseminar o horror. Num primeiro momento, ficavam aterrorizados os familiares e os amigos. Em seguida, os vizinhos e os colegas de escola ou de trabalho do desaparecido. Depois, com a multiplicação dos mortos anônimos, o círculo do medo se ampliava concentricamente, abrangendo o conjunto da população. O propósito era ‘imobilizar’ a sociedade, à medida em que ‘desmobilizava’ seus protagonistas mais atuantes.

Os seis *Montoneros* capturados dentro do Brasil estão entre os fantasmas desses desaparecidos.

## 2 OS GUERRILHEIROS ARGENTINOS

*"[...] es una posesión, porque el olvido es una de las formas de la memoria, su vago sótano, la otra cara secreta de la moneda."*

**Jorge Luis Borges**

### 2.1 Os soldados de Santa Evita

Os *Montoneros* apareceram em 1968/1969, proclamando-se herdeiros do Peronismo,<sup>1</sup> quando a Argentina era sacudida por crise econômica e política. Queriam reformas sociais, exigiam a volta do proscrito Juan Domingo Perón, expulso do país com o golpe de 1955. Orientavam-se por uma mescla ideológica: nacionalismo, Teologia da Libertação, culto ao Peronismo e a luta armada de Che Guevara. O distintivo era um fuzil e uma lança de taquara (homenagem aos gaúchos primitivos) cruzados. No meio do escudo, podiam figurar as letras M (de *Montoneros*) ou P (Peronismo).

O estilo dos *Montos* era voluntarioso, agressivo, violento. Nas manifestações de rua, hostilizavam os policiais que formavam os cordões de isolamento para conter as multidões. Gritavam insultos ("éguas putas, apátridas, gorilas") e cuspiam nos capacetes e nas fardas.<sup>2</sup> Isso lhes foi cobrado depois, quando iniciada a perseguição que ensangüentou o país.

Mas o que mais pesou foram os atentados e os assassinatos. Logo na ação de estréia, em 1970, um comando *Montonero* executou o ex-presidente da República Pedro Eugenio Aramburu, um dos golpistas da Revolução Libertadora que

---

<sup>1</sup> Movimento surgido em 1945, quando multidões de operários apoiaram Juan Domingo Perón. Combinando política, sindicalismo e assistência social, o Peronismo se tornou doutrina nacional, conferindo ao Estado o papel de organizador político do povo.

<sup>2</sup> POLLASTRI, 2003, p. 21.

havia derrubado Perón 15 anos antes. O general Aramburu estava aposentado, com 67 anos, mas tinha seu passado de atrocidades. Em 1956, ordenara o fuzilamento, no paredão, de 27 peronistas que conspiravam contra o seu governo recém-empossado. Depois, mandou profanar e esconder os restos mortais de Evita Perón.<sup>3</sup>

Foram com essas justificativas que oito guerrilheiros, disfarçados de escolta militar, seqüestraram Aramburu no apartamento onde ele morava, em Buenos Aires, na manhã de 29 de maio de 1970. Não houve resistência, a mulher do ex-presidente chegou a mandar que a empregada oferecesse taças de café para aqueles jovens amáveis<sup>4</sup>, ignorando a identidade e o objetivo dos visitantes. Batizada de Juan José Valle, em homenagem ao general peronista fuzilado por Aramburu, a operação seqüestro foi comandada por fundadores dos *Montos*, como Mario Firmenich, Fernando Luis Abal Medina e Esther Norma Arrostito, a *Gaby*.

Aramburu foi morto quatro dias depois, com cinco tiros na cabeça, no porão de uma fazenda de gado que serviu de cativo, situada em Timote, a 380 quilômetros de Buenos Aires. Depois da proclamação "*Al Pueblo de la Nación*", tentando explicar as razões do crime, houve militantes que cantaram: "*Con los huesos de Aramburu / vamo' a hacer una escalera / para que baje del cielo / nuestra Evita montonera.*"<sup>5</sup> Enquanto isso, o presidente de fato da nação, Juan Carlos Onganía, instaurava a pena de morte, passando a caçar os seqüestradores.

---

<sup>3</sup> Eva Duarte de Perón, a Evita, morreu em 1952, aos 33 anos. Seus restos mortais foram furtados em 1955, na Argentina, e enterrados clandestinamente na Itália. Foram devolvidos a Perón em 1971.

<sup>4</sup> SAIDON, 2005, p. 12-13.

<sup>5</sup> GIUSSANI, 2003, p. 88.



**Montoneros deram publicidade ao assassinato do ex-presidente Pedro Aramburu.**

A execução do idoso ex-presidente, conhecida por *Aramburazo*, provocou comoção. Durante o sepultamento, no cemitério da Recoleta, o escritor Jorge Luis Borges lembrou que conversara apenas duas vezes com Aramburu, o suficiente para firmar a impressão de um *“caballero firme y de extremada cortesía”*.<sup>6</sup> Premonitório, Borges disse que o assassinato fazia parte da galeria de fatos atrozés da história argentina. Detalhe: era um antiperonista acérrimo, como definiu o seu maior biógrafo, Alejandro Vaccaro.

<sup>6</sup> ALONSO, 2005, p. 180.

Os *Montos* avisaram Perón, no exílio de Madri, sobre a morte de Aramburu. Líder da juventude peronista, Rodolfo Galimberti levou uma carta com a pergunta se o assassinato prejudicava os projetos políticos de retorno à Argentina. Depois de sete dias de meditação, o caudilho respondeu que “*no perturbaron plan táctico alguno*”.<sup>7</sup> No entanto, na mesma carta-resposta, Perón escreveu um recado que os *Montoneros* não perceberam ou preferiram ignorar. Justificou que a “guerra revolucionária” servia como tática conjuntural, mas “*no es un fin en sí mismo, sino solamente un medio y hay que preparar el terreno*”.<sup>8</sup>

O que os *Montos* não percebiam era que Perón manipulava os cordéis políticos desde o exílio em Madri. O astuto líder usava o ardor dos jovens esquerdistas para desestabilizar o governo do general Onganía (assumira em 1966) com greves e protestos de rua, os *estallidos* que tumultuavam as grandes cidades. Manobrando os guerrilheiros como um “temível aríete”<sup>9</sup>, Perón alcançava duplo propósito: hostilizava seus inimigos e demonstrava que somente ele poderia controlar a desordem. Quando reassumisse a Argentina, confiava que os *Montoneros* deporiam armas e se enquadrariam disciplinadamente no setor juvenil do Peronismo.

Ao mesmo tempo em que tolerava a rebeldia dos *Montos*, o ex-presidente aflagava outras organizações que gravitavam em torno do Peronismo, inclusive a ultradireitista *Guardia de Hierro*, inimiga dos guerrilheiros.<sup>10</sup> O plano de Perón era formar um governo de pacto social, que unisse empresários, políticos e sindicalistas. Prometia reforçar a indústria nacional, aumentar salários e consultar adversários políticos. Acima de tudo, tratava de cativar as classes média e alta – as mais refratárias – de que havia mudado. Dentro da Argentina, diluíam-se as resistências contra sua volta. O novo presidente, general Alejandro Lanusse, aceitou negociar o fim do exílio. Os militares não conseguiram completar o processo de desperonização no país: expulsaram o condutor, mas as estruturas internas permaneceram e os seguidores se multiplicaram.

---

<sup>7</sup> ZAMORANO, 2005. p. 184.

<sup>8</sup> Ibidem. p. 184.

<sup>9</sup> Ibidem. p. 188.

<sup>10</sup> ALONSO, 2005, p. 171.



## 2.2 Os cordéis de Perón

Perón consumou seu objetivo em março de 1973, quando um partidário fiel, Héctor Cámpora, venceu as eleições presidenciais e depois renunciou para abrir caminho ao chefe. Em 20 de junho, o salvador da pátria voltou definitivamente à Argentina e logo tentou afastar os *Montoneros* da cena política. Na recepção no Aeroporto de Ezeiza (periferia de Buenos Aires), a ala direitista do Peronismo atirou de metralhadora contra os *Montos*, no meio da multidão, para evitar que se aproximassem do palco e se adonassem das homenagens. Nunca se soube exatamente o número de mortos, as cifras oscilaram entre 35 até 200, além das dezenas de feridos.<sup>11</sup> No dia seguinte, ao conceder entrevista para rádio e televisão, em vez de lamentar pelas vítimas, Perón declarou: “*Primero la patria, después el movimiento, y luego los hombres*”.<sup>12</sup> O recado não foi entendido.



Concentración popular en 1973.  
Foto: Graciela G. Romero.

***Montoneros* despontavam nas manifestações em favor de Perón.**

<sup>11</sup> DUHALDE, 1999, p. 233.

<sup>12</sup> ZAMORANO, 2005, p. 190.

Em setembro de 1973, Perón elegeu-se presidente pela terceira vez, ungido pela maioria, mas os *Montos* não entregaram os arsenais e se mantiveram desconfiados. Nas comemorações pelo 1º de Maio (Dia do Trabalhador) do ano seguinte, que deveriam celebrar a reconciliação nacional, eles voltaram a se indispor. Ao discursar da sacada da Casa Rosada, Perón foi interrompido com apupos e cobranças, o que não acontecia na época de glória. Quando sua nova mulher, María Estela Martínez de Perón, a Isabelita, dirigiu-se à multidão, os jovens gritaram, ainda mais impertinentes, em honra àquela que realmente idolatravam: “*Si Evita viviera, sería montonera*”.<sup>13</sup>

Perón se irritou, ainda mais depois que ouviu críticas à presença de generais linha-dura, os “gorilas”, em um governo que deveria ser popular. Aconselhou que as facções peronistas radicais se acalmassem para enfrentar os tempos difíceis que viriam. Referindo-se aos *Montos*, condenou: “[...] *pese a estos estúpidos que gritan*”.<sup>14</sup>

O xingamento selou o rompimento, Perón queria aniquilar o projeto socialista dos jovens esquerdistas. Os atentados, os assassinatos e os seqüestros de empresários (o dinheiro do resgate financiava a guerrilha) prosseguiram. Uma das táticas dos *Montos* eram os “*aprietes*”, a forma de pressão para intimidar os governantes, quase sempre de maneira espetacular e sangrenta. Chegaram a destruir com bombas quase mil barcos de passeio ancorados no Delta Tigre, em Buenos Aires.<sup>15</sup> Argumentaram que eram símbolos do luxo da aristocracia em um país de “descamisados” – referência aos pobres assistidos por Evita.

---

<sup>13</sup> SAIDON, 2005, p. 124.

<sup>14</sup> *Ibidem.* p. 125.

<sup>15</sup> GIUSSANI, 2003, p. 73.



**No seqüestro de Jorge Born (imagem à frente), em 1975, o culto a Perón e Evita, ladeando o símbolo Montonero. Foto: Planeta.**

Eles ‘apertavam’ até Perón. Em setembro de 1973, justamente nas eleições do chefe, assassinaram ninguém menos que o secretário-geral da Confederação Geral do Trabalho (CGT), José Rucci, peronista histórico. O crime foi tramado por uma minoria dos *Montos*, tida como a mais “insensata”,<sup>16</sup> que desconfiava que a ala sindicalista havia ajudado a ultradireita no massacre de Ezeiza. Outra intenção foi tentar equilibrar o jogo político no Peronismo, entre esquerda e direita. Naquele momento, a balança pendia a favor da direita.

Também eliminaram outro colaborador de Perón, o comissário Alberto Villar, chefe da Polícia Federal. Villar era da direita peronista, um dos comandantes da Aliança Anticomunista Argentina, a *Triple A*, ombreava com o brasileiro Fleury na eficiência em combater grupos de esquerda. Em 1974, teve o corpo despedaçado por uma bomba que explodiu a sua lancha a motor, no Delta do Tigre.

<sup>16</sup> AMORÍN, 2005, p. 252-263.

Os assassinatos continuavam. Em 1974, os *Montos* mataram Arturo Mor Roig, dirigente da União Cívica Radical (UCR) – tradicional adversária do Partido Justicialista (peronista). A justificativa: dois anos antes, quando Mor Roig era ministro do Interior no governo militar de Lanusse, 16 guerrilheiros presos na base aeronaval de Trelew (sul do país) foram metralhados dentro do cárcere. Novamente, comemoraram o crime: *“Oy, oy, oy, qué contento estoy. Aquí están los montoneros que mataron a Mor Roig”*.<sup>17</sup>

A tática *Montonera* assustou a população a que deveria conquistar e dividiu o próprio grupo. Uma das dissidências notórias foi a do poeta Juan Gelman.<sup>18</sup> Um dos críticos internos mais ferrenhos, o jornalista Pablo Giussani acusou que a “soberba armada” e a “sanha revolucionária” dos *Montos* levaram o regime a “desprender-se de sua máscara” de aparência democrática, “obrigou-o a mostrar-se em toda sua ferocidade”. Giussani advertiu: *“El hombre de la calle percibe en el extremismo revolucionario no al enemigo de la dictadura, sino al progenitor de la dictadura, el causante del cambio.”*<sup>19</sup>

Giussani observou que os *Montos* não souberam aproveitar o breve momento de redemocratização, entre 1973 até março de 1976. Sentiam-se desconfortáveis em cargos burocráticos, preferiam o “narcisismo revolucionário”, como definiu, inclusive adotando a gesticulação da hierarquia militar. Nas manifestações de culto ao Peronismo, distinguiram-se das massas quando um virtual sargento ordenava: *“Compañíaaaaaa... de frenteeee... aaaarrrr!”*<sup>20</sup>

Militantes legendários também alertaram para os equívocos. Rodolfo Walsh avisou que a direção *Montonera* “galopava quilômetros adiante da realidade”, que a vanguarda guerrilheira se transformaria em “patrulha perdida”. Diagnosticou que o povo havia se refugiado no movimento peronista, optando pela resistência pacífica da via política, enquanto os *Montos* foram na direção oposta, aferrando-se ao militarismo. O aviso foi repellido, passaram a chamar Walsh de “Capitão Delírio”,

<sup>17</sup> GIUSSANI, 2003, p. 99.

<sup>18</sup> Teve o filho e a nora (Marcelo Gelman e María Claudia Iruretagoyena) mortos pela ditadura. Em 2000, recuperou a neta, María Macarena, que havia nascido em cativeiro e fora adotada por outra família, no Uruguai.

<sup>19</sup> GIUSSANI, 2003, p. 27.

<sup>20</sup> Ibidem. p. 65.

menosprezando sua trajetória de jornalista combativo nas palavras e nas armas.<sup>21</sup> Os jovens estavam indomáveis, convictos do rumo certo.

Do ponto de vista da repressão, a violência dos *Montoneros* também era incompreensível. Em um estudo sobre o que rotulou de “principal organização subversiva” do país, o coronel Mario Orsolini, do Círculo Militar Argentino, escreveu que “a recorrência sistemática à violência e ao terrorismo causou a morte desnecessária de milhares de seus adeptos.” E arrematou: “*En último análisis su actuación sirvió al sistema que se había propuesto destruir.*”<sup>22</sup>

Anos depois, com a redemocratização, o número dois do comando *Montonero*, Roberto Cirilo Perdía, deu razão aos dissidentes. Admitiu que a população não perdoava a violência das ações:

[...] *El mayor error fue no habernos dado cuenta del efecto que había tenido nuestra actuación desde el 1974 en adelante, y en segundo lugar el peso de la represión. Nos colocaron como el enemigo principal, la bestia peluda, los malos de la película.*<sup>23</sup>

Com a morte de Perón, em 1º de julho de 1974, a Argentina ficou à deriva. O aparato de repressão endureceu, com torturas e assassinatos massivos, antecipando o Terrorismo de Estado que seria oficializado com o golpe de 24 de março de 1976. Os grupos guerrilheiros, o ERP e os *Montos* à frente, não retrocederam.

### 2.3 O sumiço de Ernesto

Foi no mês da morte de Perón que ocorreu o primeiro seqüestro de um argentino dentro do Brasil. Enrique Ernesto Ruggia era aspirante a guerrilheiro, tinha 18 anos, orgulhava-se de carregar o prenome do compatriota Che Guevara.

<sup>21</sup> Foi um dos fundadores da Agência de Notícias Prensa Latina, de Cuba, a convite de Che Guevara. Entre outros livros, escreveu *Operación Masacre* (1972). Walsh foi assassinado pela ditadura em 1977, aos 50 anos. Um ano antes, havia perdido a filha, Vicky, também *Montonera*.

<sup>22</sup> ORSOLINI, 1989, p. 43.

<sup>23</sup> ZUKER, 2003, p. 138.

Estudante de Veterinária, desapontara-se com os *Montoneros*: fora recusado devido à falta de adestramento com armas, poderia ser aceito apenas para tarefas políticas, como distribuir panfletos. Proibido temporariamente de vestir o impecável uniforme dos *Montos* (calça azul-marinho, camisa azul-celeste e jaqueta de couro preta, estilo aviador), aproximou-se de cinco brasileiros que estavam refugiados em Buenos Aires, pertencentes à Vanguarda Popular Revolucionária, a VPR do capitão Carlos Lamarca.

Esses veperristas haviam sido expulsos pela ditadura brasileira, parte deles esteve no Chile (até o golpe de Pinochet) antes de se internar na Argentina. No início de julho de 1974, decidiram voltar ao Brasil, levando o argentino Enrique Ernesto junto, a pedido dele, com planos de reativar a guerrilha e matar o delegado Sérgio Paranhos Fleury, do DOPS de São Paulo. Queriam se vingar dos desfalques que Fleury causara nas organizações de esquerda com torturas e assassinatos. Odiavam a Fleury principalmente pela tática de infiltrar traidores, os “cachorros” do jargão repressivo, como o famigerado Cabo Anselmo. Não sabiam que havia um “cachorro” entre eles.

Pesquisas feitas ao longo de duas décadas pelo ex-militante de esquerda brasileiro, Aluizio Palmar, revelaram que os remanescentes da VPR escondidos na Argentina foram delatados por Alberi Vieira dos Santos, ex-guerrilheiro que resolveu colaborar com a repressão.<sup>24</sup> Uma carta do ex-agente do Centro de Informações do Exército (CIE), Marival Chaves, informou ao Grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro, sobre a traição. Um trecho da carta, de 7 de janeiro de 1993:

[...] Tal operação, que utilizava como infiltrado o ex-sargento da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, Alberi, que na ocasião transitava pelo Chile e pela Argentina com o propósito de atrair brasileiros refugiados políticos naqueles países [...].<sup>25</sup>

Enrique Ernesto e os veperristas saíram de Buenos Aires comandados pelo último líder da VPR ainda vivo, o ex-sargento do exército brasileiro, Onofre Pinto. Ao chegarem a Foz do Iguaçu (triângulo onde convergem as fronteiras do Paraguai, da

---

<sup>24</sup> PALMAR, 2005, p. 15, 77-80.

<sup>25</sup> *Ibidem.* p. 79.

Argentina e do Brasil), foram recepcionados por Alberi, que estava numa camioneta Rural Willys, dirigida por Otávio Camargo. O motorista Camargo foi apresentado como integrante da base de apoio no Brasil, mas era agente do CIE disfarçado.

O núcleo da VPR foi atraído para uma emboscada. Imaginavam que iriam para um centro de guerrilha, dentro Parque Nacional Iguazu, onde receberiam armamento. Foram executados por um comando de militares brasileiros, que os aguardava na floresta. Além do rapaz argentino e do ex-sargento Onofre, Alúzio Palmar assinalou que morreram os irmãos Joel e Daniel de Carvalho, José Lavéchia (veterano companheiro de Lamarca) e Victor Carlos Ramos.<sup>26</sup> Foram sepultados em local desconhecido, no oeste do Paraná, próximo à fronteira argentina.

Ao ser dispensado pelos *Montoneros*, Enrique Ernesto acabou entrando no grupo mais visado pela ditadura brasileira. Com as mortes de Carlos Marighella (1969) e Carlos Lamarca (1971), Onofre Pinto tornara-se o alvo. Contra ele pesavam inúmeras acusações: havia abandonado o Exército (a mais grave), fora um dos fundadores da VPR, recrutara o também militar de carreira Lamarca para a sedição. Em 1969, Onofre pôde sair do Brasil, onde estava detido, em troca do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, seqüestrado pela guerrilha, no Rio de Janeiro, para forçar a libertação de prisioneiros políticos. Para a repressão, Onofre era um desertor a ser eliminado, para extirpar maus exemplos das Forças Armadas.

Em 21 de junho de 1974, dias antes da emboscada no oeste do Paraná, o serviço de inteligência do III Exército (atual Comando Militar do Sul, com sede em Porto Alegre) detectara o plano da VPR na Argentina. Expedira o pedido de busca número 54, alertando sobre a operação retorno. Trechos do informe, em linguagem telegráfica, via telex: “[...] dá conta provável vinda Onofre Pinto próximos dias a fim de executar operação de muita importância... solicita-se intensificar vigilância a fim de capturar nominado [...]”.<sup>27</sup>

A atitude de Enrique Ernesto, de se juntar ao que restara de uma célula guerrilheira para invadir outro país, foi atribuída à ebulição revolucionária dos estudantes. Sentiam-se motivados com a aura de herói continental de Che Guevara,

---

<sup>26</sup> PALMAR, 2005, p. 15.

<sup>27</sup> MARIANO, 2003, p. 69. Documento pesquisado por José Mitchell, do *Jornal do Brasil*, junto aos arquivos do DOPS do Rio Grande do Sul.

argentino como eles, e os efeitos da rebelião dos jovens em 1968. Em Buenos Aires, Enrique Ernesto se deslumbrara com a trajetória de chilenos, uruguaios e brasileiros que haviam escapado das suas ditaduras e tentavam se reagrupar na Junta Coordenadora Revolucionária (JCR). Preterido pelos *Montoneros*, na época seletivos na formação dos quadros, aderiu à turma de Onofre Pinto. Familiares rogaram que não se aventurasse pelo Brasil, mas ele não obedeceu.<sup>28</sup>

## 2.4 O ciclo seqüestro-tortura-seqüestro

O desaparecimento de Enrique Ernesto no Brasil ocorreu antes do golpe de Estado na Argentina, também precedeu o lançamento da Operação Condor. No entanto, já vigorava o primeiro estágio do Terrorismo de Estado que seria gradativamente implantado pelos militares argentinos.

Eduardo Luis Duhalde analisou a evolução da estrutura repressiva. Definiu que a fase inicial, a do Terror Para-estatal, surgiu a partir de 1973, com a ultradireita Aliança Anticomunista Argentina (AAA), comandada por José López Rega, ministro do Bem-estar Social do Peronismo. Durante cerca de três anos, a *Triple A* cometeu mais de 300 seqüestros e assassinatos.<sup>29</sup> Alistava civis e militares no grupo, tinha permissão do Estado para reprimir.

Com o golpe de março de 1976, institui-se a segunda variante, a do Terrorismo de Estado Argentino (TEA). Começou, então, a violência oficial exacerbada, que foi além do Estado Militar. Duhalde comparou que o Estado Militar “constrói seu poder mediante a militarização da sociedade”. Por seu turno, o Terrorismo de Estado “constrói seu poder militarizando mas também desarticulando a sociedade”, por intermédio do “medo ao horror, um horror real, que vai, concomitantemente, eliminando milhares de pessoas, estruturas políticas, sociais e organizações com a visão estratégica da Contra-insurgência”.<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> MARIANO, 2003, p. 67-68. Com entrevista de Lilian Ruggia, irmã de Enrique Ernesto. “Sabendo como ele era, tenho certeza de que insístiu para que o levassem junto”, disse Lilian, em 1999, em Buenos Aires.

<sup>29</sup> DUHALDE, 1999, p. 233-234.

<sup>30</sup> *Ibidem.* p. 237-251.



A finalidade do TEA foi eliminar adversários e consolidar o aparato de repressão à margem da lei. Isso se tornou possível, na avaliação de Duhalde, com três fundamentos: uma doutrina assumida pelos comandos militares; uma estrutura hierárquica que conduziu a repressão ilegal, mas descentralizou as decisões para assegurar eficácia; e uma infra-estrutura que preservou o segredo e a impunidade do acionar clandestino.<sup>31</sup>

A clandestinidade se desdobrava nos porões de tortura. O prisioneiro político ficava encapuzado ou de olhos vendados, enquanto os verdugos usavam codinomes (apavorantes como *El Drácula*, *El Turco*, *El Torto*, *El Tigre*, *Rata*, *Pingüino*, *Trovão*, *Petardo*) para ocultar suas identidades. O TEA elaborou até um vocabulário próprio (opta-se por transcrevê-lo porque facilitará a compreensão dos outros seqüestros de argentinos em território brasileiro):

*Subversivo*: militante político de uma organização revolucionária, extensivo a todo opositor político;

*Seqüestrado-desaparecido*: detenção feita pelo aparato repressivo oficial, fora da lei e não reconhecida;

*Chupadero*: campo de concentração. Vem de chupar: ação de seqüestrar;

*Chupado*: o prisioneiro que está submetido física e psicologicamente, passa a ser até colaborador da repressão;

*Traslado*: saída do prisioneiro seqüestrado-desaparecido para um local incerto (presumivelmente a morte);

*Ausente para sempre*: desaparecido que foi assassinado e teve o corpo escondido.<sup>32</sup>

Essa repressão clandestina era alimentada pelo ciclo seqüestro-tortura-interrogatório-seqüestro, executado com “inenarrável crueldade e sadismo”, como classificou Duhalde. Depois de seqüestrado, torturado e interrogado, o militante acabava delatando outros companheiros da célula guerrilheira, o que deflagrava mais seqüestros. E assim por diante, ampliando o círculo.

Duhalde apresentou as razões do poder militar para atuar na clandestinidade e sem reservas. Foi para evitar a reação internacional, o que causaria transtornos, talvez boicotes e represálias comerciais por parte de países estrangeiros. Outro

<sup>31</sup> DUHALDE, 1999, p. 253.

<sup>32</sup> Ibidem. p. 303-304.

motivo foi que o povo argentino não aceitava a pena de morte seletiva para criminosos comuns, quanto mais uma política massiva de extermínio. Instituições aliadas da ditadura, como a Igreja Católica, também não deveriam conhecer esses métodos para obter melhores resultados na chamada guerra contra a subversão. Ao final, o objetivo do TEA era produzir um efeito dissuasivo na sociedade pela expansão do temor.<sup>33</sup>

Análises precipitadas podem indicar que a guerrilha despertou o demônio civil-militar adormecido. Impõe-se, no entanto, que se considere certos aspectos. Ela foi usada como pretexto, e teve sua contribuição, isso é inegável. Mas não foi a causa principal dos golpes de Estado, como constatou Eric Hobsbawm. Há que se distinguir os dois tipos de violência. Não é possível comparar o terrorismo de extermínio massivo do Estado com o praticado por um grupo, como o dos *Montos*, por mais extremado e numeroso que ele seja.

O terrorismo cometido por indivíduos ou grupos é pontual, um ato isolado, as vítimas dele podem se defender recorrendo às instituições do Estado de Direito. No entanto, quando é o Estado que transgride, a ação torna-se global e, o pior, desaparecem os meios de defesa, não há a quem recorrer, resta somente o exílio forçado para salvar a vida. Além do mais, existe outro agravante: o terror estatal é retroativo,<sup>34</sup> por resgatar casos do passado, mesmo se ocorridos em tempos democráticos e quando foram aceitos como perfeitamente legais. Os mais visados pelo “efeito retroativo” são determinados artistas, intelectuais, políticos, sindicalistas e defensores em geral de causas populares.

## 2.5 Os morcegos do B. 601

O cérebro do Terrorismo de Estado Argentino (TEA) era o Batalhão de Inteligência 601, o B. 601, cuja sede ficava na esquina das ruas Callao e Viamonte, em Buenos Aires. O B. 601 articulava os serviços de espionagem, centralizando as informações. Não tinha o porte da Direção de Inteligência Nacional (DINA), do Chile,

---

<sup>33</sup> DUHALDE, 1999, p. 308-309.

<sup>34</sup> PADRÓS, 2005.

mas cumpria a mesma função de perseguir adversários além das fronteiras. Foi ele que operacionalizou o seqüestro de cinco *Montoneros* no Brasil.

Ao contrário de militares brasileiros, mais econômicos no registro da atuação anti-subversiva, os argentinos deixaram provas sobre a estrutura e as funções do B. 601. A documentação recolhida pela Justiça Federal da Argentina, no processo judicial 6.859, mostra que o B. 601 produziu detalhados e extensos relatórios – um deles tem 93 páginas – sobre os atividades dos grupos guerrilheiros, em especial os *Montoneros*. São informes escritos com máquinas de datilografia, em linguagem clara e objetiva, sem rasuras nas folhas. Contêm os antecedentes das organizações de esquerda, as biografias dos líderes, o histórico e as principais ações, além de previsões sobre possíveis movimentos futuros. No alto e ao pé de cada folha dos relatórios, consta a observação “*Estrictamente Secreto y Confidencial*”, indicando que deveriam circular somente entre os integrantes do batalhão. Entre 1974 e 1981, foi comandado pelo coronel Jorge Alberto Muzzio.

O B. 601 abrigava os especialistas da repressão. Dentro da Argentina, fornecia interrogadores para outros centros de tortura. O ex-comandante do I Corpo do Exército, o mais importante do país, general Carlos Guillermo Suárez Mason, confirmou, ao depor à Justiça Federal em 2002, que solicitava o apoio do B. 601 em determinadas situações:

[...] *se le pidió alguna vez interrogadores. Cuando se tiene un detenido y no se sabe el ámbito de inteligencia que lo rodea uno tiene que traer algún especialista. Por eso aparte del informe de inteligencia había que traer un interrogador, por su conocimiento.*<sup>35</sup>

Um dos especialistas foi o agente Juan Antonio Del Cerro, o *Colores*, que mantinha uma rede de informantes entre os *Montoneros*. Conversava com eles regularmente, em reuniões secretas ou rápidos encontros nas praças. Entregava questionários, que depois eram respondidos e deixados em locais previamente combinados. Um desses delatores tinha contatos com os *Montos* exilados no Brasil. Ele estava preso na ESMA, em Buenos Aires, mas não sofria torturas, ganhou

---

<sup>35</sup> ARGENTINA, pasta 62, f. 435; 444.

regalias em troca da colaboração aos repressores. Perito em documentação, revelou como se poderia detectar os passaportes e as identidades falsas que os guerrilheiros utilizavam na clandestinidade, por meio de análises com raios ultravioleta. Esse informante também gozava o privilégio de sair do cárcere para visitar a mulher, igualmente *Montonera*. Del Cerro revelou a liberdade que ele desfrutava: “[...] *se movía con absoluta libertad llegando incluso a mostrar algunos objetos que había traído de Brasil en un viaje que había realizado durante el tiempo en la ESMA.*”<sup>36</sup>

O B. 601 tinha a missão de apanhar os *Montoneros* que tentassem voltar à Argentina via Brasil e países vizinhos, por meio do *Operativo Murciélagos*<sup>37</sup>, que previa até a eliminação dos indesejáveis. Organizada pelo coronel Carlos Alberto Tepedino, a operação concentrava-se em dois cruzamentos fronteiriços, os mais utilizados pelos *Montos*: Paso de los Libres-Uruguaiana (Rio Grande do Sul), e Las Cuevas, entre a província argentina de Mendoza e Los Andes (Chile).

Agentes morcegos do B. 601 agiam fora da Argentina, seguindo uma das estratégias da Operação Condor, a de infiltrar espiões nas embaixadas, nos consulados, nas companhias aéreas, nas empresas multinacionais. Entre dezembro de 1978 e janeiro de 1981, o coronel Jorge Ezequiel Suárez Nelson foi agregado militar em Brasília.<sup>38</sup>

Havia uma equipe, o Grupo de Tarefas Número 2 (GT2), lotada no B. 601, somente para caçar os *Montoneros*. Mobilizava prioritariamente oficiais, mas, a exemplo de outros GTs, também podia agregar civis, como boxeadores, leões-de-chácara, mercenários, lutadores de artes marciais, a quem eram delegados os serviços mais sujos.

Um dos morcegos do B. 601 e do GT2 Antimontonero, o policial federal Julio Hector Simón ficou mais conhecido pelo codinome. “*Sí, me dicen el Turco Julián*”,<sup>39</sup> respondeu ao ser interrogado no Juizado Federal Nº 11, de Buenos Aires, em julho de 2002. No depoimento, o agente contou como era sua rotina: “[...] *no había un día*

---

<sup>36</sup> ARGENTINA, pasta 71, f. 328.

<sup>37</sup> Idem. pasta 59, f. 834-836; pasta 70, f. 031-042.

<sup>38</sup> Idem. pasta 67, f. 581, 582, 588, 593.

<sup>39</sup> Idem. pasta 62, f. 446.

*común, es lo mismo que una guerra, se vivía esperando, yo vivía en el auto dormía en el auto, abandoné a mis hijos, los veía una vez por semana, me hice pedazos”.*<sup>40</sup>

Para *Turco Julián*, o país estava em guerra, quem discordasse era subversivo, quem pegasse em armas era terrorista. Em uma entrevista ao *Canal ATC* (Argentina Television Color), de Buenos Aires, em 1995, ele disse que “participou da luta com muita honra”. Contou que teve “centenas de enfrentamentos” e admitiu ter matado pessoas:

*Yo creo que todos matamos gente. El conjunto del país mató gente. Tanto de un lado como de otro. Yo entiendo perfectamente que ustedes me tiene que hacer la pregunta. Yo no inventé el terrorismo, no inventé la subversión.*<sup>41</sup>

O entrevistador insistiu, perguntou se ele havia matado com as próprias mãos. A resposta: “*Exactamente*”.<sup>42</sup>

Questionado se poderia ter eliminado algum inocente, o repressor garantiu: “*En mis manos no pasó nunca un inocente. Todos, en mayor o en menor grado, tenían algo que ver con diferentes organizaciones terroristas.*”<sup>43</sup>

Entre as 83 perguntas que respondeu no programa de televisão, *Turco Julián* fez uma avaliação dos *Montoneros*. Informou que os dirigentes estavam a salvo fora da América do Sul, usufruindo do dinheiro arrecadado com o seqüestro de empresários, enquanto os que permaneciam lutando na Argentina se rendiam em troca de um prato de comida nos porões de tortura:

*[...] Equivale a decir que en ese momento estaba gente viviendo en Cuba, en Nicaragua, cobrando suculentos dividendos de los diferentes secuestros que habían efectivizado, viviendo como reyes, mientras aquí el militante de base, los cuadros medios, o el cuadro de conducción que estaba acá en la Argentina, moría*

---

<sup>40</sup> ARGENTINA. Pasta 70, f. 135.

<sup>41</sup> SIMON, 1995.

<sup>42</sup> Idem.

<sup>43</sup> Idem.

*enfrentándose, se tomaba una pastilla de cianuro o caía quebrado por un plato de comida [...]*<sup>44</sup>

Deve-se explicar melhor as expressões “mortos de fome” e “quebrados”. O repressor estava se referindo aos *Montos* detidos nas prisões, que eram “quebrados” (derrotados) física e psicologicamente pelas torturas, pelas humilhações e pela falta de água e alimentos. Sentindo-se perdidos, colaboravam em troca de um prato de comida.

Na parte final da entrevista, *Turco Julián* assegurou que não se arrependia de seus atos, mas reclamou dos comandantes da ditadura, que, naquele momento (1995), tentavam inculpar os subordinados, sob o argumento de que desconheciam os subterrâneos da repressão. A queixa dele:

*[...] yo pensé de que las autoridades de turno serían las responsables políticas antes, durante y después de los hechos. Yo no era el conductor del país, yo era simplemente un funcionario que integraba una oficina, un grupo de tareas. Cumplía una tarea, la que me habían encomendado y me habían ordenado.*<sup>45</sup>

*Turco Julián* foi um dos mais abnegados repressores, assumindo as vilanias que a atividade pressupunha naquele contexto de Terrorismo de Estado. Em novembro de 1978, participou do seqüestro de um bebê de oito meses, Claudia Victoria Poblete, e dos pais dela, José e Gertrudis, na província de Buenos Aires.<sup>46</sup> José e Gertrudis não eram guerrilheiros, pertenciam à entidade ‘Cristãos para a Libertação’.

A família Poblete foi levada ao centro clandestino *El Olimpo*, na capital. A criança teve o nome trocado para Mercedes Beatriz Landa e foi entregue a outra família, para adoção. Os pais dela, José e Gertrudis, foram torturados por *Turco Julián* e o agente Del Cerro, com choques elétricos, espancamentos com porretes e palmatórias de borracha. Documentos expuseram o sadismo dos interrogatórios.<sup>47</sup>

---

<sup>44</sup> SIMON, 1995.

<sup>45</sup> Idem.

<sup>46</sup> ARGENTINA, pasta 70, f. 144-146.

<sup>47</sup> Ibid. f. 145.

Gertrudis foi arrastada nua, puxada pelos cabelos. José, um deficiente físico que se locomovia em cadeira de rodas, era pendurado no teto e depois solto, para se estatelar no chão. Os carrascos divertiam-se com essas maldades, chamavam José de “*cortito*” devido à falta de pernas.

José e Gertrudis foram eliminados, os corpos desapareceram. Sua filha, Claudia Victoria, foi localizada com a intervenção da Associação das Avós da Praça de Maio.

## **2.6 O bispo e o ‘cabezón’ Norberto**

O seqüestro do jovem Enrique Ernesto Ruggia deve ser creditado à repressão brasileira. Já os cinco casos posteriores de *Montoneros* capturados no Brasil foram protagonizados pelo B. 601. Eles ocorreram durante a Contra-ofensiva Popular (que será abordada mais adiante), quando guerrilheiros partiram do México e da Espanha na fracassada investida para derrubar a ditadura argentina. Os seqüestros aconteceram em dois momentos: na ida, quando pretendiam ingressar na Argentina; e na volta, ao tentarem fugir novamente para o exílio.

Cabia ao B. 601 anular a Contra-ofensiva. Documentos da Justiça Federal da Argentina (já citados) mostram que os agentes do *Operativo Murciélagos* conheciam em minúcias a estrutura *Montonera*. Dispunham de organogramas completos, com os quadros de diretores, nas áreas de guerrilha, comando tático, administração, relações públicas, finanças e arquivo.

O jornalista e escritor Norberto Armando Habegger, apelidado *Cabezón* pelo tamanho do cérebro e pelas funções que exercia na organização, foi a primeira vítima da segunda onda de seqüestros. Em 30 de julho de 1978, ele deixou o México e viajou para o Rio de Janeiro, onde encontraria compatriotas refugiados. Para não despertar suspeitas, utilizou um passaporte falsificado em nome de Hector Estebán Cuello. Prometeu telefonar para a mulher, Florinda, que ficara na Cidade do México,

tão logo desembarcasse no Rio. Não ligou.<sup>48</sup>

Norberto era secretário da área de relações políticas dos *Montoneros*. Chegou a ser o Número 10 do comando, depois do rompimento com Perón. Intelectual ligado ao Catolicismo, colaborava para revistas alternativas da Argentina, do Chile e do Uruguai, escreveu livros, como *Camilo Torres, el cura guerrillero*.<sup>49</sup> Com o golpe militar, passou a ser perseguido dentro de seu país, mergulhou na clandestinidade. Depois de ter a residência (na cidade de Arrecifes, província de Buenos Aires) invadida e saqueada por repressores, asilou-se no México.

Ao desembarcar no Rio de Janeiro naquele final de julho, Norberto caiu numa armadilha, sendo detido em um hotel por policiais que falavam espanhol. Deveria encontrar-se com dois argentinos, Ana Inés Ciochini e Hugo Ibarsabal, em um restaurante de nome *Martín Fierro*.<sup>50</sup> Removido à Argentina, desapareceu. Tinha 37 anos.

Florinda bateu-se por informações sobre o paradeiro do marido. Escreveu cartas<sup>51</sup> pedindo ajuda ao Vaticano, à Organização das Nações Unidas (ONU), à Organização dos Estados Americanos (OEA), ao senador republicano Edward Kennedy, a Rosalyn Carter (mulher do presidente norte-americano Jimmy Carter). Também recorreu à Anistia Internacional (Inglaterra), à Confederação Mundial do Trabalho (Bélgica), ao Conselho Mundial da Paz (Finlândia) e outras instituições. No Brasil, apelou à Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A viúva também mandou telegrama ao então presidente da República, Ernesto Geisel, logo após o desaparecimento. Na linguagem direta e apressada que caracteriza esse tipo de comunicação, as quatro linhas revelam desespero e indignação: “*Denuncio desaparición mi esposo Norberto Habegger, periodista y*

---

<sup>48</sup> Informação de Florinda ao autor da dissertação, em março de 1999, durante entrevista em Buenos Aires.

<sup>49</sup> Padre colombiano que aderiu à guerrilha e morreu em combate, em 1966, aos 37 anos. Na Argentina, a versão mais próxima de Camilo Torres era o jesuíta Carlos Mujica, mas ele se distanciou dos *Montoneros* quando pegaram em armas. “Estou disposto a que me matem, mas não a matar”, explicou. Foi assassinado pela *Triple A*, em 1974.

<sup>50</sup> ARGENTINA, pasta 58, f. 648-649.

<sup>51</sup> Idem. pasta 57, f. 597.



*escritor argentino, en viaje de tránsito Brasil. Exigo intervención su gobierno responsabilizandolo por la vida y seguridad física de mi esposo*".<sup>52</sup>

Três dias depois, Florinda mandou outro telegrama, com o mesmo teor, para o ministro das Relações Exteriores, Antônio Azeredo da Silveira. Também não obteve resposta.

Nenhuma das instituições procuradas por Florinda conseguiu intervir, apesar de sua influência mundial e da repercussão causada pelas denúncias. Jornais do Brasil (como *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*), da Argentina (*La Voz*), do México (*Unomás*) e da Europa, como o prestigioso francês *Le Monde*, noticiaram o desaparecimento de Norberto. Essas publicações transmitiram a acusação e o apelo de Florinda, mas não cobraram explicações das autoridades.

Um dos exemplos dessa postura foi oferecido por *O Globo*, com sede no Rio de Janeiro, onde ocorreu o seqüestro. Divulgou a reclamação do porta-voz da Federação Latino-americana de Jornalistas, em uma pequena nota de três parágrafos: "Acreditamos que as autoridades brasileiras a que o caso corresponde... não deixarão de tomar toda a providência para o total esclarecimento de uma ocorrência que está no interesse do Brasil deixar fora e acima de qualquer suspeita."<sup>53</sup>

No entanto, *O Globo* não publicou a versão das autoridades brasileiras sobre a cobrança da entidade de jornalistas na América Latina. No caso, seriam os Ministérios da Justiça e das Relações Exteriores.

Quem se dispôs a auxiliar Florinda e ainda trouxe revelações sobre a atuação de policiais argentinos dentro do Brasil foi o arcebispo do Rio de Janeiro, cardeal dom Eugenio Sales. Insuspeito por ser considerado da ala conservadora da Igreja Católica, dom Eugenio escreveu, em fevereiro de 1979, que Florinda deveria tomar cuidado se viajasse ao Rio de Janeiro para encontrar-se com ele:

[...] Conforme prometi, mandarei um sacerdote ou uma religiosa esperá-la no aeroporto e conduzi-la a uma casa de freiras. Da parte

---

<sup>52</sup> HABEGGER, 1978.

<sup>53</sup> ABI, 24 ago. 1978.

do Brasil, não acredito que exista perigo. Suponho que tenha sua documentação em ordem. Entretanto, há elementos da Polícia argentina aqui. Não se pode provar, mas constatou-se nos últimos meses, por três ou quatro vezes, essa presença. Pessoa da Arquidiocese a quem consultei julga haver perigo mesmo com a cooperação acima citada. Deixo a decisão a seu critério.<sup>54</sup>

Na carta de 12 linhas datilografadas, o cardeal fez a observação quanto à legalidade da documentação por causa dos antecedentes de Florinda. Ela fora presa e torturada com choques elétricos, na Argentina, em 1977, também estava na lista dos opositores da ditadura. Mais por ser mulher de Norberto, menos por *Montonera*. Ao finalizar a carta, dom Eugenio tentou consolar: “Pedirei a Deus que a ajude a encontrar seu esposo.”<sup>55</sup>

## 2.7 O último “Trem da Vitória”

Depois do golpe de março de 1976, a situação dentro da Argentina tornou-se insustentável para os *Montoneros*, que correram para o exílio. Fugiam da *cacería* dos predadores, que anunciavam nos muros de Buenos Aires: “*Haga patria, mate un montonero*”.<sup>56</sup> No Brasil, a primeira escala desses perseguidos foi em São Paulo e no Rio de Janeiro, queriam ficar perto, na ilusão de que poderiam voltar a curto prazo. Mais tarde, estabeleceram-se no México e na Espanha, aí refazendo ao inverso o caminho dos avós.

Mesmo no exílio, continuaram mobilizados. No final de 1978, Roberto Cirilo Perdía avaliou, equivocadamente, que a ditadura começava a atravessar um período crítico, a “ofensiva” militar se esgotava, enquanto o povo dava sinais de insatisfação. Acreditando que os argentinos simpatizavam com os *Montos* (outro engano), propôs a “Contra-ofensiva Popular”,<sup>57</sup> conforme o Boletim Interno Número 8.

A Contra-ofensiva foi preparada em Madri, onde os exilados eram convocados a embarcar no último “Trem da Vitória”. Para convencer os hesitantes,

---

<sup>54</sup> SALES, 1979.

<sup>55</sup> *Ibidem*.

<sup>56</sup> ZUKER, 2003, p. 56.

<sup>57</sup> *Ibidem*. p. 109.

argumentavam que era optar entre a glória revolucionária ou ser um miserável o resto da vida. Outro dirigente, Ricardo René Haidar, *El Turco*, credenciado por ter sobrevivido ao fuzilamento de Trelew (1972), insuflava: “*Tenés que matar a algún milico en el país para recuperar la entereza, la valentía.*”<sup>58</sup> Também jogavam com o sentimento de culpa, os que estavam a salvo na Europa eram lembrados dos que morriam nos cárceres da Argentina.

Foi na Contra-ofensiva que a militarização se intensificou. Relatórios secretos do Batalhão de Inteligência 601 (B. 601) comprovaram o que os próprios *Montoneros* sempre admitiram: guerrilheiros treinaram no Líbano (em Damour, a 20 quilômetros de Beirute), instruídos por palestinos da Fatah,<sup>59</sup> precursora da Organização para a Libertação da Palestina (OLP). O convênio foi acertado entre o dirigente *Monto*, Horacio Mendizábal, e o chefe militar da Fatah, Abou Jihad, um dos fundadores da entidade, ao lado de Yasser Arafat.

Pelos informes do B. 601, descobriu-se que havia outro campo de treinamento, na Síria, nas cercanias de Damasco. O adestramento durava dois meses e meio. Ao final, organizaram as Tropas Especiais de Infantaria (TEIs), cada combatente recebia um fuzil AK-47, uma arma curta (pistola ou revólver) e granadas de mão. Além das TEIs, montaram mais dois grupos: as Bandas de Delinqüentes Terroristas (BDTs), para atentados a bomba, e as Tropas Especiais de Agitação (TEAs), de combate e mobilização popular.

Os mais lúcidos questionavam se a investida contra a ditadura não seria um suicídio. Mas logo sobrevinha a carga moral, o remorso de que companheiros estavam sendo exterminados na Argentina. Um dos comandantes das TEIs, Héctor Pardo, apelidado de *Alcides*, gritava com os indecisos: “*Vos tenés tus muertos, tu historia. Si no vas, sos un cagón.*”<sup>60</sup>

A hierarquia dos *Montos* era férrea. Basicamente, dividiam-se em dois grupos. A turma do *Perejil* (salsinha, em espanhol, um complemento do prato principal) não tinha cargos importantes, cuidava da militância. Os líderes eram os *Jetones*

---

<sup>58</sup> ZUKER, 2003, p. 123.

<sup>59</sup> ARGENTINA, pasta 60, f. 014-031.

<sup>60</sup> ZUKER, 2003, p. 140.

(cabeção, bacana).<sup>61</sup> Com a militarização, adotaram o mesmo organograma das patentes do exército a que combatiam. A massa de guerrilheiros, os soldados, batiam continência a tenentes, majores e capitães.

O México formava a outra estação do “Trem da Vitória”, tão importante como a da Espanha. A missão era a mesma: ingressar clandestinamente na Argentina, invadir os estúdios de televisão, sublevar a população, enfrentar a ditadura pelas armas e implantar “o projeto nacional revolucionário” de uma pátria popular e socialista.

Era no México que operava o terceiro argentino seqüestrado no Brasil, Horacio Domingo Campiglia, o Petrus, um *jetón*. A trajetória dele foi descrita pelo guerrilheiro Eduardo Astiz, que sobreviveu para narrar a Contra-ofensiva. Em abril de 1979, Horacio passou instruções a Eduardo, no centro de treinamento de São Miguel de Allende, uma antiga fazenda de gado, situada perto da Cidade do México. A ordem de Petrus, o 2º Comandante no México:

La tarea es esta: entrar un cargamento de armas. Acá tenés la orden por escrito y la relación de citas que debés cumplir durante el viaje. Vos te encargarás de resolver todos los problemas que surjan, porque a partir de este momento no contás con más ayuda de la Conducción.<sup>62</sup>

Depois dos exercícios, os dois foram se refrescar à moda dos guerrilheiros cubanos, com quem Eduardo havia treinado. Picotaram barras de gelo e as colocaram em copos de água, para repartir com os outros companheiros do grupo (11 homens e três mulheres), também extenuados. Eles estavam à vontade no México. Contrário às ditaduras da Argentina e do Chile, o então presidente mexicano, José López Portillo (1976-1982), cedera instalações e emprestara armamento para o treino. Segundo Eduardo, Horacio continuou a instrução:

*En este sobre va también la plata. Mantenete en permanente contacto con los controles y llegá con todo a Buenos Aires además,*

---

<sup>61</sup> SAIDON, 2005, p. 144.

<sup>62</sup> ASTIZ, 2005, p. 7.

*ya lo sabés, tenés que conducir tu pelotón en la aproximación e ingreso al territorio.*<sup>63</sup>

Eduardo considerava Horacio menos autoritário que outros chefes. Era firme nas decisões, mas não se exaltava para ser obedecido, conversava e se mostrava compreensivo. A par de ser um “bom sujeito”, vestia-se com esmero, penteava o cabelo fazendo riscas, às vezes deixava que uma mecha do topete lhe caísse sobre a testa. Eduardo narrou a despedida com Horacio:

- *¡Muchas gracias!, después que entre los fierros te invito a comer un asadito en Buenos Aires.*
- *¡Macanudo, che!, no se hable más – respondeu Horacio.*
- *Para mi cumpleaños – disse Eduardo.*
- *¿Y eso para cuándo es?*
- *... ¡Uh... para septiembre, pero te lo prometo!*
- *... Y lo prometido... – finalizou Horacio.*<sup>64</sup>

## 2.8 O sol do Rio de Janeiro

Eduardo desembarcou no Rio de Janeiro em 23 de abril de 1979. Tinha 40 anos, era chamado pelo codinome de *Pelado José* por causa da calvície acentuada – havia inúmeros *Pelados* (carecas) entre os *Montos*. Nas suas memórias, escreveu que se deslumbrou com a visão da Baía da Guanabara, o sol infiltrando-se pela janela do avião, mas logo sentiu um “início de taquicardia” devido aos perigos. Conferiu os documentos e se a pastilha de cianureto de potássio<sup>65</sup> estava no interior do cinto da calça. Com a mão direita, praticou a retirada do veneno em direção à boca. Se fosse descoberto, cravaría o dente no plástico branco com bordas vermelhas do invólucro do veneno. Deixaria a pastilha à mercê do canino mais eficiente, o direito. Preferia o suicídio do que ser preso – um mandamento da

---

<sup>63</sup> ASTIZ, 2005, p. 8.

<sup>64</sup> *Ibidem.* p. 16.

<sup>65</sup> *Montoneros* adotaram o *Minimanual do Guerrilheiro*, do comunista Carlos Marighella, que costumava portar uma cápsula de cianureto.

organização. Ele registrou o temor com palavras: “*Cada aterrizaje en el Cono Sur es un infarto. [...] ¡No se me vaya a caer, la puta que lo parió!*”<sup>66</sup>

Gíria comum entre os esquerdistas da região, cair significava ser preso. No desembarque, Eduardo simulou que era o gerente de uma editora com filiais no Brasil, na Argentina e no Chile. Por fora da maleta que carregava, deixou três amuletos da sociedade moderna da época – uma revista *Playboy* (proibida no Brasil pelo erotismo), uma carteira de cigarros *John Player Special* e uma calculadora trigonométrica – para pequenas corruptelas. Se algum agente de aduana complicasse, tentaria ser amistoso presenteando-lhe a *Playboy*, acompanhada do melhor sorriso. A frase estava ensaiada: “[...] *se lo dejo señor, usted comprenderá que no lo puedo llevar a mi casa.*”<sup>67</sup>

Não houve contratempos com Eduardo. No Rio de Janeiro, localizou os dois *Montos* que ajudariam na Contra-ofensiva, um casal de namorados, ele com 21 anos, ela de 19. Os dois jovens trouxeram uma camioneta *Toyota* vermelha, dirigindo desde a Califórnia (EUA). No Brasil, abriram o forro do chassi do veículo, onde esconderam 80 quilos de armas, os *fierros*: pistolas *Browning* calibre .9 milímetros, escopetas *Itaka*, granadas (fabricação própria) e munição. O arsenal abasteceria células guerrilheiras dentro da Argentina.

Do Rio de Janeiro, os três seguiram na *Toyota* para São Paulo, onde foram parados em uma barreira policial, antes de entrar na capital paulista. Eduardo se apresentou, misturando português e espanhol, e mostrando os documentos. Para surpresa dele, o policial brasileiro chamou um colega argentino ou uruguaio, que se expressou corretamente:

– *¡Buenos días señor! Su documentación, por favor. ¿Son ustedes turistas, hacia dónde se dirigen?*

– *¡No oficial!, ojalá fuéramos turistas, estamos trabajando en un proyecto editorial, ahora vamos a ‘Sao Paulo’. Estos dos jóvenes son investigadores norteamericanos que van a iniciar una investigación en el marco de un convenio brasileño-norteamericano [...]*<sup>68</sup>

---

<sup>66</sup> ASTIZ, 2005, p. 17.

<sup>67</sup> *Ibidem.* p. 17.

<sup>68</sup> *Ibidem.* p. 42.

A presença de um policial argentino, em uma barreira de fiscalização dentro do Brasil, evidenciou o grau de colaboração entre os dois países.

O trio foi liberado, revistaram o porta-malas, mas não desconfiaram do forro com as armas. Eduardo e os dois jovens tiveram sorte, pois relatório do B. 601 demonstrou que a repressão argentina sabia das estratégias de ingresso dos *Montos*. No início, entravam pelos aeroportos, utilizando passaportes falsos. Depois, com o aperto na vigilância, infiltravam-se pelas rodovias do Paraguai, do Chile e do Brasil. Na opção por terra, usavam militantes sem antecedentes, como o casal de namorados que acompanhava Eduardo. O informe do B. 601: “[...] *Por lo tanto las vías de ingreso quedaban reducidas a los medios terrestres desde países limítrofes, en particular Brasil, por cualquiera de sus fronteras [...]*”<sup>69</sup>

Em São Paulo, os três *Montoneros* pararam para assistir às comemorações pelo Dia do Trabalhador, no 1º de maio de 1979, com um show na Avenida São João e músicas de Chico Buarque de Holanda. Eduardo surpreendeu-se com a multidão, notou uma frase pichada em um muro, homenageando Marighella, a quem os *Montos* idolatravam: “O sangue dos mártires fecunda esta terra”.<sup>70</sup>

Prosseguindo a viagem, os três dormiram em Porto Alegre, num hotel que Eduardo qualificou de espelunca de quinta categoria. Devido à lotação, dividiram o mesmo quarto, aproveitaram para lavar a roupa suja, imitando turistas que penduram cuecas e meias nos suportes do banheiro.

No convívio em clandestinidade, o veterano Eduardo notou que os jovens, além de apavorados, foram recrutados às pressas. A garota não sabia nem o que significava o nome *Montoneros*. Eduardo teve de explicar que remontava às guerras de independência, quando as tropas gaúchas atacavam aos montes, *en montón*, para compensar a desvantagem numérica em relação aos exércitos de Espanha, que se postavam em linhas de infantaria.

A última escala em território brasileiro foi atravessar a fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina, entre Uruguaiana e Paso de los Libres, um dos alçapões da Operação Condor (como se verá no último capítulo desta dissertação). Antes de

---

<sup>69</sup> ARGENTINA, pasta 76, f. 344.

<sup>70</sup> ASTIZ, 2005, p. 45.

entrar na fila dos controles aduaneiro e policial, Eduardo comeu um *asado tierno y jugoso*,<sup>71</sup> como se fosse a última refeição de sua vida. Depois, voltou a pegar a cápsula de cianureto. Teria de agir rápido, embora o veneno causasse morte quase instantânea (alguns caíam de chofre, outros ainda sofriam convulsões antes do estertor final), porque os repressores haviam desenvolvido um aerosol purgativo, que fazia com que os suicidas vomitassem a pastilha. Socorridos em hospital, alguns sobreviviam, para depois serem encaminhados a interrogatório e tortura.

## 2.9 “¡Mon-to-ne-ros, Carajo!...”

Os três passaram pela fiscalização de Uruguaiiana-Libres. Em 4 de maio de 1979, entraram com a *Toyota* carregada de armas em território argentino. Eduardo contou que os pavores aumentaram. A jovem dizia que o corpo lhe doía a ponto de ficar paralisado quando pensava que poderia ser torturada com choques elétricos, intermediados por espancamentos e violações. O próprio Eduardo admitiu sentir “muitos medos” (assim, no plural), lembrava que perdera o irmão mais novo, Alejandro Marcos, desaparecido aos 18 anos. Um dos medos eram as ciladas que tinham por isca *Montoneros ‘chupados’*,<sup>72</sup> levados às ruas dentro de carros Ford Falcon (o preferido da repressão, por espaçoso e potente) para identificar companheiros soltos.

Os receios dos três *Montos* eram fundados. O primeiro ato da repressão era *chupar* (seqüestrar) o suspeito apontado como perigoso subversivo. Bandos de quatro a oito policiais *chupadores*, chamados oficialmente Grupos de Tarefas (GTs) e de *patotas* na gíria, atacavam nas ruas ou invadindo casas. O preso era algemado, encapuzado e metido dentro de um automóvel, a socos, pontapés, coronhadas, cuspidas e xingões, tudo ao mesmo tempo, a anunciar o que viria pela frente.<sup>73</sup>

O prisioneiro ia para um *chupadero*, os centros clandestinos de detenção, existiam pelo menos 340 no país. Era amarrado a um estrado metálico (espécie de

<sup>71</sup> ASTIZ, 2005, p. 55.

<sup>72</sup> Militantes presos, que sucumbiam à tortura e passavam a colaborar com a repressão em troca de continuarem vivos. Eram chamados de ‘marcadores’.

<sup>73</sup> NUNCA MÁS, 1995.



cama sem colchão), batizado de *parrilla* (alusão à grelha dos restaurantes para assar carnes e vísceras de gado, a *parrillada*). Depois, era submetido à especialidade argentina de martírio: o choque elétrico, a *picana*. Antes, podia ter o corpo afogado em tonéis de água infecta, misturada com fezes e urina, para aumentar a intensidade das dores causadas pelas ferroadas elétricas.

Uma vez imobilizado na *parrilla*, braços e pernas afastados – como um crucificado –, o preso era conectado a condutores elétricos. Os torturadores mais perversos derramavam querosene nas narinas (o que provocava asfixia) e aplicavam choques em partes sensíveis do corpo, como nas gengivas (havia agulhas tão finas que podiam ser instaladas entre os dentes) e nos órgãos sexuais (introduziam cabos no ânus ou na vagina).<sup>74</sup>

Era por pânico a esse suplício que os *Montoneros* carregavam a pastilha de cianureto. Não tinham escolha. Nos porões de tortura, não resistiriam, sofreriam mutilações físicas e psicológicas, e ainda se tornariam *marcadores* (informantes) da repressão, carregando a danação perpétua que acompanha os delatores. Depois de *chupados*, não havia garantias de sobrevivência em troca da colaboração, também poderiam ser encaminhados para a solução final: a morte com o desaparecimento do corpo.

Ao chegar a Buenos Aires, Eduardo separou-se do casal de namorados, que não tinha treinamento guerrilheiro e seria presa fácil. Como líder da Tropa Especial de Agitação II (TEA II), deveria substituir os militantes da TEA I, que haviam ingressado na Argentina quatro meses antes. Cada TEA mobilizava de 15 a 20 combatentes. Deveriam conquistar adesões, mas, ao contrário, encolhiam.

Logo na estréia em Buenos Aires, ao se encaminhar para uma reunião, Eduardo foi vítima de *marcadores*. A repressão descobrira o encontro agendado ao prender dois *Montos*, os quais aceitaram trair para se livrar da tortura. Pela descrição de Eduardo, eram muito jovens: o rapaz exibia bigodes para parecer mais adulto, a moça usava óculos de lentes grossas devido à miopia. Estavam misturados a dois grupos de policiais, as *patotas*, circulando em automóveis.

---

<sup>74</sup> *NUNCA MÁS*, 1995, p. 26-54.

Eduardo escapou entre a multidão, atirando com os perseguidores, mas feriu-se na mão, sem gravidade. No fragor desses enfrentamentos urbanos, assim como outros *Montos*, costumava gritar um hino de guerra para revigorar a coragem. Escandia as quatro sílabas que designam a organização, como para lembrar a condição de guerrilheiro, o que embutia o dever de encarar o medo: “*¡Mon-to-ne-ros, Carajo!...¡Mon-to-neros, Carajo! ¡Si Evita viviera, sería Montonera! [...] ¡Lo vamo a ré-ventar... lo vamo a ré-ventar!*”<sup>75</sup>

A função de Eduardo não era atacar as forças policiais, um ato suicida que não traria nem a auréola de mártir ao combatente, mas transmitir proclamações. Nos seis meses em Buenos Aires, ele e seus companheiros fizeram cerca de 50 transmissões relâmpagos. Carregavam o equipamento de áudio em bicicletas ou motonetas, atuavam na periferia, não na zona central, porque ficariam encurralados no trânsito se fossem cercados. Eram manifestos como este: “*¡Atención, atención! Transmite Radio Liberación. Voz de Montoneros! Del pueblo, combatiendo al Capital... ¡Perón! ¡Perón!*”<sup>76</sup>

Note-se que os *Montos* foram escoraçados por Perón, xingados de “estúpidos” em praça pública e varridos por fogo de metralha durante a recepção no aeroporto de Ezeiza, mas continuavam citando o nome do caudilho. Há duas explicações para isso. Em primeiro lugar, alguns deles realmente veneravam Perón, embora num patamar abaixo ao da incontestável Evita. O segundo motivo seria de ordem prática: ao se ‘peronizar’,<sup>77</sup> o grupo achava que facilitaria sua inserção nas massas. Ainda mais se for considerado que o estadista recém-morrera, a comoção popular multiplicava seu retrato de ‘pai dos pobres’ pelas salas das famílias de operários. A classe média alta e os ricos, em geral, detestavam esse culto.

Nas proclamações, que abrangiam quarteirões, Eduardo e os companheiros de Contra-ofensiva destacavam que a pátria estava em situação “tristíssima e calamitosa”, mas que havia resistência. Intitulando-se “continuadores históricos da abandeirada dos humildes”, Evita Perón, faziam uma avaliação equivocada dos efeitos da guerrilha. Garantiam que haviam “esgotado, desgastado e desorientado” a

---

<sup>75</sup> ASTIZ, 2005, p. 110.

<sup>76</sup> Ibidem. p. 190.

<sup>77</sup> ZAMORANO, 2005, p. 188.

ditadura “mais selvagem” da história Argentina (acertando apenas na qualificação do regime militar). O arremate por microfone conclamava ao levante:

*Por eso decimos que la resistencia ya ha triunfado. ¡Compañeros: ha llegado la hora de pasar de la resistencia a la contraofensiva popular...! [...] Vivamos o juremos con gloria morir... Liberación o dependencia. Patria o muerte. ¡Venceremos!*<sup>78</sup>

A sensação era de que as pessoas ouviam as rápidas transmissões, entre amedrontadas e curiosas, mas calavam. Trancavam-se em suas casas, sabiam que o ato logo atrairia a repressão. Em um momento de desilusão, Eduardo comparou que a guerrilha era como uma locomotiva descarrilada, cuja caldeira não era alimentada por carvão, mas pelos cadáveres dos *Montoneros* que iam tombando, o trem desgovernado rumando ao precipício.<sup>79</sup>

### **2.10 “¡Compañeros, rompan fila!”**

A situação dos guerrilheiros era tão delicada que um dos comandantes da Contra-ofensiva, Horacio Domingo Campiglia, o *Petrus*, saiu da base no México e viajou a Buenos Aires, em agosto de 1979. Dos 16 guerrilheiros do grupo de Eduardo Astiz que haviam se infiltrado na Argentina cinco meses antes, compondo a segunda Tropa Especial de Agitação (TEA II), restavam nove. Os que vieram da Espanha também estavam sendo exterminados.

Líderes *Montoneros* não deixavam o México e a Espanha para se arriscar na Contra-ofensiva. Insuflavam os combatentes, rotulando de *cagón* a quem hesitasse (e a dúvida nascia do medo ou da convicção do engano, às vezes os dois fatores se combinando), mas permaneciam na segurança do exílio, a milhares de quilômetros das mandíbulas da repressão. Horacio e alguns outros eram diferentes, entendiam que deveriam estar junto dos comandados. Horacio chegou a sacrificar a família

---

<sup>78</sup> ASTIZ, 2005, p. 192.

<sup>79</sup> *Ibidem.* p. 268.

para se dedicar à organização, como relatou sua mulher, Pilar Calveiro, em depoimento à Justiça Federal da Argentina.<sup>80</sup>

A missão de Horacio era reforçar a TEA II. No encontro com Eduardo e mais quatro *Montos*, na capital argentina, apesar da informalidade entre clandestinos alegres por estarem vivos, o ritual militarista foi mantido. Perfilados, os subalternos bateram continência ao superior hierárquico:

[...]  
 – ¡Firmes! Al compañero Segundo Comandante Horacio Campiglia...  
 ¡Vis-tá!  
 – Grupo TEA II, a mis órdenes. ¡Buenos días!<sup>81</sup>

Depois de repassar as novas ordens e as felicitações do Secretário-geral, Mario Eduardo Fimenich (número um na organização), Horacio dispensou os comandados da formação militar: “¡Compañeros, rompan fila!”<sup>82</sup>

Numa conversa a sós com Horacio, conforme relatou no seu livro, Eduardo tentou avisar que não havia nenhuma Contra-ofensiva em andamento, que as ações somente enfureciam ainda mais a ditadura. Sugeriu que se trocasse as armas pela mobilização política, adiando a guerrilha. Eduardo argumentava com a experiência de quem estava acossado pela repressão, vendo colegas sendo abatidos. No entanto, Horacio recusou a avaliação: “*No estoy para nada de acuerdo con la interpretación de la realidad que vos hacés [...]*”<sup>83</sup>

Horacio e a direção estavam equivocados. Em 1979, na primeira etapa da Contra-ofensiva, a ditadura havia desmantelado a estrutura político-militar dos *Montos* em províncias como Mendoza, Tucumán, Santa Fé, Salta, Jujuy, Rosário, até mesmo Córdoba, uma das mais rebeldes, onde ocorreu o *Cordobazo*.<sup>84</sup> Os últimos em atividade se concentravam na província de Buenos Aires. Informe secreto do Batalhão 601 (B. 601) revelou que a repressão sabia que Horacio, o

<sup>80</sup> ARGENTINA, pasta 79, f. 847-848.

<sup>81</sup> ASTIZ, 2005, p. 218.

<sup>82</sup> Ibidem. p. 219.

<sup>83</sup> ASTIZ, 2005, p. 224.

<sup>84</sup> Em 1969, um protesto sindical duramente reprimido deixou o saldo de cinco mortos e 25 feridos. CARABALLO; CHARLIER; GARULLI, 1998. p. 140.

Petrus, comandava a sublevação na zona Oeste da capital.<sup>85</sup> A metrópole fora dividida em três áreas de atuação: Norte, Oeste e Sul. No organograma do B. 601, intitulado “Divisão Geográfica Território Argentino”, foram assinaladas com tinta vermelha as “zonas prioritárias”. Estavam circundadas a Zona Norte de Buenos Aires (não a de Horacio) e Córdoba.

O guerrilheiro Eduardo, *El Pelado José*, sobreviveu e conseguiu voltar ao México, saindo pelas rodovias da fronteira da Argentina com o Chile, na cidade turística de Bariloche. Não quis refazer a rota pelo Brasil, achou que estava desgastada. A dupla de namorados que o ajudou, trazendo a *Toyota* vermelha com as armas, também escapou.

Horacio, o *Petrus*, voltou ao México antes deles, mas se converteria no terceiro argentino seqüestrado dentro do Brasil. Em 12 de março de 1980, em nova investida pela Contra-ofensiva, foi preso ao desembarcar no Rio de Janeiro. Tinha 30 anos e duas filhas pequenas. Junto com ele, estava a também *Montonera* Mónica Susana Pinus de Binstock, de 27 anos, a quarta a ser capturada em território brasileiro.<sup>86</sup> Ambos foram remetidos para a Argentina, onde desapareceram.

O 2º comandante Horacio estudou Sociologia e Medicina, dedicou-se aos *Montos* até as últimas conseqüências. Em 1977, havia perdido a irmã, Alcira Campiglia, assassinada pela repressão por ser *Montonera*. Sua mulher, Pilar Calveiro, esteve presa na Escola Superior de Mecânica da Armada (ESMA) – o maior *chupadero* da Argentina, pertencente à Marinha. Era comandado pessoalmente pelo almirante Emilio Massera, que formou a primeira junta militar com o general Jorge Rafael Videla (Exército) e o brigadeiro Orlando Ramón Agosti (Aeronáutica). O almirante era um *halcón* (falcão), o mais linha-dura da trinca, em uma corporação onde inexistiam *palomas* (pombas).

O seqüestro de Horacio e Mónica foi confirmado pelo responsável pela segurança da embaixada dos Estados Unidos em Buenos Aires, James J. Blystone. O americano descobriu que agentes do B. 601 conheciam a viagem da dupla para o

---

<sup>85</sup> ARGENTINA, pasta 84, f. 011.

<sup>86</sup> MARIANO, 2003, p. 71-74.

Rio de Janeiro e tinham contatos com policiais brasileiros. O informe de Blystone, de 7 de abril de 1980:

A Inteligência militar argentina entrou em contato com seus colegas da Inteligência militar brasileira para obter a permissão de realizar uma operação no Rio a fim de capturar dois Montoneros que chegavam do México. Os brasileiros deram a permissão, e uma equipe especial de argentinos seguiu para o Rio sob o comando operacional do tenente-coronel Román, a bordo de um C-130 da Força Aérea argentina. Ambos Montoneros foram capturados vivos e voltaram à Argentina no C-130.<sup>87</sup>

O autor pesquisou o nome indicado por Blystone como sendo o comandante do seqüestro e da remoção à Argentina. Ao conferir o organograma do B. 601, disponível no Juizado Federal Nº 11,<sup>88</sup> não encontrou o tenente-coronel Román. No entanto, entre os 35 oficiais superiores do B. 601 na época, localizou um tenente-coronel chamado José Ramón Pereiro. Talvez Blystone tenha se equivocado, trocado Ramón por Román. Mas é suposição do pesquisador, não uma certeza. Lembre-se que Ramón é um nome comum nos países de língua espanhola.

## 2.11 Entre culpas e remorsos

O *jetón* Horacio (o mais graduado dirigente *Monto* entre os seis seqüestrados no Brasil) e a ativista Mónica foram removidos para o *chupadero* de Campo de Mayo, nos subúrbios de Buenos Aires. O americano Blystone obteve a informação em uma conversa descontraída – cheia de *bromas*, como definiu – com um oficial do B. 601, que fez a inconfidência, porque o assunto era “ultra-secreto”: “*Estos dos Montoneros están actualmente bajo custodia en la cárcel secreta del ejército, Campo de Mayo.*”<sup>89</sup>

No relatório mencionado, Blystone também divulgou como os agentes do B. 601 descobriram a viagem do México ao Rio de Janeiro. Dias antes, haviam

<sup>87</sup> BLYSTONE, 1999.

<sup>88</sup> ARGENTINA, pasta 65, f. 183 a 185.

<sup>89</sup> BLYSTONE, 1999.

capturado um guerrilheiro da Contra-ofensiva, que contou, depois de interrogado sob tortura, como seria a agenda de Horacio e Mónica. A informação de Blystone: “Este Montonero sabia que não estava em condições de não cooperar e forneceu a data e a hora da reunião que ia se realizar no Rio.”<sup>90</sup>

Mónica e Horacio tentaram despistar ao embarcar no México. Fizeram escalas no Panamá e na Venezuela, antes de chegar ao Rio de Janeiro. Ele usava passaporte em nome de Jorge Piñero, uma das várias identidades de que dispunha por ser um dirigente. Ela se apresentava como María Cristina Aguirre de Prinsot. Os disfarces não enganaram os morcegos do B. 601.

A mulher de Horacio, Pilar, reforçou que houve delação, porque o seqüestro não poderia ser executado sem conhecimento prévio do vôo e das identidades falsas. Na época exilada no México com Horacio, apesar de divergir da política dos Montoneros, Pilar analisou que o marido e outros insistiam em uma causa perdida movidos por sentimentos de culpa. Os sobreviventes da repressão se penalizavam pelos mortos, sentiam remorso, como se estivessem usurpando uma existência que não lhes pertencia. Pilar escreveu:

*Sabe que no permaneció vivo porque fuera mejor y, en muchos casos, tiende a pensar que precisamente los mejores murieron. En efecto, muchos de sus compañeros de militancia más queridos perdieron la vida.*<sup>91</sup>

No momento do seqüestro, Mónica teria gritado quando policiais, falando português, separaram ela e Horacio dos demais passageiros.<sup>92</sup> No Rio de Janeiro, ela iria se encontrar com o marido, Edgardo de Binstock, com quem teve dois filhos. Agentes condor do B. 601 sabiam que Edgardo estava no Brasil, com mais dois argentinos, e que usava o codinome *Julian*: “*En esta base existen dos asentamientos importantes, Río de Janeiro y San Pablo. [...] se detectou Salvador Muracca, Eduardo Ignacio de Binstock, el Julian, y Hugo César Guangiroli [...]*”<sup>93</sup>

---

<sup>90</sup> BLYSTONE, 1999.

<sup>91</sup> ZUKER, 2003, p. 195.

<sup>92</sup> ARGENTINA, pasta 79, f. 848.

<sup>93</sup> Idem. pasta 60, f. 031.

Salvador Muracca era 1º tenente *Montonero*, treinara o manuseio de explosivos com a Fatah, no Líbano.

Edgardo chegara um mês antes do seqüestro, com a tarefa de alugar um apartamento no Rio de Janeiro, para acolher os que viriam do México. Seria uma base para a Contra-ofensiva, onde o 2º Comandante Horacio se conectaria com exilados. Caberia ao casal Edgardo e Mónica fazer os primeiros contatos. Em depoimento à Justiça Federal da Argentina, Edgardo assegurou que a descoberta do plano não ocorreu em território brasileiro: “[...] *Por ese motivo y por seguridad no estábamos en contacto con ningún grupo de argentinos radicados en Brazil y por eso nos instalamos en la parte no turística de la ciudad.*”<sup>94</sup>

## 2.12 O regozijo do general

Em março de 1980, quando foram seqüestrados Horacio e Mónica, a ditadura argentina praticamente liquidara a Contra-ofensiva. A Embaixada dos EUA em Buenos Aires informara que a repressão capturara doze terroristas *Montos* ao mesmo tempo, sem enfrentar resistência, quando eles chegavam de ônibus à capital Argentina. Estavam desarmados, vinham do Paraguai, Uruguai e Brasil, por diferentes roteiros. Eles haviam sido delatados por um *Montonero* detido anteriormente. Todos foram levados para o Campo de Mayo, onde o B. 601 concentrava os prisioneiros da Operação Condor.<sup>95</sup>

Um ano depois das prisões, durante reunião em Córdoba, o comandante do III Corpo do Exército argentino, general Cristino Nicolaidis, deu entrevista a jornalistas enaltecendo que havia falado com um dos participantes da Contra-ofensiva na prisão. O oficial admirou-se com a qualificação dos *Montos*: “*Yo he tenido oportunidad de hablar con uno de esos delincuentes y les aseguro que tienen un alto nivel de preparación en todos los sentidos.*”<sup>96</sup>

---

<sup>94</sup> ARGENTINA, pasta 79, f. 866.

<sup>95</sup> BLYSTONE, 1999.

<sup>96</sup> AFP, 27 abr. 1981.



Na reunião em Córdoba, com a presença do governador (general Adolfo Sigwald) e outras autoridades, Nicolaides acrescentou que os “terroristas” foram recrutados na Europa, treinados no Líbano e infiltrados na Argentina para expandir o “monstro do marxismo” ao mundo ocidental. E reiterou elogios ao preparo dos *cabecillas* (líderes) do grupo: “[...] *Con células integradas por elementos subversivos de alta capacidade intelectual.*”<sup>97</sup>

A declaração do general não era novidade, porque a maioria dos *Montos* cursara universidade. Muitos interromperam os estudos, por causa da militância e dos apuros da clandestinidade, mas mantiveram as discussões políticas e liam compulsivamente. Como eram de diferentes áreas – sociólogos, médicos, psiquiatras, jornalistas, professores e outros – trocavam idéias nos debates.

Depois da seqüência de prisões, o assessor de segurança da Embaixada dos EUA, James Blystone, baseado nas inconfidências de seus amigos do B. 601, previa que os quadros dos *Montoneros* haviam se esgotado: “Firmenich está tendo problemas para encontrar gente que queira entrar no país.”<sup>98</sup>

A previsão era correta. Além das baixas por prisão ou morte, havia as deserções, inclusive de *jetones*, os cabeçudos. Um dos comandantes da Tropa Especial Infantaria I (TEI I), tenente Alberto Manuel López, participou do início da Contra-ofensiva, em 1979. No entanto, quando foi instruído a voltar à Argentina no ano seguinte, deixando o exílio na Espanha, justificou que seria um suicídio, a primeira fase já fora um malogro, pelo número de mortos e pela falta de repercussão entre o povo.

O tenente guerrilheiro López também argumentou que fora um erro dinamitar a casa do então secretário do Planejamento da Argentina, Guillermo W. Klein, em 1979, em Buenos Aires. O atentado dividiu os *Montos*, porque Klein estava com a mulher e os filhos pequenos. Todos sobreviveram às explosões, mas os dissidentes ponderaram que o ataque a crianças mancharia a imagem do grupo, distanciando-o

---

<sup>97</sup> LA JUNTA, 26 abr. 1981.

<sup>98</sup> BLYSTONE, 1999.

ainda mais da população. Como a segunda etapa da Contra-ofensiva foi mantida, no início de 1980, López desertou.<sup>99</sup>

O serviço de inteligência do B. 601 tinha informações sobre o líder máximo dos *Montoneros*, Mario Firmenich, embora desconhecesse o seu esconderijo. Não sabia se estava na Espanha, em Cuba ou no México. O certo foi que Firmenich e outros dirigentes que comandaram a Contra-ofensiva, como Fernando Vaca Narvaja e Roberto Perdía, não foram alcançados pelos tentáculos da repressão no Exterior.

A Contra-ofensiva contribuiu para aumentar o obituário de argentinos seqüestrados-desaparecidos em países vizinhos. Documentos listaram as vítimas da Operação Condor: seis no Brasil, três no Paraguai, sete no Peru, quatro no Uruguai e quatro na Bolívia.<sup>100</sup> O Peru registrou o maior número porque também era considerado, a exemplo do Brasil, uma rota menos arriscada.

---

<sup>99</sup> ARGENTINA, pasta 76, f. 347.

<sup>100</sup> ARGENTINA, pasta 80, f. 211-212.

### 3 O RIO GRANDE DO SUL NA REDE CONDOR

*“Un día, todos los elefantes  
se reunirán para olvidar.  
Todos, menos uno.”*

**Rafael Courtoisie**

#### 3.1 O capelão dos Montos

Os últimos dois seqüestros de *Montoneros* em território do Brasil ocorreram na fronteira com o Rio Grande do Sul, ambos em 1980, quando as ditaduras militares do Cone Sul apresentavam sinais de desgaste, principalmente devido à repercussão dos crimes de lesa-humanidade. A barbárie iniciada na década de 1970 tornara-se conhecida no Exterior. Os próprios Estados Unidos, fiadores dos golpes em série, julgavam desnecessária a continuidade dos regimes autoritários.

Os *Montos* faziam escalas pelo Brasil por imaginarem que seria o caminho menos perigoso. Os outros países limítrofes à Argentina – o Uruguai, o Chile e o Paraguai – estavam sob rígidas ditaduras e, aparentemente, exerceriam maior controle nas fronteiras e nos aeroportos. Efetivamente, no período entre 1976 (golpe argentino) e 1980 (últimos seqüestros), o regime brasileiro encerrara a fase mais dura, punha fim à censura e encaminhava a transição. No entanto, não havia desmontado a máquina repressiva, mantinha-se alerta e participava da Operação Condor.

O Brasil influenciara os vizinhos da região desde o golpe de 1964. A ditadura paraguaia começara dez anos antes, mas foi a brasileira a grande preceptora dos governos autoritários na América do Sul, por ter melhor aplicado a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) como fórmula de reger os destinos da nação. Seguindo

os Estados Unidos, que criaram a DSN depois da II Guerra Mundial, o Brasil adotou o modelo à perfeição, conforme estudos de Joseph Comblin<sup>1</sup>.

O Brasil tinha preparado os alicerces ideológicos para assentar a ditadura militar. Já em 1949, fundara a Escola Superior de Guerra (ESG), diretamente inspirada na *National War College*, de Washington. Depois, nas décadas de 1960 e 1970, enviou oficiais para treinamento na Escola das Américas do Exército dos EUA (SOA, em inglês), em cursos de combate ao comunismo.<sup>2</sup> Lançada sob a fachada de promover a estabilidade política no continente, a SOA acabou sendo qualificada de “Escola dos Golpes” por entidades como a Missionários de Maryknoll (ligada à Igreja Católica). Em 1996, foram divulgados manuais da SOA, que ensinavam táticas de chantagem, ameaças e tortura.

Foi nesse contexto de prevenção a movimentos de esquerda que os dois argentinos desapareceram na fronteira entre as cidades de Uruguaiana (Rio Grande do Sul) e Paso de los Libres (província de Corrientes), em 26 de junho de 1980. Ambos eram remanescentes da Contra-ofensiva Popular, tentavam fugir da Argentina.

Os seqüestros aconteceram no mesmo dia, mas em horários diferentes. Um dos capturados, o padre Jorge Oscar Adur nascera na província de Entre-Rios, numa família de 12 irmãos. Ordenara-se no Chile, em 1961, pela ordem dos Agostinhos de Assunção. Na Argentina, dedicava-se a famílias pobres e a imigrantes clandestinos, na maioria paraguaios e bolivianos em busca de trabalho. No momento do golpe militar, dirigia um seminário no bairro La Manuelita, em Buenos Aires.

O religioso estava fichado como subversivo devido aos vínculos com estudantes *Montoneros*. Quarenta e um dias depois do golpe, policiais invadiram o seminário de La Manuelita. Como o padre Adur não estava, levaram dois seminaristas, Raul Eduardo Rodríguez e Carlos Antonio Di Pietro, que desapareceram.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> COMBLIN, 1978, p. 151-160.

<sup>2</sup> Relatórios da Missionários de Maryknoll, de 13 de outubro de 1999, e do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, de 10 de março de 1997, que apontam pelo menos 299 militares brasileiros treinados na Escola das Américas.

<sup>3</sup> MARIANO, 2003, p. 74.

Procurado pela ditadura, perdendo amigos e discípulos, Adur tornou-se clandestino e saiu da Argentina. Pediu ajuda ao representante do Vaticano em Buenos Aires, o núncio apostólico Pío Laghi, que providenciou sua viagem para a Itália, em julho de 1976.

Monsenhor Pío Laghi teve papel controverso durante o regime militar. Foi acusado por grupos de direitos humanos de apoiar a tirania, por conta de uma declaração dada em 17 de junho de 1976:

[...] *Hay una coincidencia muy singular y alentadora entre lo que dice el general Videla de ganar la paz y el deseo del Santo Padre para que la Argentina viva y gane la paz [...]*<sup>4</sup>

Vinte anos depois, Pío Laghi admitiu que havia se equivocado sobre os reais propósitos dos generais. Garantiu que não sabia das crueldades, principalmente a de atirar prisioneiros políticos em alto-mar. Confessou ter cometido o pecado da ignorância.

Salvo graças aos préstimos de monsenhor Laghi, Adur depois se juntou aos *Montoneros* refugiados na Espanha. Cristina Zuker, que registrou suas memórias em livro, conviveu com o religioso no exílio: “*A su vez, el padre Jorge Adur cumplía la función de asesor espiritual.*”<sup>5</sup>

Na Espanha, Cristina acompanhava o drama de seu irmão, Ricardo Zuker, convocado para integrar a Contra-ofensiva. Observou que Ricardo mudou de comportamento às vésperas do embarque, ficou taciturno. Ele aceitou participar da investida guerrilheira, mas sua mulher, Marta Libenson, hesitou por causa da filha pequena, Ana Victoria. Ao final, Marta também se incorporou aos combatentes, preponderou a lealdade aos companheiros. O casal foi impelido por sentimentos de culpa em relação aos que morriam sob tortura na Argentina.

Padre Adur era o capelão do exército guerrilheiro. Os *Montoneros* copiaram a estrutura das forças armadas até na religiosidade castrense. Pelas observações de

---

<sup>4</sup> Documento *La Iglesia cómplice y la Iglesia del pueblo*, produzido por 17 instituições argentinas, como o Movimento Ecumênico pelos Direitos Humanos. p. 09.

<sup>5</sup> ZUKER, 2003, p. 162.

Cristina, ele se movia discretamente entre jovens, dava conselhos quando solicitado, participava das angústias e breves alegrias dos militantes. Realizou o casamento de Ricardo Zuker e Marta Libenson (era viúva de outro *Monto*, com quem teve a filha), que tentavam formar uma família apesar das incertezas. Depois da cerimônia, Adur tirou uma fotografia<sup>6</sup> entre os recém-casados. Apareceu sorridente e de expressões serenas.

Nos preparativos para a Contra-ofensiva, padre Adur rezou missa aos guerrilheiros que foram treinar no Líbano e na Síria, com os palestinos da Fatah.<sup>7</sup> Também abençoou os tripulantes do último “Trem da Vitória” que embarcaram para enfrentar a ditadura argentina. Costumava dialogar com Héctor Pardo, o *Alcides*, um dos mais duros comandantes das Tropas Especiais de Infantaria (TEIs).

A religiosidade dos *Montos*, que pegaram em armas para implantar um governo socialista, era contraditória, mas expressava as profundas raízes católicas da sociedade argentina. Parte do grupo, entre os fundadores, inspirou-se no Movimento Nacionalista Taquara (MNT), organização guerrilheira de orientação cristã, atuante nos anos 1950.

No início de 1980, Ricardo, Marta e a maioria dos integrantes da Contra-ofensiva que partiram da Espanha tinham sido mortos dentro da Argentina. Em junho, padre Adur decidiu entrar clandestinamente em Buenos Aires, passando pelo Brasil, onde tentaria se encontrar com o papa João Paulo II. Sentia-se triste, engolfado em um misto de saudade e culpa, queria estar junto ao rebanho que estava sendo dizimado pela repressão.<sup>8</sup>

Adur traçou um complicado roteiro de viagem, por céu e terra. Utilizando passaporte falso em nome de Pedro Ramón Altamirano, fez escala no Rio de Janeiro, desembarcou em Porto Alegre, onde pegou um ônibus até a cidade de Passo Fundo (norte do Rio Grande do Sul). Lá, postou uma carta e continuou via rodoviária até o município de Tenente Portela, na fronteira argentina.

---

<sup>6</sup> ZUKER, 2003, p. 128.

<sup>7</sup> *Ibidem.* p. 174.

<sup>8</sup> MARIANO, 2003, p. 75.

Dentro da Argentina, Adur tinha a missão de encontrar-se com religiosos, inclusive bispos católicos críticos da ditadura. Portava uma carta do Movimento Peronista *Montonero*, com data de 29 de maio de 1980, para entregar ao Episcopado argentino. Em 17 de junho, manteve o último contato com dirigentes *Montos*, informando que a situação era normal.<sup>9</sup>

Em 26 de junho, padre Adur embarcou no ônibus número 100 da empresa General Urquiza (placas C-881.314), no terminal rodoviário de Buenos Aires. Comprou o bilhete número 29.630, poltrona 11.<sup>10</sup> O ônibus iria até São Paulo, mas ele desceria em Porto Alegre, onde encontraria representantes da Associação das Mães da Praça de Maio,<sup>11</sup> que pretendiam denunciar a João Paulo II (em visita ao Brasil) o genocídio perpetrado na Argentina.

Pelas 22h30min de 26 de junho, o ônibus de padre Adur foi abordado por policiais em Paso de los Libres-Uruguaiana. Investigações feitas pelo presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) de Porto Alegre, Jair Krischke,<sup>12</sup> apontaram que quatro passageiros foram convidados a descer do coletivo, para fiscalização de rotina. Somente o capelão dos *Montos* não reiniciou viagem. Tinha 48 anos, desapareceu.

Em julho de 1983, baseado em informações do ativista de direitos humanos Krischke, o representante do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre, Stuart Lippe, relatou à Embaixada dos EUA, em Brasília, sobre o seqüestro do padre Adur:

Ele desapareceu antes da chegada do Papa aqui, e existem alegações de que as forças de segurança de Brasil e Argentina podem ter cooperado para removê-lo para a Argentina.<sup>13</sup>

---

<sup>9</sup> ARGENTINA, pasta 83, f. 733-734.

<sup>10</sup> O sexto argentino seqüestrado no Brasil, Lorenzo Ismael Viñas, também estava na poltrona 11. Há a suposição de que o número era reservado para suspeitos a serem averiguados na fronteira Uruguaiana-Paso de los Libres.

<sup>11</sup> De abril de 1977 a janeiro de 2006, um grupo de mães enlutadas caminhou ao redor do obelisco da Praça de Maio, no coração de Buenos Aires, sempre às quintas-feiras, clamando por 30 mil mortos e desaparecidos. As *Madres* formaram a instituição que mais se bateu contra a ditadura.

<sup>12</sup> Krischke e sua equipe salvaram perseguidos políticos do Cone Sul, atuando pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Posteriormente, Krischke representou os familiares dos seis argentinos seqüestrados no Brasil nos processos de indenização e de reconhecimento dos crimes.

<sup>13</sup> LIPPE, 1983.

### 3.2 A caçada a religiosos

O seqüestro de padre Adur não foi uma exceção. O Terrorismo de Estado Argentino – “cruel e sádico”, na avaliação de Duhalde – assassinou inclusive autoridades da Igreja Católica, e sem a militância política do capelão dos *Montos*, mas que ousaram contestar os métodos da ditadura. Já antes do golpe, mataram o padre Carlos Mujica (citado no Capítulo II). No total, segundo levantamento de 17 instituições cristãs da Argentina, foram mortos: 19 padres, dois bispos, 11 seminaristas, cinco religiosos, duas freiras, 47 católicos laicos, cinco protestantes e um metodista.<sup>14</sup>

Não houve contemplação. Na madrugada de 4 de julho de 1976, domingo de missa, um comando policial invadiu a comunidade de San Patricio, no bairro Belgrano, em Buenos Aires, matando a tiros nada menos do que cinco sacerdotes palotinos.<sup>15</sup> Foram executados os padres Alfredo Leaden, Pedro Duffau e Alfredo Kelly, mais os seminaristas Salvador Barbeito e Emilio Barletti. Não eram ligados aos *Montoneros* ou a grupos extremistas, concentravam-se no trabalho pastoral. Duffau tinha 67 anos.

Os corpos dos palotinos ficaram no chão, com marcas de tiros no peito e na cabeça. Os padres Kelly e Leaden estavam de pijamas. O seminarista Barletti sofreu 23 disparos. Na parede da paróquia, ficou gravada a inscrição: “*Estos zurdos murieron por ser adoctrinadores de mentes vírgenes y son M. S. T. M.*”<sup>16</sup>

A gíria *zurdo* significava esquerdista (o que usa a mão canhota). A sigla M. S. T. M. designava o Movimento de Sacerdotes do Terceiro Mundo, criado em 1968, no mesmo ano da Conferência de Medellín (Colômbia), que direcionou a chamada ala progressista da Igreja Católica na opção pelos pobres.

Altos prelados também não tiveram clemência, mas os matadores foram mais dissimulados. Em agosto de 1976, o bispo da província La Rioja, Enrique Angelelli, foi morto em um acidente automobilístico provocado, quando teve a camioneta Fiat em que viajava abalroada por um veículo da repressão. O corpo ficou estendido na

<sup>14</sup> Documento *La Iglesia cómplice y la Iglesia del pueblo*. p. 33 a 38.

<sup>15</sup> KIMEL, 1995.

<sup>16</sup> *Ibidem*. p. 19.



rodovia, a nuca destrocada. Houve a suspeita de que tenha sido tirado da Fiat, semiconsciente, e golpeado.<sup>17</sup>

O monsenhor Angelelli dirigia-se a Buenos Aires, com uma pasta de documentos contendo denúncias sobre o assassinato de dois sacerdotes de sua diocese, Gabriel Longueville e Carlos de Dios Murias, igualmente vítimas da ditadura. A pasta sumiu do carro.

Em julho do ano seguinte, foi morto outro bispo, Carlos Ponce de León, de San Nicolás de los Arroyos, nas mesmas circunstâncias. O prelado viajava de automóvel a Buenos Aires levando documentos à Nunciatura Católica, os quais acusavam o comandante do I Corpo do Exército, general Carlos Suárez Mason, de seqüestros, torturas e mortes. Sua pasta também não chegou ao destino.<sup>18</sup>

O mais covarde dos assassinatos envolvendo religiosos, segundo relatório da Conadep, ocorreu na ESMA por obra do tenente-de-fragata Alfredo Astiz, que atendia pelos codinomes de *Corvo*, *Anjo loiro* ou *Eduardo, o escudeiro*.<sup>19</sup> Em dezembro de 1977, ele matou as monjas francesas Alice Domon, então com 40 anos, e Léonie Renée Duquet, de 61 anos. As duas auxiliavam as Mães da Praça de Maio, argumentavam que não podiam ficar indiferentes ao sofrimento e à coragem daquelas que procuravam os filhos desaparecidos em pleno furor ditatorial.<sup>20</sup>

Elas foram seqüestradas na Igreja de Santa Cruz (local de reunião das mães), em Buenos Aires, levadas para a ESMA e martirizadas. A idosa Léonie teve o rosto ferido, quase não podia caminhar. Alice, além dos suplícios, foi ultrajada, conforme o prisioneiro Horacio Maggio testemunhou à Conadep: “[...] *la habían atado a una cama totalmente desnuda y le habían aplicado la picana por todo el cuerpo* [...]”<sup>21</sup>

As duas religiosas sofreram o *traslado* do Terrorismo de Estado Argentino, seus corpos desapareceram. Alfredo Astiz ficou impune na Argentina, mas foi condenado à prisão perpétua pela Justiça da França, julgado à revelia, em 1990. Simbolicamente, o *Corvo* foi encarcerado no território de seu país, se viajasse ao

<sup>17</sup> NUNCA MÁS, 1995, p. 357-358.

<sup>18</sup> Ibidem. 359-360.

<sup>19</sup> GOÑI, 1996, 219 p.

<sup>20</sup> BOUSQUET, 1983.

<sup>21</sup> NUNCA MÁS, 1995, p. 351.

Exterior enfrentaria uma ordem internacional de captura. Dezenas de outros torturadores, da Argentina e do Chile, estavam em igual situação, processados pelos judiciários da Itália, Suécia, Espanha e Alemanha, que investigavam a morte de compatriotas seus no Cone Sul. Por ironia, esses réus corriam o risco de ser detidos nos postos de fronteira e nos aeroportos, exatamente como acontecia às vítimas da Operação Condor.

Para melhor entender o assassinato de duas freiras convém fazer uma digressão, recordar quem foi Alfredo Astiz – em si uma amostra do que eram oficiais das forças armadas argentinas recrutados para a tortura. No início de 1977, ele se infiltrou na Associação das Mães da Praça de Maio, simulando ser irmão de um desaparecido. Ganhou a confiança das *madres*, especialmente de uma das fundadoras, Azucena Villaflor. Na verdade, dedicava-se a identificar as organizadoras, que depois foram seqüestradas e mortas, aí incluindo Azucena e as duas monjas da França. Cinco anos depois, o carrasco de mulheres mostrou-se incapaz de seguir a honra militar na Guerra das Malvinas (1982), quando a Argentina tentou reconquistar a ilha perdida para a Inglaterra. A guarnição de Astiz rendeu-se às tropas britânicas sem disparar um único tiro. O *Corvo* não fora preparado para defender a pátria, mas para eliminar opositores políticos.

Se a ditadura matou freiras de caridade e perseguiu até padres além das fronteiras, pode-se projetar como era a ferocidade contra outros grupos sociais. Para o presidente da Conadep, Ernesto Sabato,<sup>22</sup> houve uma “repressão demencialmente generalizada”, protagonizada “por forças do mal” fanatizadas. Depois de analisar 50 mil páginas de documentos, com 7.380 testemunhos de vítimas, Sabato declarou que seria impossível identificar e quantificar a totalidade dos mortos e desaparecidos, em função da amplitude do extermínio: “[...] *tenemos la certidumbre de que la dictadura militar produjo la más grande tragedia de nuestra historia, y la más salvaje.*”<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> Nascido em 1911, o doutor em Física, escritor e ensaísta argentino foi um dos que cunhou a expressão *Montos* para designar os *Montoneros*. Sabato presenciou como o Terrorismo de Estado destruiu famílias, incluindo os que sobreviveram. Exemplificou com o drama de um velho amigo, Miguel Itzigson, que se dedicou a buscar a filha desaparecida, enfrentando um horror “feito da crueldade de uns e da indiferença de outros”. Sabato constatou que o amigo “deixou-se morrer de tristeza”.

<sup>23</sup> *NUNCA MÁS*, 1995, p. 07.

Em um livro de memórias, Sabato confessou-se abalado por ter inventariado os oito anos da ditadura: “O horror que íamos descobrindo dia após dia deixou-nos, a todos os que integramos a Conadep, a obscura sensação de que nenhum de nós voltaria a ser o mesmo, como costuma acontecer quando se desce aos infernos.”<sup>24</sup>

### 3.3 Marcadores ficavam na janela

Já se explicou que os seqüestros de *Montoneros* no Brasil foram executados pelo Batalhão de Inteligência 601, o B. 601, por meio do *Operativo Murciélagos*. Agentes morcegos, do tipo *Turco Julián*, utilizavam guerrilheiros como informantes, os denominados *marcadores*, para identificar clandestinos tentando atravessar os postos de fronteira. A 1ª tenente *Montonera* Silvia Tolchinsky, a *Chela*, foi obrigada a ‘marcar’ passageiros de ônibus no cruzamento Paso de los Libres-Uruguaiana. A trajetória dela deve ser contada por ter relação com quatro dos argentinos desaparecidos em solo brasileiro. Além do mais, esteve com dois dos desaparecidos na prisão, testemunhou o momento final deles.

Silvia era considerada importante pela repressão porque cuidava o arquivo da Secretaria Técnica dos *Montoneros*, na base de Cuba, conectada à do México. Informe do B. 601 apontou que Fidel Castro apoiou os *Montos*. Providenciou uma creche para os filhos dos guerrilheiros, cedeu uma Kombi para o transporte deles. Se adoeciam, podiam consultar gratuitamente no hospital de Havana, com direito a serviço psicológico. A embaixada de Cuba, em Buenos Aires, também remetia jornais e revistas para atualizar os dirigentes exilados.<sup>25</sup>

Na Páscoa de 1980, Silvia viajou para a Argentina. Tinha ordens de Roberto Perdía, o Número 2, para rearticular os que restavam da Contra-ofensiva na parte sul de Buenos Aires. Mas não teve êxito. Durante cinco meses, ela se limitou à distribuição de panfletos, sentia-se isolada e impotente.

Em setembro de 1980, Silvia tentou sair da Argentina para voltar ao México. Viajava de ônibus quando foi capturada no posto policial Las Cuevas (fronteira com

---

<sup>24</sup> SABATO, 2000, p. 100.

<sup>25</sup> ARGENTINA, pasta 60, f. 020.

o Chile). A detenção seguiu o ritual da Operação Condor: todos os passageiros desceram, um empregado do setor de imigração reteve os passaportes. Depois de uma hora de averiguações, Silvia foi separada do grupo, junto com a sua bagagem. Ela contou o que aconteceu: “*De pronto me doy cuenta que el microbús había partido con el resto de pasajeros. En ese momento me llevan aparte, me desnudan, me golpean e insultan [...]*”<sup>26</sup>

A tenente *Montonera* foi removida num pequeno avião ao Campo de Mayo, em Buenos Aires. Ficou sozinha na habitação de uma quinta (chácara militar), algemada, de olhos vendados e com grilhões nos tornozelos. Numa noite, foi interrogada por agentes do B. 601, que torturaram a outro prisioneiro para apavorá-la:

[...] escucho gritos y me doy cuenta que estaban torturando a alguien al lado mío, y no le preguntaban nada y me preguntaban a mí, ahí me doy cuenta que la tortura del otro tenía que ver con mi interrogatorio. Esa persona era el padre Adur. Paraban la tortura cuando yo decía algo y sinó seguían torturando.<sup>27</sup>

Nessa parte, ela fez uma revelação importante, ao informar que estava prisioneira com o padre Adur no Campo de Mayo. O capelão dos *Montos* fora apanhado na fronteira Libres-Uruguaiana, 74 dias antes da prisão de Silvia.

Além do padre Adur, Silvia conhecia o 2º comandante da base mexicana, Horacio Domingo Campiglia, o *Petrus*, e era prima de Mónica Susana Pinus de Binstock, a dupla seqüestrada no Rio de Janeiro.

Depois do interrogatório em que a cobaia foi outro prisioneiro, Silvia continuou sendo interpelada, preferencialmente nas sextas-feiras e nos sábados, mas sem sofrer torturas. Queriam saber das conexões dela na Argentina, mas, principalmente, sobre a estrutura dos *Montoneros* em Cuba e no México.

Os torturadores poupavam Silvia para convertê-la em *marcadora*. Faziam isso com os considerados menos resistentes e que detinham informações estratégicas.

---

<sup>26</sup> ARGENTINA, pasta 56, f. 259.

<sup>27</sup> Idem. pasta 58, f. 697.

Certo dia, o agente do B. 601 *Turco Julián* sentou ao lado dela, tirou uma das algemas, retirou-lhe a venda dos olhos e propôs: “[...] *me dice que tengo que ir a la frontera, y le digo que no conocía a nadie y entonces me dijo ‘nadie esta en tu cabeza’, algo va a salir.*”<sup>28</sup>

Em julho de 1981, *Turco Julián* e Silvia viajaram de avião de Buenos Aires a Libres, onde ela foi apresentada ao comandante do Destacamento 123 de Inteligência do Exército (o ramal do B. 601), tenente-coronel António Herminio Simón. Silvia foi hospedada numa casa na Rua Brasil, no lado argentino, a qual descreveu como “lúgubre”. Nas primeiras duas noites, dormiu amarrada à cama, depois teve permissão para se mover pela residência. Ela mesma admitiu que era conduzida ao serviço de controle de imigração para atuar como *marcadora*. Via os passageiros pela vidraça da janela do prédio:

*Me explicaron que es lo que yo tenía que hacer, tenía que ir desde la mañana hasta la noche al puesto migratorio de Paso de los Libres, y los empleados de migraciones hacían bajar a todas las personas en frente de la ventana para que los viera y después me traían los pasaportes [...]*<sup>29</sup>

Durante nove meses, até março de 1982, Silvia foi *marcadora* em Libres-Uruguiana.

Chama a atenção que os depoimentos da *Montonera* foram extensos, cheio de detalhes, datas e nomes. Ela ajudou a elaborar croquis dos lugares onde esteve detida, apontando as celas, a cozinha, o pátio, a garagem, o corredor e as galerias. Pela documentação analisada (depoimentos à Justiça Federal e à Subsecretaria de Direitos Humanos, do Ministério do Interior, ambos da Argentina), Silvia nunca deixou de responder perguntas. Confessou a infâmia da ‘marcação’, admitiu que não foi forte o suficiente para resistir ao jogo dos torturadores, pensou mais na sua sobrevivência.

Em novembro de 1982, Silvia continuava presa, em Buenos Aires, mas obteve licença para visitar os pais. Foi libertada no início de 1983, ao final da

<sup>28</sup> ARGENTINA, pasta 58, f. 701.

<sup>29</sup> Ibidem. f. 701-702.

ditadura, e se exilou-se em Israel. Três anos depois, mudou-se para a Espanha, onde trabalhava como psicóloga.

A tenente *Montonera* teve a família desmantelada pela repressão militar. Silvia perdeu o marido, o biólogo Miguel Francisco Villareal, em 1978, com quem teve três filhos. Em 1980, mataram o irmão dela, Bernardo Daniel Tolchinsky, e a cunhada, Ana Dora Wiessen.<sup>30</sup> No mesmo ano, houve o seqüestro-desaparecimento da prima, Mónica Susana, no Rio de Janeiro. Todos eram *Montos*.

Silvia conseguiu sobreviver à ditadura, mas pagou um preço elevado entre seus pares. Ficou estigmatizada por ter ajudado a repressão, embora não fosse a única *marcadora* e tenha garantido que não delatou ninguém quando esteve em Paso de los Libres. Mas a pior acusação foi ter se casado, em segundas núpcias, com um agente do B. 601, o batalhão encarregado de aniquilar a Contra-ofensiva *Montonera*.

Ao deixar a Argentina, ela se uniu a Claudio Gustavo Scagliussi, que serviu ao B. 601 entre abril de 1978 e março de 1983, como funcionário civil. Os dois se conheceram no cativeiro, quando ele usava a falsa identidade de Claudio Guillermo Sforza.<sup>31</sup> Pertencia ao grupo do sargento Alfredo Omar Feito, o *Cacho Feito*, um dos carcereiros de Silvia.

Em uma entrevista à revista *TXT*, de Buenos Aires, Scagliussi afirmou que não concordava com os métodos da ditadura, que cumpria tarefas administrativas, como pagar alguma fatura ou entregar envelopes. Filho de um general, assegurou que pensou em deixar o B. 601, mas recuou por temer as conseqüências. Ele narrou como conheceu Silvia:

*Fue en noviembre de 1981. Me pidieron que le hiciera de chofer a un tipo que sí era de un grupo operativo. Su chofer se había enfermado. Fuimos a Paso de los Libres. [...] En esa casa la vi por primera vez a Silvia.*<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> ARGENTINA, pasta 78, f. 681-682.

<sup>31</sup> Idem. pasta 83, f. 746.

<sup>32</sup> RAGENDORFER, 2003, p. 22.

Scagliussi disse que encontrou *Turco Julián* na fronteira. Também viu Silvia se desempenhando como *marcadora*, analisando uma pilha de passaportes de viajantes suspeitos.

Na entrevista à *TXT*, o agente disse que voltou a reencontrar Silvia em Buenos Aires, num apartamento em que ela estava detida, custodiada por três guardas femininas. Revelou a paixão: “[...] *A esa altura me había obsesionado por hacer algo por Silvia.*”<sup>33</sup>

A paixão que irrompeu nos porões de tortura, entre vítima e carrasco, tinha sido explicada um ano antes por Silvia, na Espanha, numa entrevista ao jornal *El País*. O título da reportagem foi “*El drama de una ex-Montonera*”. O desabafo:

*Hasta en el más profundo infierno hay ciertos huecos de vida que de alguna manera afloran. Gustavo, de algún modo, es tan víctima como yo del horror en que se sumergió la sociedad argentina. Trataba de protegerme con las pocas posibilidades que le daba su escaso poder. El terror nunca nos abandonó. Ambos sabíamos que guardábamos un horror imborrable en nuestras vidas.*<sup>34</sup>

Ao entrevistar Silvia, em Barcelona, a repórter do *El País* observou que havia uma gravura das Mães da Praça de Maio na entrada da casa. “Paradoxos da vida”, anotou a jornalista.

O infortúnio de Silvia Tolchinsky dividiu os *Montoneros*. Uns a culpavam por ter servido de *marcadora* – uma covardia perante os que se suicidaram ingerindo a cápsula de cianureto para evitar o risco de não agüentar a tortura e se tornar um delator – e, especialmente, por haver se casado com um repressor. Outro grupo absolveu Silvia, considerando que ela foi uma das tantas vítimas do Terrorismo de Estado Argentino, uma prova viva de como a ditadura triturou corpos e mentes.

Os *marcadores* argentinos não foram os únicos acusados de vilania no Cone Sul. O caso deles se assemelha aos *arrepentidos* do Brasil. Entre 1970 e 1976, pelo menos 18 guerrilheiros brasileiros foram levados à televisão, em horário nobre, para

<sup>33</sup> RAGENDORFER, 2003, p. 23.

<sup>34</sup> BUSANICHE, 2002.

renegar a esquerda e elogiar o governo militar. Transformados em garotos-propaganda da ditadura, eles abdicaram da condição de discípulos de Che Guevara, sendo condenados à pena vitalícia que acompanha os traidores.<sup>35</sup>

Na Argentina, os *marcadores* foram informantes da repressão, trocaram a delação pela sobrevivência. No Brasil, os processos de arrependimento – rotulados pejorativamente de *desbunde* – funcionaram como estratégia para desestabilizar grupos de esquerda.

Se a ditadura argentina usou os marcadores clandestinamente, e depois até eliminou parte deles, o regime brasileiro se empenhou em mostrar publicamente seus arrependidos. Um deles foi o nissei André Massafumi Yoshinaga, o Massa, da VPR de São Paulo. Em julho de 1970, ele criticou a guerrilha na televisão, elogiou as principais obras do governo de Emílio Garrastazu Médici (1969–74), como a estrada Transamazônica, o Projeto Rondon e a extensão do mar territorial para 200 milhas náuticas. Massafumi, que havia treinado com Carlos Lamarca no Vale da Ribeira, também foi apresentado como troféu de guerra, circulou por campus universitários para tentar dissuadir rebeldias entre jovens. Seis anos depois, não suportando a humilhação, enforcou-se com a mangueira de plástico do chuveiro<sup>36</sup>. Um ano antes, estivera internado em clínicas psiquiátricas.

Nas entrevistas transmitidas pela televisão, e depois publicadas em jornais, os arrependidos condenavam as ações de grupos de esquerda como atos terroristas lesivos à pátria. O final culminava com um apelo à pacificação:

Pergunta – Você tem alguma mensagem para todos os jovens?

Resposta – Sim, eu gostaria de renovar a minha fé e a minha confiança na juventude, nas suas idéias, nos seus anseios, para que faça do Brasil um país cada vez mais forte e livre. Gostaria de deixar claro que a juventude deve ter bastante compreensão e, ao mesmo tempo, ser crítica diante dos problemas que enfrenta o país. Eu acho que, com isso, ela faz com que o país progrida. E especialmente que não se lance em violências desnecessárias, como o terrorismo, que é uma aventura que apenas ceifou vidas preciosas de jovens. Espero que a juventude faça jus à sua condição de futuro do Brasil<sup>37</sup>.

---

<sup>35</sup> MARIANO, 2003, p. 285-316.

<sup>36</sup> MORTE, 1976, p. 25.

<sup>37</sup> REINHOLDO, 1971.



### 3.4 Dois valentes ‘muchachos’

Foi no cruzamento Paso de los Libres-Uruguaiana que se consumou o último seqüestro de *Montonero* que incursionava por território brasileiro. Em 26 de junho de 1980 (mesma data da captura do padre Jorge Adur), foi apanhado o universitário Lorenzo Ismael Viñas, então com 25 anos.

Ele havia partido da cidade argentina de Santa Fé, viajava com destino ao Rio de Janeiro num ônibus da empresa Pluma (número 7825), com o bilhete 93.034. Lorenzo portava o documento falso número 10.835.726, em nome de Néstor Manuel Ayala. Estava na poltrona 11, a reservada aos suspeitos que deveriam ser detidos para averiguações.<sup>38</sup>

Lorenzo era filho do escritor David Viñas (professor de Literatura na Universidade Nacional, ensaísta, autor de 15 livros, ganhador do Prêmio Casa das Américas, de Cuba, em 1967) e de María Adelaida Gigli, peronista histórica. Como se fosse uma predestinação, nasceu no mês em que aeronaves da Marinha argentina bombardearam a Casa Rosada e a Praça de Maio, no coração de Buenos Aires, em junho de 1955, na primeira tentativa golpista para derrubar Juan Domingo Perón, o que seria concretizado em setembro do mesmo ano.<sup>39</sup> Da janela do hospital, enquanto a mulher estava em trabalho de parto, David Viñas assistiu aos aviões despejando bombas e atirando contra a multidão, deixando ao redor de 350 mortos e mais de 800 feridos.

Lorenzo iniciou sua militância adolescente, como líder estudantil, em 1969. Depois ingressou na Juventude Universitária Peronista (JUP), trabalhou na localidade de General Sarmiento, província de Buenos Aires, ajudando moradores nas reivindicações por calçamento de rua, canalização de rede de esgoto e cursos de alfabetização.

Quando tinha 18 anos e já mostrava sinais de calvície, o que lhe rendeu o apelido de *El Pelado*, conheceu sua companheira, Claudia Olga Allegrini, três anos mais nova. Filha de um metalúrgico e de uma dona de casa, Claudia militava em um

---

<sup>38</sup> ARGENTINA, pasta 83, f. 732-735.

<sup>39</sup> Mais detalhes na revista *Todo Es Historia*, n. 458, set. 2005, dirigida por Félix Luna, que compila inúmeros livros históricos sobre o golpe de 1955.

bairro operário, auxiliando crianças nos cuidados com a higiene e no reforço ao aprendizado escolar. Os dois se encontraram no trabalho, quando socorriam vítimas de uma inundação.

À medida em que a situação da Argentina se deteriorava, Lorenzo foi se complicando devido à sua opção política. Em novembro de 1974, foi preso, sem processo judicial, ficou nove meses trancafiado no cárcere de Villa Devoto, em Buenos Aires.<sup>40</sup>

Claudia não podia visitá-lo, por ser menor de idade, mas conseguiu vê-lo duas vezes, nos tribunais. Durante a prisão, escreveram-se 565 cartas. Enamorada pela primeira vez, Claudia enfeitava a correspondência com versos dos poetas Mario Benedetti e Pablo Neruda. Nesse tempo, Claudia morou na casa da mãe de Lorenzo. Não pelo melhor conforto, pois os Viñas dispunham de calefação no inverno e calçada de pedestre, mas para ficar mais próxima do namorado.

Depois do golpe de março de 1976, o cerco repressivo aumentou. Em agosto, seqüestraram a irmã de Lorenzo, María Adelaida (tinha o mesmo nome da mãe), quando ela passeava com a filha de oito meses, Inés, pelo Jardim Zoológico de Buenos Aires. María Adelaida foi morta, engrossando a lista dos desaparecidos.<sup>41</sup> A pequena Inés foi resgatada, carregava ao pescoço uma placa metálica com o nome do bisavô, Lorenzo Gigli (avô de Lorenzo). Quase ao mesmo tempo, desapareceu o marido de María Adelaida e pai de Inés, o *Montonero* Carlos Andrés Goldenberger.

Quando aconteceram as mortes dos familiares, Lorenzo e Claudia estavam exilados no México, desde o final de 1975. Claudia atuava na creche para filhos de *Montoneros*, a *Casa Del Niño*, inicialmente cuidando sete crianças. Depois, com a chegada de levas de refugiados políticos, precisou se desdobrar. Não vieram apenas argentinos, mas também chilenos, uruguaios, paraguaios, bolivianos e brasileiros. Aos sábados, Claudia e as mulheres faziam quermesses para arrecadar dinheiro, vendendo as típicas empanadas argentinas.

---

<sup>40</sup> PASO DE LOS LIBRES, 2005.

<sup>41</sup> Ibidem.

Em novembro de 1977, a direção dos *Montoneros* no México decidiu enviar Lorenzo e Claudia ao Brasil,<sup>42</sup> com planos de retornar à Argentina. O casal fez uma escala de três meses no Peru. Depois, ficou até junho de 1979 em território brasileiro, circulando entre São Paulo, Santos e Rio de Janeiro.

Os dois ingressaram na Argentina por Foz do Iguaçu, uma das mais vigiadas, por ser tríplice fronteira. Passaram por uma barreira policial, com cães farejadores, levando na mala o uniforme dos *Montos*, com a jaqueta de couro preto, estilo aviador. Antes, no hotel, haviam atirado as cápsulas de cianureto na privada do banheiro, achavam que poderiam suportar a tortura se fossem apanhados. “*Valientes muchachos!*”<sup>43</sup> – rememorou Claudia sobre aqueles tempos de voluntarismo e certa ingenuidade.

Eles reservavam a indumentária – Lorenzo era tenente *Montonero* – para ocasiões especiais, como na vez em que o dirigente Rodolfo Galimberti viajou ao México para mobilizar os exilados. Conhecido por *Loco Galimba*, Rodolfo dirigira o semanário *A Causa Peronista*, credenciara-se a *jetón* porque fora um dos interlocutores de Perón no exílio de Madri.<sup>44</sup> Mais tarde, Galimberti rompeu com os *Montos* por discordar dos atentados a bomba, dos assassinatos e da continuidade da luta armada.

Em junho de 1979, Lorenzo e Claudia chegaram a Buenos Aires, instalando-se no bairro periférico de Bella Vista, para tentar organizar a resistência dos moradores à ditadura. Mas aconteceu o contrário. Sentindo-se encurralados, no mês seguinte eles fugiram ao Paraná, na província de Entre-Rios, para morar em uma chácara da avó de Claudia, Haydeé.

Viveram como agricultores, às margens do Rio Paraná, criando patos, galinhas, porcos e plantando hortaliças. Ao lado do pai de Claudia, Roberto Allegrini, Lorenzo vendia a produção em uma carroça puxada a cavalo. O que mais rendia era oferecer galinhas caipiras vivas a moradores da cidade, que optavam entre criá-las nos quintais dos fundos de casa, para a postura de ovos, ou abatê-las para o almoço de domingo.

---

<sup>42</sup> PASO DE LOS LIBRES, 2005.

<sup>43</sup> ALLEGRINI, 2005.

<sup>44</sup> GIUSSANI, 2003, p. 220.

Em agosto de 1979, nessa rotina bucólica, Claudia notou que estava grávida.<sup>45</sup> A filha, María Paula Viñas, nasceu em 28 de maio do ano seguinte, quando surgiu outro tipo de ameaça. O governador de Entre-Rios passou a recrutar jovens para uma possível guerra contra o Chile, o sócio da Operação Condor, devido à disputa em torno do Canal de Beagle,<sup>46</sup> e poderia descobrir Lorenzo, o *Monto* disfarçado de granjeiro.

Em 26 de junho, acossado pela repressão e pelo alistamento compulsório, Lorenzo resolveu voltar ao Brasil. No último instante, entendeu que Claudia não deveria ir junto, porque a longa viagem de ônibus seria penosa para a filha recém-nascida. Quando chegasse ao Rio de Janeiro, mandaria um telegrama: “Cheguei Bem”.<sup>47</sup> Era a senha para Claudia se preparar, embarcaria depois que Lorenzo providenciasse a moradia. A mensagem não veio.

Documento da Justiça Federal da Argentina indicou as circunstâncias do seqüestro de Lorenzo. Teria ocorrido quando o ônibus da Pluma já atravessara a ponte internacional sobre o Rio Uruguai e chegava a Uruguaiana, no lado brasileiro. Ato contínuo, ele foi devolvido para Libres e, depois, recambiado a Buenos Aires, para instalações do B. 601.

*[...] Y se cree que desapareció en el cruce fronterizo... presumiblemente del lado brasileiro (sic), dado que la empresa de colectivos mencionada informó que según sus registros la víctima había cruzado la frontera.*<sup>48</sup>

A mesma informação foi repetida pelo relator da Comissão Especial de Familiares de Mortos e Desaparecidos do Brasil (Lei 9.140, de 1995), Augustino Pedro Veit, encarregado de investigar o seqüestro. Veit registrou que Lorenzo desapareceu “em território brasileiro”,<sup>49</sup> assim como os outros cinco argentinos. O governo do Brasil assumiu a responsabilidade pelos crimes e indenizou os familiares dos *Montoneros*.

---

<sup>45</sup> BUENOS AIRES, nº 29.

<sup>46</sup> VIAL, 2002, p. 309 - 353.

<sup>47</sup> ALLEGRINI, 2005.

<sup>48</sup> ARGENTINA, pasta 57, f. 544.

<sup>49</sup> BRASIL, 2002.

Analisando-se esses documentos, constata-se que os brasileiros repetiram as fontes argentinas. Ambos foram gerados pela necessidade que os familiares das vítimas tiveram em registrar suas palavras no papel. Ao se desdobrarem nos depoimentos, nas entrevistas a jornais e nas cartas apelando por ajuda, quiseram evitar o esquecimento e perpetuar suas memórias em provas escritas. Claudia Allegrini, assim como Florinda Habegger (mulher do dirigente *Monto* Norberto), foi incansável nessa tarefa. Buscou justiça, investigação dos crimes, mas também a produção da memória. Intuitivamente, anteciparam-se ao alerta de Touraine (ver introdução), feito em 2002, sobre a necessidade de registrar a palavra como “algo fundamental” para recuperar a história.

Por outro lado, observa-se que os documentos do aparato de segurança foram elaborados apenas para conhecimento interno. Não surgiram para registrar fatos, mas para instruir os envolvidos na repressão. Eram ordens de serviço confidenciais, não testemunhos à posteridade.

### 3.5 A estância La Polaca

Um agente civil do Destacamento de Inteligência 123 do Exército (D. 123), Carlos Fidel Ramón Waern, aportou revelações sobre a repressão na fronteira Paso de los Libres-Uruguaiana. Em um relatório manuscrito de sete páginas (considerado autêntico pelo Corpo de Peritos da Suprema Corte da Argentina), Waern informou que o esquema com *marcadores* começou a ser empregado em 1978, por determinação do tenente-coronel Francisco Javier Molina, que recebera ordens do B. 601, a quem o D. 123 estava subordinado. A informação de Waern, que escreveu a palavra *marcadores* em letras maiúsculas e entre aspas:

*[...] organizar el sistema de ‘marcadores’ para detectar el ingreso al país de efectivos Montoneros provenientes del Brasil. Los guerrilleros que delataban a sus camaradas de armas e ideales lo hacían a cambio de salvar sus propias vidas y tenían alto rango en la organización.*<sup>50</sup>

---

<sup>50</sup> WAERN, p.01-02.

O agente arrependido descreveu que os *marcadores* haviam sofrido “diferentes torturas” nos campos de detenção de Buenos Aires, chegavam a Libres “totalmente entregados”. Disse que eles tinham de ficar mais atentos quando passavam ônibus de turismo, como os da empresa Pluma<sup>51</sup> (a de Lorenzo Viñas), vindos de grandes capitais brasileiras.

Waern contou que *Turco Julián* era conhecido por “torturador e inclusive assassino” entre os militares de Libres.<sup>52</sup> *Turco Julián* tinha o privilégio de entrar sem bater a porta do comandante do D. 123. Durante a noite, costumava trocar as placas do automóvel que utilizava para transportar *marcadores* e nos serviços de espionagem.

Com o desenrolar das prisões na fronteira, Waern disse que tornou-se incômodo interrogar os suspeitos na sede da Gendarmeria, em uma sala cujos vidros haviam sido pintados para evitar olhares curiosos. Então, passaram a usar uma fazenda de gado, batizada *La Polaca* em alusão à sua primeira dona, Sofia Selinsky, que migrara da Polônia fugindo dos horrores da I Guerra Mundial.

Seguindo recomendação de Barbara Tuchman,<sup>53</sup> aquela de que os pesquisadores poderiam conferir pessoalmente o local dos acontecimentos, o autor desta dissertação foi conhecer *La Polaca*. Localizada a 15 quilômetros da cidade de Paso de los Libres, no distrito rural de Palmar, fica a 600 metros das margens do Rio Uruguai. Da estância, pode-se avistar a cidade de Uruguaiana. Guarnecido por enormes tipuanas e árvores frutíferas, o casarão abriga um porão, de três metros por três metros de largura e 2m85cm de altura (medidos pelo autor). Numa das paredes laterais, há vestígios de que a porta de entrada foi alargada, em tamanho suficiente para receber um automóvel.

A Justiça Federal e o Colégio de Advogados de Paso de los Libres apuraram que *La Polaca* foi cedida ao D. 123, de forma gratuita, a partir de 1976, pelo então proprietário da fazenda, Arturo Bompland. No seu informe, o agente Waern relatou

---

<sup>51</sup> WAERN, p. 03.

<sup>52</sup> Ibidem. p. 02.

<sup>53</sup> TUCHMAN, 1995, p. 12. O autor visitou outros locais considerados testemunhos das ditaduras, na Argentina, no Chile, no Uruguai e no Paraguai.

que os detidos no posto da fronteira eram levados à fazenda para interrogatórios, de olhos vendados e algemados.

Dentro do casarão da estância, os prisioneiros não recebiam alimentos, somente água. Waern disse que eram torturados com choques elétricos, acionados por um “telefone de campanha”, os quais lesionavam a pele. Acrescentou que os interrogadores também martirizavam os detidos com queimaduras de cigarros e perfurações com agulhas. A descrição de Waern:

*Las sesiones solían durar mucho tiempo, hasta más de dos horas, durante las cuales obtenían confesiones grabadas bajo la promesa de supuesta libertad. Hubieron mujeres que soportaban todo tipo de agresión sexual por parte de los interrogadores. [...] En alguna de las habitaciones el ambiente se hacía irrespirable, imposible de permanecer mucho tiempo por el olor nauseabundo.*<sup>54</sup>

A estância *La Polaca* funcionou como um centro de triagem, para o interrogatório inicial. Depois, os prisioneiros eram transportados para os campos de concentração de Curuzú Cuatiá (o mais próximo de Libres) e de Buenos Aires.<sup>55</sup> Waern narrou que eles viajavam “sujos, vendados e semidesnudos”, mas alguns precisavam de um banho antes, porque estavam em situação lamentável.

Um dos prisioneiros de *La Polaca* foi o cadete argentino Luis Rolón, da 3ª Companhia de Engenharia do Exército, em Monte Caseros. Denunciado como subversivo, Rolón ficou 16 dias na fazenda de gado, em agosto de 1978, sendo interrogado e torturado com choques elétricos. Foi mantido com capuz e custodiado por um cão feroz, o qual não podia ver. Caso se mexesse, o animal rosnava e tentava mordê-lo. O testemunho de Rolón, que tinha 18 anos: “[...] *Cada vez que me movía escuchaba ladrar a un perro. Nunca lo ví, pero lo sentía cerca mío, como si esperara que intentara escapar para atacarme.*”<sup>56</sup>

O cadete foi levado para *La Polaca* como suspeito. Ao desenhar o croqui do quartel onde servia, durante aula de instrução militar, um sargento implicou que aquilo poderia ter sido encomenda de algum grupo guerrilheiro. Ao desconfiar de

<sup>54</sup> WAERN, p.04.

<sup>55</sup> WAERN, p. 06. ZACARIAS, 2005.

<sup>56</sup> RODRÍGUEZ, 2006.

Rolón, mandou interrogá-lo pelo método da ditadura. Ou seja: extrair informação via tortura. Dois anos depois, Rolón foi absolvido. Filho de pobres agricultores, ele sonhara fazer carreira no exército. Decepcionado, teve de sobreviver como pedreiro.

### 3.6 Revelações do ‘chupadero’

Claudia Allegrini investigou o desaparecimento do marido, Lorenzo Viñas, seqüestrado na fronteira Uruguaiana-Libres, a sede de *La Polaca*. Recorreu ao Secretariado da Anistia Internacional, em Londres, e denunciou o caso ao Tribunal de Justiça de Roma (Itália), que abriu processo judicial em favor de Lorenzo, Horacio Domingo Campiglia e de outros argentinos descendentes de italianos que foram assassinados pela ditadura.<sup>57</sup>

Quem acabou prestando informações sobre Lorenzo, e outros argentinos seqüestrados no Brasil, foi a 1ª tenente *Montonera* Silvia Tolchinsky. Ela foi *marcadora* na fronteira de Paso de los Libres, mas depois que ocorreu a prisão do marido de Claudia.

Em duas cartas<sup>58</sup> que enviou a Claudia desde a Espanha, postadas em outubro de 1994 e janeiro de 1995, Silvia revelou que esteve com Lorenzo nas instalações do Campo de Maio, numa de suas chácaras militares, controladas pelo B. 601, na província de Buenos Aires.

Foi Claudia quem iniciou a correspondência, em julho de 1994, ao saber que Silvia sobrevivera. A viúva de Lorenzo observou que o “tema não era nada agradável, fazia lembrar coisas muito feias”, mas qualquer informação seria útil para esclarecer o “quebra-cabeças” que lhe atormentava. Três meses depois, Silvia respondeu, desculpando-se pela demora. Justificou que não procurara Claudia antes por ter achado que ela também havia desaparecido.

A *Montonera* convertida em *marcadora* prometeu contar detalhes, mas aqui se transcreve trechos das cartas observando-se o alerta de Angela de Castro

---

<sup>57</sup> ITÁLIA. Procuradoria da República. Processo do Tribunal de Justiça de Roma nº 8.823/99. Roma, 21 maio 2001. In: ARGENTINA, pasta 69, f. 952-953, 969.

<sup>58</sup> O autor desta dissertação recebeu cópias das cartas, cedidas por Claudia Allegrini.



Gomes sobre a necessária cautela que deve manter o pesquisador em relação ao chamado “efeito de verdade” tentado pelo autor da missiva. Angela adverte que a escrita de si assume a subjetividade do narrador.<sup>59</sup> Pode valer como documento histórico, desde que devidamente interpretada.

Na primeira das cartas, de 111 linhas datilografadas, Silvia disse que encontrou Lorenzo em setembro de 1980, quando foi removida para Buenos Aires depois de ser detida em Las Cuevas (Chile-Argentina). Como estava encapuzada, não teve certeza, mas supôs que ficou numa chácara militar à beira do Rodovia N° 8, ao redor do Campo de Maio. Silvia narrou que pôde conversar com Lorenzo, a quem os carcereiros chamavam de *El Pelado*:

[...] lo traen al cuarto donde yo estaba engrillada en un camastro. Él venía también engrillado y con los ojos vendados igual que yo. Lo sentaron en la silla junto a mi camastro, y a mí me permiten sentarme. Nos suben la venda de los ojos y nos pudimos ver. Me lo presentan y me dicen que ‘El Pelado’ fue muy valiente, que les había tomado el pelo todo el tiempo. Que lo habían martirizado mucho... que no había dicho nada, que los mandaba de una punta a otra de la ciudad y nunca encontraban nada. Contaban la anécdota de una casa a la que los mandó diciendo que en la puerta había un enanito con la camiseta de River y adentro del jardín otro enanito con la camiseta de Boca.<sup>60</sup>

Querendo agradar a Claudia, Silvia continuou elogiando a suposta valentia de Lorenzo, que teria merecido a tolerância dos torturadores diante das informações erradas no interrogatório, o que contrasta com a totalidade dos testemunhos arrolados pela Conadep. A relação entre carrasco e prisioneiro era de impiedade, ainda mais no Campo de Maio, um dos mais brutais *chupaderos*, para onde convergiam os *Montos* que caíam na rede da Operação Condor. O seguimento da carta:

*Contaron también que después de una noche de martirizarlo, los torturadores cansados hicieron un descanso para un café. Lorenzo dice ‘estoy de acuerdo, yo con leche, dos medialunas y tres de*

<sup>59</sup> GOMES, 2004, p. 07 - 24.

<sup>60</sup> Carta de Silvia Tolchinsky, de 9 de outubro de 1994.

*azúcar'. Son relatos terribles, horrosos pero que hablan del humor y del espíritu que 'El Pelado' tenía.*<sup>61</sup>

Na seqüência, Silvia escreveu que conversou mais um pouco com Lorenzo, sempre diante dos carcereiros. Ele disse que estava preso havia mais de 90 dias. Em seguida, mostrou uma fotografia da filha recém-nascida, María Paula, orgulhoso de como era “bonita” e “saudável”.<sup>62</sup>

Silvia e Lorenzo tiveram um segundo encontro (conforme as cartas), quando foram levados ao refeitório dos carcereiros, amarrados e vendados. Ele voltou a falar de Claudia e de María Paula, fez perguntas sobre crianças, porque Silvia era uma mãe experiente, com três filhos.

Na terceira vez que viu Lorenzo, Silvia ficou apreensiva. Notou que ele estava cedendo a cela para um prisioneiro recém-capturado, Hector Archetti, o que significava o *traslado*. A despedida de Lorenzo:

*Ese día lo trasladaron a Lorenzo. Fue el peor día. Yo no lo ví pero lo trajeron hasta la puerta del cuarto donde yo estaba, él le dijo a uno de los interrogadores: 'Cuiden a la petisa'. Nos despedimos, él parecía contento, hacía como si zapateara. Yo estaba muy confundida. Estaba segura que lo iban a matar y creo que él también, por eso no entendía que lo aceptase de ese modo. [...] Estoy convencida de que ese día fue el último de Lorenzo.*<sup>63</sup>

Documentos corroboraram a informação de Silvia de que Lorenzo e outros prisioneiros do Campo de Maio teriam sofrido o *traslado* em aviões, sendo atirados no Oceano Atlântico. Quando estava no cárcere, Silvia ouviu sobre a remoção de Lorenzo, conforme declarou à Justiça Federal da Argentina: “[...] *que lo iban a trasladar en un avión porque hablaban de cuando sería el vuelo.*”<sup>64</sup>

Um agente do B. 601, Jorge Alberto Puigdomenech, confirmou os *traslados* em aeronaves a partir do Campo de Maio. Ele disse que havia um grupo especial,

<sup>61</sup> Carta de Silvia Tolchinsky, de 9 de outubro de 1994.

<sup>62</sup> Ibidem. O autor desta dissertação recebeu cópia dessa fotografia de Lorenzo com a filha. Também possui fotos dos outros cinco *Montoneros* seqüestrados no Brasil.

<sup>63</sup> Ibidem.

<sup>64</sup> ARGENTINA, pasta 58, f. 699.

formado por suboficiais e civis, encarregado da missão de jogar prisioneiros vivos nas águas.<sup>65</sup> Puigdomenech achava que os “terroristas” eram de “grande perigo social”, deveriam ser castigados severamente, pois não esquecia dos policiais assassinados por guerrilheiros. Mas entendia que havia “formas mais decentes” de os subversivos pagarem por seus crimes. Afirmou que sentia “repugnância” quando ouvia colegas se ufanarem do método de eliminação.

### 3.7 Cadáveres na praia

Pela mecânica do Terrorismo de Estado Argentino, o *traslado* era reservado ao prisioneiro *chupado*, o que deveria desaparecer por não ter mais utilidade, já contara o que sabia e apenas ocupava lugar nas penitenciárias. Uma das melhores descrições de um *chupado* foi dada pelo electricista Oscar Héctor Peira, que atendia ao II Corpo do Exército, com sede em Rosário. Ele foi chamado a instalar um sistema de iluminação que projetasse fochos potentes para ofuscar os olhos dos interrogados, deixando uma área de sombra onde sentariam os comandantes que assistiam à tortura. Ao realizar o trabalho, Peira viu os *chupados*, todos jovens, as cabeças raspadas, com feridas no couro cabeludo, a maioria tinha as unhas das mãos e dos pés quebradas ou levantadas, brancas e purulentas. Exibiam sinais de queimaduras (*dos choques eléctricos*) nos antebraços, no pescoço, nas orelhas e nos tornozelos, algumas dessas machucaduras estavam ulceradas e infeccionadas. O que mais surpreendeu o electricista foi a aparência:

*La mirada de casi todos ellos estaba perdida... Me acuerdo un día que era un frío terrible, uno estaba abrigado y estos chicos estaban con esa camisa en el patio y parecía que no sentían nada, estaban completamente aislados al dolor.*<sup>66</sup>

A ditadura chilena também realizou os chamados ‘vãos da morte’, desfazendo-se de prisioneiros políticos no Oceano Pacífico. A Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação do Chile apurou que as vítimas embarcavam em

---

<sup>65</sup> ARGENTINA, pasta 83, f. 790-791.

<sup>66</sup> Idem. pasta 63, f. 788-790.

helicópteros sob efeito de sedativos. Antes de serem atiradas em alto-mar, tinham o ventre rasgado por arma branca, a ausência das vísceras impediria os corpos de flutuarem.<sup>67</sup> Mas foi o regime argentino quem executou massivamente os sepultamentos aquáticos.

A tática de ocultar cadáveres, para configurar a desaparecimento do prisioneiro, começou imediatamente após o golpe militar na Argentina. Os centros clandestinos de detenção ficaram abarrotados. Na ESMA, em Buenos Aires, diante da lotação dos cárceres, os repressores acharam a solução: atirar os condenados no Atlântico Sul, do alto de aviões, para serem devorados por tubarões.

Movido por um misto de arrependimento e de vingança contra os superiores militares, que na época tentavam inculpar os subalternos pelos excessos na repressão, o ex-capitão-de-corveta Adolfo Francisco Scilingo procurou o jornalista Horacio Verbitsky para revelar que entre 1,5 mil e 2 mil presos foram exterminados nos “vôos da morte”. As aeronaves Skyvan e Electra decolaram sempre às quartas-feiras, ao entardecer, levando de 15 a 20 passageiros por viagem.<sup>68</sup>

O ex-capitão Scilingo disse que os prisioneiros, antes do embarque, recebiam um sedativo, para ficarem meio tontos. Depois, marchavam em fila indiana, encapuzados e acorrentados, acreditando na promessa de que seriam removidos para prisões comuns, onde cessariam as torturas. A bordo, eram dopados novamente com uma potente injeção, antes de serem arremessados às águas.

Scilingo contou ter atuado em dois vôos, porque havia um revezamento entre os tripulantes. Ele admitiu que foi acometido por sentimentos contraditórios. Como cidadão, ficou perturbado ao atirar pessoas vivas pela porta do avião. Como militar, estava convicto de que cumpria ordens superiores, eliminando subversivos e terroristas. Considerava-se uma das engrenagens, não o motor da máquina de guerra. Scilingo concedeu entrevista para Verbitsky. Um dos trechos mais estremeceadores:

Pergunta – Como os oficiais se referiam a esse extermínio de presos políticos?

---

<sup>67</sup> Relatório *Nunca Más en Chile*, 1999, p. 77.

<sup>68</sup> VERBITSKY, 1995.

Resposta – Falava-se de o "vôo". Era normal, embora neste momento pareça uma aberração... Enfiados na guerra que estávamos convencidos estar travando, era uma das metodologias.

Pergunta – Quem participava dos vôos?

Resposta – A maioria dos oficiais da Marinha fez pelo menos um vôo. Havia um rodízio, uma espécie de comunhão.

Pergunta – Em que consistia essa comunhão?

Resposta – Era algo supremo que se fazia pelo bem do país. Um ato supremo. Quando recebíamos a ordem, não se tocava mais no assunto. Obedecíamos automaticamente.

Pergunta – Como reagiam os presos quando eram informados da transferência e da vacina?

Resposta – Ficavam contentes.

Pergunta – Não suspeitavam do que se tratava?

Resposta – De jeito nenhum. Ninguém tinha consciência de que ia morrer... Quando o avião decolava, o médico que ia a bordo lhes aplicava uma segunda dose, um calmante poderosíssimo. Eles ficavam totalmente adormecidos.

Pergunta – Quando os prisioneiros dormiam, o que vocês faziam?

Resposta – [...] Penso nisso e me arrepio. Tirávamos a roupa dos presos desmaiados e, quando o comandante do avião dava a ordem, abríamos a porta e os jogávamos no mar, um por um.

Pergunta – Como faziam para carregar até a porta as pessoas adormecidas?

Resposta – Em dois, nós as carregávamos até a porta.

Pergunta – Elas permaneciam adormecidas?

Resposta – Totalmente. Ninguém sofria nada.

Pergunta – Fazia-se algum estudo quanto ao lugar...?

Resposta – Deviam fazer. Imagino que sim. Do aeroporto ia-se até Punta Indio. Depois, enfiava-se mar adentro.<sup>69</sup>

Havia outras operações de extermínio, como a do Serviço de Inteligência da Prefeitura Naval Argentina (Sipna), de Buenos Aires, que atirou corpos do alto de helicópteros na embocadura do Rio da Prata. Entre 1976 e 1979, as águas devolveram uma amostra desse cemitério submerso, depositando 24 cadáveres ao longo da costa do Uruguai. Tinham crânios perfurados a tiros, costelas e braços fraturados, corpos cheios de hematomas, órgãos sexuais mutilados (homens foram castrados), olhos devorados pelos peixes.<sup>70</sup>

A descoberta foi provocada por enchentes que remexeram o leito dos rios Paraná e Uruguai (formadores do Prata), arrancando restos calcários e até pedras. O regime de águas e de ventos se encarregou de transportar os cadáveres. Uma das correntes marinhas, como pressiona o litoral uruguaio, esparramou corpos nas

<sup>69</sup> VERBITSKY, 1995, p. 53 - 54.

<sup>70</sup> PIUMA, 1994.

praias de Colônia, Canelones, Piriapolis, Maldonado, Rocha e Palomas. O legista fez a necropsia de um cadáver, encontrado no balneário de Areias Brancas, Colônia:

Homem branco, de cabelo escuro, sem barba, 1m60cm de altura, idade aproximada de 20 a 25 anos. Tempo de morte: aproximadamente dois meses. Sinais de violência: corrente amarrada ao pescoço; fraturas no crânio, na perna direita e em ambos os braços; mãos amarradas e lesões genitais, com ausência dos testículos.<sup>71</sup>

O Rio da Prata também vomitou restos humanos: pontas de dedos (possivelmente decepados para evitar o exame de identificação pelas digitais), fragmentos de maxilares e ossos.

No cemitério geral de Colônia, as sepulturas dos cadáveres sem dono consternavam pelo desamparo, separadas de outros túmulos como se carregassem uma maldição, conforme viu o autor desta pesquisa.<sup>72</sup> Assinaladas por uma cruz de cimento, de meio metro de altura, receberam por lápide somente a abreviatura N. N. (Nenhum Nome).



**Cruz de cimento com a inscrição N. N. (Nenhum Nome), no cemitério de Colônia, no Uruguai.  
Foto de Sílvio Ávila, Zero Hora (1995).**

<sup>71</sup> PIUMA, 1994, p. 153.

<sup>72</sup> TUCHMAN, 1995, p. 12, que sugere a visita aos locais de pesquisa. No Uruguai, as tumbas de presos políticos não-identificados tinham cruzes de cimento. No Chile, cruz de ferro.



**Cruzes de ferro N.N. (Nenhum Nome) do Cemitério Geral de Santiago, no Chile.  
Foto de Sívio Ávila, Zero Hora (1995).**

Dois desses cadáveres apareceram no litoral do Rio Grande do Sul, trazidos pela mesma corrente que havia espalhado os outros. No extremo sul, a costa brasileira é um prolongamento da borda retilínea do Uruguai. O primeiro corpo foi encontrado na manhã de 11 de abril de 1978, na praia Farol do Albardão, a 60 quilômetros do povoado de Hermenegildo, em Santa Vitória do Palmar. Jornalistas que faziam a cobertura do fenômeno “maré vermelha” (suposta deterioração massiva de algas, que provocara um desastre ecológico sem precedentes na região, causando mortandade de peixes, mariscos, pingüins e lobos-marinhos) registraram a descoberta.<sup>73</sup>

---

<sup>73</sup> Na época, os jornais foram proibidos de divulgar as notícias sobre os cadáveres de prisioneiros políticos. No entanto, o chefe da sucursal de *O Globo* em Porto Alegre, Tito Tajés, guardou a reportagem de nove laudas não publicada (acervo do MJDH). Já o repórter Jurandir Silveira, da Companhia Jornalística Caldas Júnior, fotografou o cadáver encontrado em Santa Vitória do Palmar. Jurandir cedeu a foto ao autor desta dissertação.



**Cadáver de prisioneiro político localizado próximo ao Farol do Albardão,  
em Santa Vitória do Palmar, em abril de 1978.  
Foto de Jurandir Silveira, da Companhia Jornalística Caldas Júnior.**



O escrivão da Delegacia de Polícia de Santa Vitória do Palmar, Ereovaldo Chaves de Carvalho, fez a ocorrência do encontro do cadáver, sob número 409/78, no livro 28/78, com a objetividade e o detalhamento próprios das autoridades:

Às 10h do dia 11 de abril de 1978 fomos informados, através da DP do 2º Distrito do Chuí, que havia sido informada pelo Rádio do Farol do Albardão, que naquelas proximidades fora encontrado, pelos senhores Almerindo de Paula e seu filho, Jorge Severino de Paula, um cadáver de uma pessoa. [...] encontramos o cadáver de um homem branco, o mesmo estava completamente nu e faltando parte do crânio, o mesmo não tinha condições de ser identificado [...]<sup>74</sup>

O escrivão Carvalho registrou que não havia, na região, nenhuma queixa sobre desaparecimento de pessoas. Depois de realizada a necropsia, que atestou mutilações como a falta parcial da cabeça,<sup>75</sup> o cadáver foi colocado na catacumba 537 do cemitério de Santa Vitória do Palmar. No final de 1981, os restos mortais foram removidos para o ossário geral, em um procedimento normal, porque ninguém se interessara pela manutenção da sepultura numerada. Com o tempo, os despojos se perderam misturados às ossadas de indigentes.

O segundo corpo trazido pelas correntes marítimas ao Rio Grande do Sul foi encontrado a cerca de 230 quilômetros do primeiro, na praia do Estreito, município de São José do Norte, em 17 de abril de 1978. Esse naufrago também estava em adiantado estado de putrefação e mutilado. Pontas dos dedos da mão foram decepadas, o crânio estava destroçado. A ossada também se perdeu na vala comum do campo-santo.

Ao final desta dissertação, Marc Bloch é novamente lembrado, porque não haveria meios de se identificar os restos mortais expelidos pelas águas, nem localizar os que jaziam, decompondo-se, nos abissais do Oceano Atlântico. No entanto, os cadáveres arrojados em praias da Argentina, do Uruguai e do Rio Grande do Sul – todos sócios da Operação Condor – servem de testemunho, embora anônimos e por amostragem, do que acontecia aos desafetos dos regimes

---

<sup>74</sup> ESTADO, 1978.

<sup>75</sup> IML, 1978.

militares do Cone Sul. A única certeza: os corpos dos seis *Montoneros* seqüestrados no Brasil desapareceram.

## CONCLUSÃO

O seqüestro de seis guerrilheiros argentinos em território do Brasil possibilita múltiplas análises, que vão do pontual ao amplo. A conclusão global é de que o episódio comprova, por ser um dos mais exemplares entre tantos outros ocorridos no Cone Sul, que as ditaduras militares se uniram para combater os opositores. Diante do que julgavam ser a ameaça comunista, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai não hesitaram em interligar seus aparatos repressivos para neutralizar o inimigo comum. Na determinação em consolidar os regimes autoritários, chegaram a superar – ou postergar – antigos ressentimentos.

As análises pontuais se impõem pelos desdobramentos esclarecedores que oferecem. Brasil e Argentina alimentavam uma longa trajetória de atritos e desconfianças. Lembre-se que adotaram diferentes bitolas nos trilhos do trem, para prevenir invasões por meio de composições ferroviárias, cujos vagões poderiam transportar soldados e arsenais. Durante o regime militar, o Brasil declarou áreas de segurança nacional os municípios próximos à faixa de fronteira, nomeando prefeitos de sua confiança e reforçando as tropas nos quartéis. No entanto, quando foi para perseguir adversários, ocorreu a integração. Os dois países ajudaram-se mutuamente. Franquearam suas fronteiras – sob rígidos controles alfandegários e de imigração em governos democráticos – para a livre ação de comandos policiais. O Brasil executou ou autorizou a captura de pelo menos sete ativistas de esquerda refugiados na Argentina. Em retribuição, permitiu que a ditadura argentina apanhasse os *Montoneros* em solo brasileiro. Em uma das operações, consentiu que um avião militar argentino aterrissasse no Rio de Janeiro para buscar dois guerrilheiros.

Chama a atenção o período em que vigorou a conexão Brasil-Argentina. Dois dos seqüestros de *Montoneros* ocorreram durante o governo Ernesto Geisel, em 1974 e 1978. Os outros quatro foram consumados em 1980, entre março e junho, quando o general João Baptista Figueiredo estava no poder. Constata-se, então,

que a colaboração foi mais ativa justamente na fase menos repressiva da ditadura. Em 1980, o Brasil abolira a censura, promovera a anistia, os exilados voltavam gradativamente ao país. Mas há explicações para o fato. A maioria dos seqüestros aconteceu em 1980 porque os *Montoneros* haviam deflagrado a Contra-ofensiva Popular, desde o exílio, na suposição (equivocada) de que poderiam derrubar a ditadura argentina. No final de 1979 e início de 1980, células guerrilheiras partiram da Espanha, do México e de Cuba, viajando de avião e por terra. Ao fazerem escalas pelo Brasil, foram flagrados pelos serviços de espionagem.

Outra observação é sobre as diferentes motivações de Argentina e Brasil, naquele 1980. Para os militares argentinos, importava barrar a investida *Montonera*. Aos generais brasileiros interessava auxiliar os vizinhos (com o propósito de manter a estabilidade do bloco autoritário na região), mas, sobretudo, proibir a circulação de subversivos estrangeiros no território. *Montoneros* haviam organizado bases – na gíria da esquerda, os “aparelhos” – em São Paulo e no Rio de Janeiro, alugando apartamentos para receber exilados que vinham para a Contra-ofensiva. Estavam clandestinos, não representavam ameaça à segurança do Estado brasileiro, mas poderiam influenciar a sublevação entre grupos mais radicais.

A execução dos seqüestros, em 1980, leva a outras constatações. A primeira, óbvia, é de que a ditadura brasileira se prolongou no tempo, por duas intermináveis décadas. Foi a segunda mais longa da região, perdendo apenas para a do Paraguai (1954-1989). A Lei da Anistia, de 1979, não significou o fim do autoritarismo. A segunda conclusão é de que, em 1980, apesar do clima de pré-reconciliação nacional, o Brasil não havia desmontado a máquina repressiva. Pelo contrário, ela continuava ativa e a serviço da Operação Condor, como foi chamado o pacto secreto entre os países do Cone Sul.

O papel do Brasil na Operação Condor, formalizada no final de 1975, não foi igual ao dos demais associados. Aderiu com reservas à multinacional do terror, agindo quando lhe era conveniente. Ajudou a formar o banco de dados com os nomes dos subversivos, comunistas e marxistas. Trocou informações, fez espionagens conjuntas, deu assessoria e participou das conferências entre os setores de inteligência. Também perseguiu adversários além das fronteiras, capturando brasileiros que haviam se exilado no Chile (cinco) e na Argentina (sete).

Mas recuou quando a Operação Condor decidiu agir na Europa e nos Estados Unidos. Escolheu uma atuação pragmática, dissimulada, de acordo com seus objetivos.

O desaparecimento dos *Montoneros* foi uma ação típica da Operação Condor. Eles passaram pelos ritos do Terrorismo do Estado: o seqüestro além-fronteiras (tendo a colaboração entre agentes de dois países), a prisão à margem da lei, a tortura em campo de concentração (sujeitando a vítima ao manancial de humilhações e suplícios, especialmente o choque elétrico) e, no arremate, a solução final. Depois que o prisioneiro político não tinha mais utilidade – por ter fornecido as informações exigidas ou servido a repressão como traidor – a ditadura se livrava dele. Não havia prisões suficientes para trancafiar a todos e por longo tempo. Na Argentina, que perpetrou um genocídio estimado em 30 mil mortes, a regra era o assassinato seguido do traslado: a ocultação do cadáver.

Cinco dos *Montoneros*, depois de capturados no Brasil, foram devolvidos à Argentina e submetidos às estações do Terrorismo de Estado (um deles ficou no oeste do Paraná, sepultado em local desconhecido). Na Argentina, sofreram o traslado, mas não há certeza de como foi, porque os corpos sumiram. A desapareição em si é uma confirmação do crime, mas sem a prova material. As evidências – a partir de testemunhos de prisioneiros e depoimentos de oficiais militares – indicam que teriam sido jogados do alto de aviões no Oceano Atlântico.

Com a redemocratização, o Brasil admitiu o envolvimento no seqüestro dos *Montoneros*. A Lei 9.140, de 1995, que instituiu a Comissão Especial de Familiares de Mortos e Desaparecidos, previa indenização para vítimas da ditadura até 1979 – o marco é a data da Anistia. No entanto, decidiu conceder a reparação inclusive às famílias dos quatro argentinos capturados fora do período de abrangência da lei, devido à comprovação documental dos crimes.

## BIBLIOGRAFIA

- ABI divulga nota sobre jornalista argentino. Rio de Janeiro, *O Globo*, 24 ago. 1978.
- AFP – *Agence France Press*. *Entrevista com o General Cristino Nicolaidis* - III Corpo do Exército Argentino. Cordoba, 27 abr. 1981.
- ALLEGRI, Claudia. Entrevista ao autor. Buenos Aires, 13 set. 2005.
- ALONSO, Juan. *¿Quién mató a Aramburu?* Buenos Aires: Sudamericana, 2005. 280 p.
- AMORÍN, José. *Montoneros: La Buena Historia*. Buenos Aires: Catálogos, 2005. 376 p.
- ARCHIVOS Secretos – Documentos Desclasificados de la CIA*. Santiago: LOM, 1999. 202 p.
- ARGENTINA. Justiça Federal. Processo Jurídico nº 6.859. 33 v. Buenos Aires, 1998.
- ARQUIVO do Terror. Banco de Dados sobre a Operação Condor. Santiago, 1975.
- ASTIZ, Eduardo. *Lo que mata de las balas es la velocidad – Una historia de la contraofensiva montonera del 79*. La Plata: De La Campana, 2005. 320 p.
- BENEDETTI, Mario. *El olvido está lleno de memoria*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000. 147 p.
- BERMÚDEZ, Norberto; GASPARINI, Juan. *El Testigo*. El juez Garzón contra la impunidad en Argentina y Chile. Cómo atrapó a Pinochet. Buenos Aires: Vergara-Textos Libres, 1999. 228 p.
- BLIXEN, Samuel. *El vientre del Cóndor*. Del Archivo del Terror al caso Berríos. 3. ed. Montevideo: Ediciones de Brecha, 2000. 221 p.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História. Ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 159 p.
- BLYSTONE. Informe de 7 de abril de 1980. Site do Departamento de Estado dos Estados Unidos. Disponível em: <<http://foia.state.gov>>. Acesso em 1999.
- BOUSQUET, Jean Pierre. *Las Locas de la Plaza de Mayo*. Buenos Aires: El Cid, 1983. 192 p.

BRASIL. Ministério da Justiça. Subsecretaria de Direitos Humanos. Processo nº 23. Brasília, 02 ago. 2002.

BUENOS AIRES. Juizado Nacional. Processo Judicial nº 29. Contém a vida de Claudia Allegrini e Lorenzo Viñas.

BUSANICHE, Gisela. *El drama de una ex-Montonera*. Madri, *El País*, 17 jul. 2002. (Entrevista).

CALLONI, Stella. *Los Años del Lobo. Operación Cóndor*. 2. ed. Buenos Aires: Continente, 1999. 224 p.

CALVEIRO, Pilar. *Poder y Desaparición*. Los campos de concentración en Argentina. Buenos Aires: Colihue, 1998. 174 p.

CARABALLO, Liliana; CHARLIER, Noemí; GARULLI, Liliana. *Documentos de Historia Argentina (1955-1976)*. Buenos Aires: Eudeba, 1998. 231 p.

CARRIÓN, Alejandro. *Los Crímenes del Cóndor*. El caso Prats y la trama de conspiraciones entre los servicios de inteligencia del Cono Sur. Buenos Aires: Sudamericana, 2005. 208 p.

CHAVES, Gonzalo Leonidas; LEWINGER, Jorge Omar. *Los del 73. Memoria Montonera*. La Plata: De la Campana, 1998. 253 p.

COLECCIÓN Documentos. *Operativo Cóndor – Terrorismo y Genocidio*. Juzgado Nº 5 – Audiencia Nacional de Madrid – España. Ed. única. Responsável pela edição: Elías Padilha. Santiago do Chile: Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas (Fasic), 1999. 313 p.

COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional*. O poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 251 p.

*DESAPARECIDOS, La Coordinación Represiva*. Montevideo: Secretaria de Direitos Humanos da Plenária Intersindical de Trabalhadores / Convenção Nacional dos Trabalhadores (PIT-CNT), 1998. 111 p.

DINGES, John. *Os Anos do Condor*. Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 445 p.

DORFMAN, Ariel. *O Longo Adeus a Pinochet*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 198 p.

DUHALDE, Eduardo Luis. *El Estado Terrorista Argentino*. Quince años después, una mirada crítica. Buenos Aires: Eudeba, 1999. 403 p.

ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria da Segurança Pública. Certidão nº 409/78, f. 22 e verso, no livro de ocorrências 28/78 da Delegacia de Polícia Civil de Santa Vitória do Palmar. Santa Vitória do Palmar, 11 abr. 1978.

GASPARINI, Juan. *Montoneros*. Final de cuentas. 2. ed. La Plata: De la Campana, 2005. 320 p.

GILL, Lesley. *Escuela de las Américas*. Entrenamiento militar, violencia política e impunidad en las Américas. Santiago: LOM, 2005. 348 p.

GIUSSANI, Pablo. *Montoneros – La Soberbia Armada*. Buenos Aires: Sudamericana, 2003. 256 p.

GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 380 p.

GOÑI, Uki. *Astiz, el infiltrado*. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 1996. 219 p.

HABEGGER, Florinda. *Telegrama enviado a el Presidente del Brasil el 23-8-78*. (Telegrama para Ernesto Geisel).

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 336 p.

IML - Instituto Médico Legal de Rio Grande. Auto de Necropsia nº 043/78. 12 abr. 1978.

ITÁLIA. Procuradoria da República. Tribunal de Justiça de Roma. Procedimento Penal nº 8.823/99. Investigación sobre a Operação Condor. Roma, 21 maio 2001.

ITURRA, Jorge Montealegre. *Frazadas del Estadio Nacional*. Santiago de Chile: LOM, 2003. 180 p.

KIMEL, Eduardo. *La Masacre de San Patricio*. 2. ed. Buenos Aires: Lohlé-Lumen, 1995. 156 p.

LA JUNTA Militar tiene el poder total, afirmó el titular del Tercer Cuerpo. Buenos Aires, *Clarín*, 26 abr. 1981.

LIPPE, Stuart. *Disappearance of Argentine Priest Jorge Adur from Porto Alegre*. United States Government Memorandum. 01 jul. 1983. Documento desclasificado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos.

MAHSKIN, Valentin. *Operación Cóndor*. Su rastro sangriento. Buenos Aires: Cartago, 1985. 153 p.

MARCOS, Patricia Mayorga. *El Cóndor Negro*. El atentado a Bernardo Leighton. Santiago de Chile: El Mercurio-Aguilar, 2003. 238 p.

MARIANO, Nilson. *As Garras do Condor*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. 324 p.

\_\_\_\_\_. *Operación Cóndor*. Terrorismo de Estado en el Cono Sur. Buenos Aires: Lohlé-Lumen, 1998. 186 p.



MARTORELL, Francisco. *Operación Cóndor – El Vuelo de la Muerte*. Santiago de Chile: LOM, 1999. 247 p.

MENEZES, Alfredo da Mota. *A Herança de Stroessner: Brasil-Paraguai 1955-1980*. Campinas: Papyrus, 1987. 186 p.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo*. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Boitempo, 1999. 650 p.

MORTE em surdina. São Paulo, Abril, *Veja*, 16 jun. 1978. p. 25.

*NUNCA Más – Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (Conadep). 19. ed. Buenos Aires: Eudeba, 1995. 492 p.

*NUNCA Más en Chile*. 2. ed. Santiago de Chile: LOM, 1999. 231 p.

O'DONNELL, Guillermo. *Contrapuntos*. Ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización. 2. ed. Buenos Aires/Barcelona/México: Paidós, 2004. 360 p.

*OPERATIVO Cóndor – Terrorismo y Genocidio*. Relatório que contém o processo judicial movido por Garzón. Santiago: Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas (Fasic), 1999.

ORSOLINI, Mario. *Montoneros, sus proyectos y sus planes*. Buenos Aires: Circulo Militar/Biblioteca del Oficial, 1989. 121 p.

PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay...Terror de Estado e Segurança Nacional – Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese, Doutorado em História – UFRGS. Porto Alegre, 2005.

PALMAR, Aluízio. *Onde Foi Que Enterraram Nossos Mortos?* Curitiba: Travessa, 2005. 366 p.

PASO DE LOS LIBRES. Juzgado Federal. Poder Judicial de la Nación. Depoimento de Claudia Olga Allegrini. nº. 631. Paso de los Libres, jun. 2005.

PAZ, Alfredo Boccia (et. all). *En los Sótanos de los Generales. Los documentos ocultos del Operativo Condor*. Assunção: Expolibro/Servilibro, 2002. 360 p.

PAZ, Alfredo Boccia; GONZÁLEZ, Myrian Angélica; AGUILAR, Rosa Palau. *Es mi informe*. Los archivos secretos de la Policía de Stroessner. 4. ed. Asunción: Centro de Documentación y Estudios, 1994. 450 p.

PIUMA, Daniel Rey. *Un Marino Acusa*. Montevideo: Tae, 1994. 234 p.

POLLASTRI, Sergio. *Las Violetas del Paraíso*. Una Historia Montonera. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 2003. 419 p.

RAGENDORFER, Ricardo. *Hasta que la muerte nos separe*. Buenos Aires, *TXT – Revista Textual*, v. 1, n. 23, 22 ago. 2003. p. 21-25.

REINHOLDO pede na TV que a juventude não aceite terror. Porto Alegre, *Zero Hora*, 23 abr. 1971. p. 03.

RODRIGUES, Carlos. Un inocente en el mundo de la tortura. *Página 12*. 28 maio 2006. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-67495-2006-05-28.html>>. Acesso em: 23 jun. 2006.

SABATO, Ernesto. *Antes do Fim*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 165 p.

SAIDON, Gabriela. *La Montonera*. Biografía de Norma Arrostito. Buenos Aires: Sudamericana, 2005. 192 p.

SALAS, Ernesto. *Uturuncos*. El origen de la guerrilla peronista. Buenos Aires: Biblos, 2003. 134 p.

SALES, Dom Eugenio. Carta para Florinda Habegger. Rio de Janeiro, 19 fev. 1979.

SANNEMANN, Gladys Meilinger. *Paraguay en el Operativo Cóndor*. Represión e intercambio clandestino de prisioneros políticos en el Cono Sur. 3. ed. Asunción: A. R., 1994. 200 p.

SEOANE, María; MULEIRO, Vicente. *El Dictador*. La historia secreta y pública de Jorge Rafael Videla. Buenos Aires: Sudamericana, 2001. 639 p.

SIMON G., Jose Luis. *La Dictadura de Stroessner*. 2ª edição. v. 1. Asunción: Comité de Iglesias para Ayudas de Emergencia, 1992. 272 p. (Nunca Más).

SIMON, Julio Hector. Entrevista concedida a Mauro Viale. Programa Anochecer. Canal ATC. Buenos Aires, 01 maio 1995.

SIVAK, Martín. *El Asesinato de Juan José Torres*. Banzer y el Mercosur de la Muerte. Buenos Aires: Pensamiento Nacional, 1998. 251 p.

SOUZA, Percival. *Autópsia do Medo*. Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury. São Paulo: Globo, 2000. 650 p.

TOURAINÉ, Alain. *América Latina – Política y Sociedad*. Madri: Espasa-Calpe, 1989. 516 p.

TROBO, Claudio. *Asesinato de Estado*. ¿Quién mató a Michelini y Gutiérrez Ruiz? Montevideo: Caballo Perdido, 2003. 203 p.

TUCHMAN, Barbara W. *A Prática da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio/Biblioteca do Exército, 1995. 231 p.

URSO, Norberto Pedro. *Mansión Seré*. Un vuelo hacia el horror. Argentina: Ediciones de la Memoria, 2002. 352 p.

URUGUAY *Nunca Más*. 3. ed. Montevideo: Servicio de Paz y Justicia (Serpaj), 1989. 443 p.

VARAS, Florencia; ORREGO, Claudio. *El Caso Letelier*. 3. ed. Chile: Aconcagua, 1990. 171 p.

VERBITSKY, Horacio. *O Vôo*. São Paulo: Globo, 1995. 179 p.

VERDUGO, Patricia. *Como Os EUA Derrubaram Allende*. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 148 p.

VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*. 4. ed. Brasília: UnB, 1998. 285 p.

VIAL, Gonzalo. *Pinochet, la Biografía*. 2. ed. Santiago do Chile: El Mercurio-Aguilar, 2002. 759 p.

WAERN, Carlos Fidel Ramón. Relatório Manuscrito sobre Repressão. Paso de los Libres [?], s.d. 7p.

ZACARIAS, Alfredo. Un ex militar reveló secuestros y torturas en Paso de los Libres. *Clarín*. 20 maio 2005. Disponível em: <<http://www.clarin.com/diario/2005/05/20/elpais/p-01701.htm>>. Acesso em jun. 2005.

ZAMORANO, Eduardo. *Peronistas revolucionarios*. Un análisis político del apogeo y crisis de la organización Montoneros. Buenos Aires: Distal, 2005. 256 p.

ZUKER, Cristina. *El Tren de la Victoria – Una saga familiar*. Buenos Aires: Sudamericana, 2003. 296 p.

## **ANEXOS**

**ANEXO 1**

Justiça Federal da Argentina investiga desaparecimento de Montoneros, incluindo os seqüestrados no Brasil.

421

0

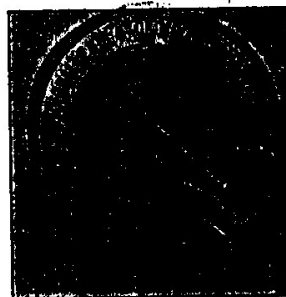
*Poder Judicial de la Nación*

*Juzg Nac Crim Correc Fed*

*Nº 11- Sec Nº 21*

*Comodoro Py 2002, 4º piso, Cap.*

**CF**



28 - P - 99

**FECHA DE RECEPCIÓN EN NOTIFICACIONES:**

**SR.: DRA. INES PÉREZ SUAREZ, (SUBSECRETARIA DE DERECHOS HUMANOS DEL MINISTERIO DEL INTERIOR)**

**DOMICILIO: 25 DE MAYO 101**

**CONSTITUIDO  
TIPO DE DOMICILIO**

**CARÁCTER: URGENTE, NOTIFICAR EN EL DIA. -**

L.C.

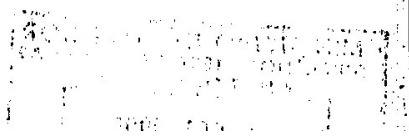
Nº de orden	Expte.	Zona	Juzgado	Secretaría	Copias	Personal	Observ.
3	6859/98	140	11	21	NO	NO	NO

Hágole saber que en los autos caratulados: "GENOUD, JULIO C., CABIGLIA, VERONICA Y BENITEZ, JORGE S/PRIVACION ILEGAL DE LA LIBERTAD", se ha dictado la siguiente resolución; ///nos Aires, 27 de septiembre de 1999.-...Sin perjuicio de ello, requiérase a dicha Subsecretaría la remisión de dicho legajo (C.O.N.A.D.E.P. Nº 00992, Viñas, Lorenzo I.) a esta sede, con carácter de muy urgente.- Notifíquese mediante sendas cédulas de carácter urgente.- FDO: Claudio Bonadio, Juez Federal. Ante mí: Alicia Vence, Secretaria Federal.

**QUEDA UD. LEGALMENTE NOTIFICADO.-**

*Alicia Vence*  
ALICIA VENCE  
SECRETARIA FEDERAL

SECRETARIA FEDERAL  
CRIM. y CORREC. Nº 11  
SECRETARIA Nº 21



**ANEXO 2**

Conadep, da Argentina, reconheceu o seqüestro-desaparecimento de Montoneros.

///TIFICQ; En cuanto ha lugar por denecho que junto a la nota que luce a fs. 23, se receptionaron copias certificadas por la Subsecretaria de Derechos Humanos los siguientes legajos CONADER:

- 1) Nro. 00092 de Lorenzo I. Viñas.
- 2) Nro. 002091 de Ernesto E. Ferre Cardozo.
- 3) Nro. 003636 de Horacio D. Campiglia.
- 4) Nro. 006204 de Matilde Adela Rodríguez Carbajal.
- 5) Nro. 00298 de Julio Cesar Genoud.
- 6) Nro. 006203 de Angel Carbajal.
- 7) Nro. 004577 de Marta E. Libenson.
- 8) Nro. 01951 de Angel Servando Benitez.
- 9) Nro. 004592 de Angel Horacio Garcia.
- 10) Nro. 005311 de Ricardo M. Zucker.
- 11) Nro. 01924 de Jorge Oscar Benitez.
- 12) Nro. 00986 de Maria Verónica Clavilla.
- 13) Nro. 00400 de Jorge Oscar Adur.
- 14) Nro. 00619 de Edgardo I. Binstock.
- 15) Nro. 00950 de Hugo C. Biangirolli.

Acto seguido me constituí por ante la Secretaría general de la Excelentísima Cámara Nacional de Apelaciones del Fuero, en donde me fue informado que en la causa Nro. 13 caratulada "Causa originariamente instruida por el Consejo Supremo de la Fuerza Armada, en cumplimiento con el decreto Nro. 158/83 del PEN" tramitada por ante ese Tribunal se encuentran acoralladas fotocopias certificadas de la causa Nro. 18.029 correspondiente al Juzgado Nacional en lo Criminal de Instrucción Nro. 15, Secretaría Nro. 144. la cual se investigara la privación



**ANEXO 3**

Justiça Argentina confirmou o seqüestro de Horacio Campiglia e Mónica Susana Pinus de Binstock no Rio de Janeiro.

### LA MATERIA EN CUESTIÓN Y LA NATURALEZA DEL CASO

**Los hechos:** Específicamente, la rogatoria que aquí se formula tiene como finalidad esclarecer las detenciones sufridas por Horacio Domingo Campiglia y Mónica Susana Pinus de Binstock en territorio de la República Federativa del Brasil.

Campiglia y Pinus de Binstock viajaban en el vuelo de VIASA N° 344 con destino Panamá/Caracas/Río de Janeiro que salió de origen el día martes 11 de marzo de 1980 y fueron vistos por última vez en el aeropuerto Galeao de Río de Janeiro, República Federativa del Brasil donde fueron secuestrados, presumiblemente por militares argentinos.

Dicha información surge del recurso de *habeas corpus* interpuesto a favor de los nombrados el día 7 de febrero de 1983, también de los testimonios aportados por familiares de las víctimas ante la Comisión Nacional sobre Desaparición de Personas (CONADEP), organismo estatal que al restaurarse la democracia en la Argentina cumplió la función de reunir toda la información concerniente a la desaparición forzada de personas durante la dictadura militar a fin de crear una base de datos que permita obtener la verdad de los hechos ocurridos y encontrar los cadáveres de las mismas.

Las evidencias señaladas se complementan fundamentalmente con testimonios de personas que durante la dictadura militar estuvieron detenidas desaparecidas y posteriormente liberadas, que señalan que tanto Horacio Domingo Campiglia como Mónica Susana Pinus de Binstock estuvieron detenidos en un centro de detención clandestino en nuestro país dependiente del Batallón de Inteligencia 601 del Ejército Argentino.

En fin, estas resultan ser las circunstancias más relevantes de los hechos investigados en cuanto se relaciona con este pedido de asistencia jurídica. Pero también es objeto de la presente investigación las posibles torturas a las que habrían sido sometidas las víctimas y su posterior asesinato.

Por último, este proceso también se ha formado con la finalidad de que los familiares de las víctimas hagan realidad su derecho de saber la verdad y ubicar los cadáveres para honrarlos y darles sepultura conforme a sus creencias.

**Las ofensas:** Se investiga el secuestro, privación ilegal de la libertad, tortura, vejaciones, tormentos, suplicios y homicidio sufridos por Ángel Carbajal, Julio César Genoud, Lía Mariana Ercilia Guagirolí, Verónica María Cabilla, Ernesto Emilio Ferré Cardozo, Miriam Antonio Fuerichs, Raúl Milberg, Ricardo Marcos Zucker, Marta Elina Libenson, Matilde Adela Rodríguez de Carbajal, Horacio Domingo Campiglia, Mónica Susana Pinus de

## **ANEXO 4**

O organograma do Batalhão de Inteligência 601 (B. 601), de Buenos Aires, o ramal da Operação Condor na Argentina.

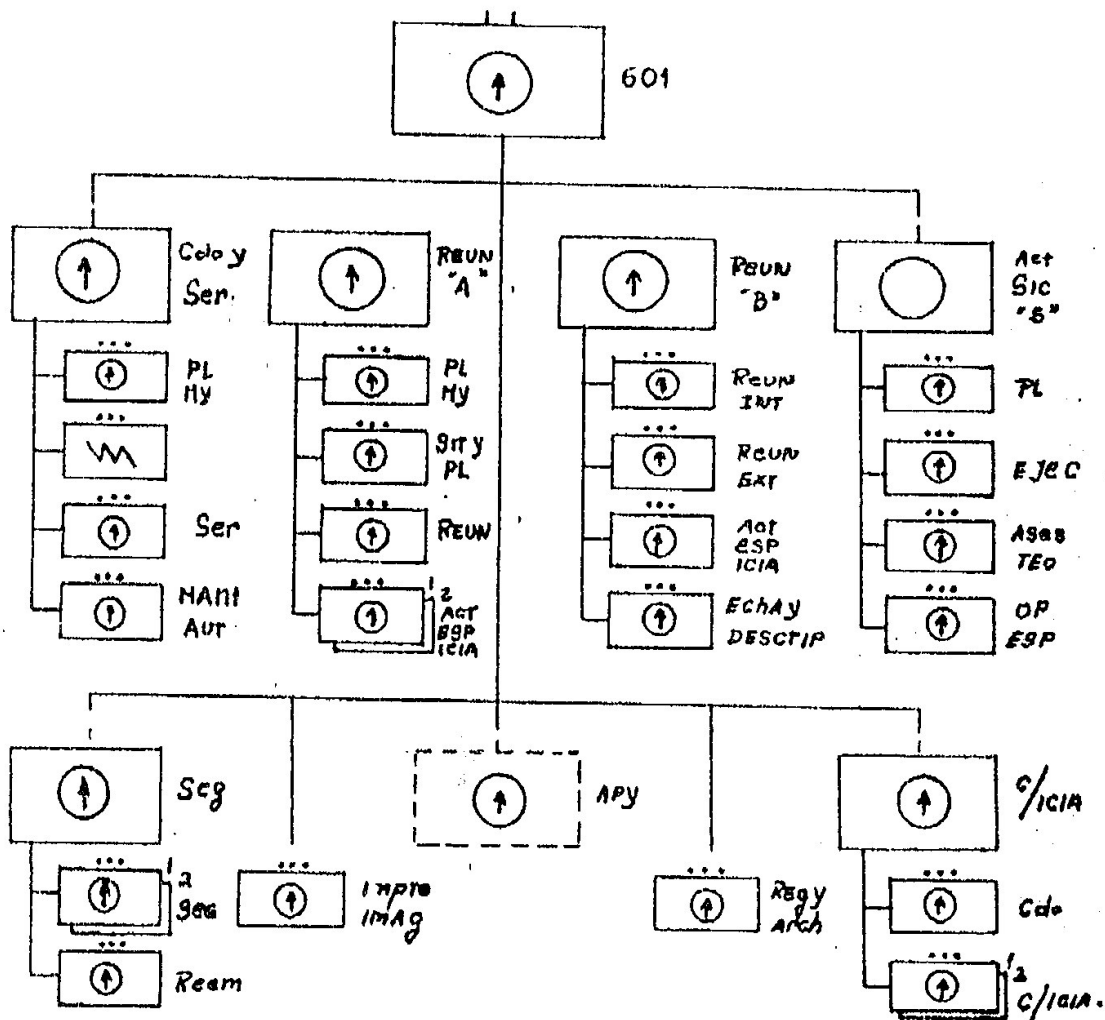
CONFIDENCIAL

2411  
4

Este documento tiene clasificación de seguridad, es parte del secreto militar y su divulgación está penada por los Artículos 69, 70, 71 y 72 del Código Penal y 1, 2 y 3 de la Ley 17.127 del 27 de Julio de 1968.

# BATALLON DE INTELIGENCIA 601

AÑO



CONFIDENCIAL

7

## **ANEXO 5**

Repressão formou os Grupos de Tarefas (GTs) para perseguir refugiados políticos.

USO OFICIAL

*[Signature]*  
Poder Judicial de la Nación

*[Signature]*

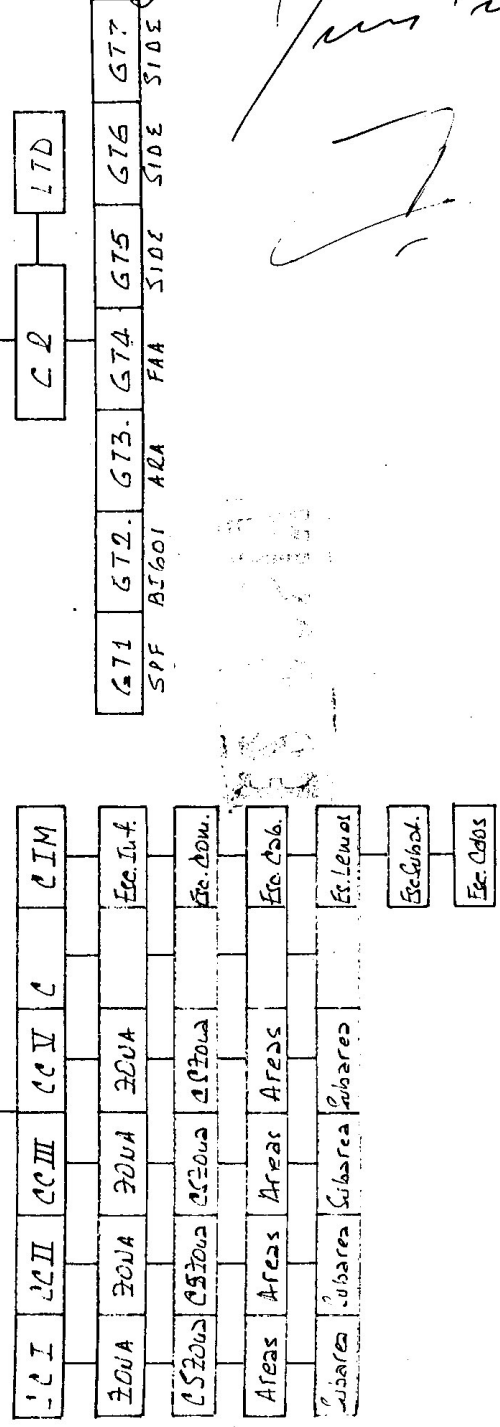
1302

1989



CEE

EMGE



**ANEXO 6**

Informe secreto do Batalhão 601 revela o ingresso de Montoneros no território brasileiro.

**ESTRICTAMENTE CONFIDENCIAL  
Y SECRETO**

**ASUNTO: SITUACION DE LA BDT MONTONEROS AL 1MAR80**

**- SITUACION**

A raíz del hallazgo de armamento depositado por miembros de la bdt en guardamuebles de Capital Federal, se realizaron procedimientos en este tipo de establecimientos dentro del área de la zona IV, lográndose detectar un nuevo depósito de armamento sobre el que se estableció vigilancia. Como resultado de la misma se procedió a la detención de un DT en circunstancias en que ingresaba a retirar dicho armamento.

El accionar de Inteligencia en base a la información po seída permitió determinar:

- 1-) que las actividades de los miembros de la BDT recomenzarían en el mes de marzo de 1980.
- 2-) que los miembros de la BDT que las efectuarían debían ingresar al país desde el exterior.
- 3-) que se aprovecharía para ello el reingreso al país del caudal turístico veraniego.

4-) que la doctrina de la BDT respecto del problema del ingreso de sus elementos al país la utilización de los vuelos intercontinentales y el consiguiente ingreso por aeropuertos internacionales ó de cabotaje por los siguientes elementos: no consideran confiables sus Pasaportes apócrifos para su utilización en el ingreso a Argentina, consideran más peligroso el ingreso por estos puntos en función de su mayor posibilidad de control y "marcación" por medio de un miembro de la BDT que haya sido previamente detenido, o por medio del empleo de los medios tales como el DIGICOM. Por lo tanto las vías de ingreso quedaban reducidas a los medios terrestres desde países limítrofes, en particular Brasil, por cualquiera de sus fronteras, Paraguay, por todas sus fronteras terrestres, Chile, en particular por Mendoza y Bariloche y Uruguay, aconsejado solamente en el ingreso para los elementos no muy conocidos en la zona de la Capital Federal.

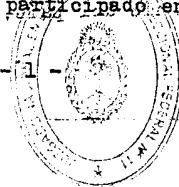
En base al análisis de la información anteriormente mencionada se decide efectuar vigilancia en los puntos de arribo de los transportes provenientes de dichos países o de puntos fronterizos, dando como resultado la detención de tres DDTT.

**- DESARROLLO:**

**a. Bajás producidas a la BDT**

1) (NG) ENRIQUE o QUIQUE, (NL) ANGEL CARBAJAL, nivel: teniente, funcionaba en el grupo TEI a asentarse en la zona IV, fue detenido el 21 FEB 80 en el guardamuebles sobre el que se había montado la vigilancia. Fue militante sindical de la JP en el gremio CTERA de San Rafael (Mendoza) en el período 1973/75. Fue detenido y puesto a disposición del PEN en 1975. Salio opcionado a España en 1978, donde fue reclutado por la BDT. Hizo el curso de TEI en el Líbano en ABR 79 hasta MAY 79. Luego funcionó en el grupo TEI n°1, habiendo participado en el atentado contra el Dr. /

**NO DEJUNDIR**



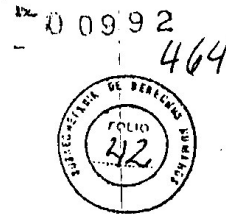
HERNAN SCHAPIRO  
SECRETARIO

CERTIFICO QUE LA PRESENTE  
ES COPIA FIEL DE SU ORIGINAL



**ANEXO 7**

Expediente sobre o seqüestro de Lorenzo Ismael Viñas na fronteira com o Rio Grande do Sul.



# Ministerio del Interior

## Subsecretaría de Derechos Humanos y Sociales

Moreno 711 - 2do. piso - (1091) Buenos Aires  
tel. 331-8896 \* Fax (54)(1) 343-2326 Argentina

continuación

**LORENZO ISMAEL VIÑAS**

Fecha de nacimiento : 20 / 06 / 55

Nombre del Padre : Boris David Viñas

Nombre de la Madre : María Adelaida Gigli

Lugar de nacimiento : Capital Federal

Profesión : Estudiante universitario

Estado Civil : Casado con Claudia Olga Ramona Allegrini, una hija María Paula Viñas

Circunstancias de la Desaparición : Legajo de CONADEP nro. 992. Desaparece el 26 de junio de 1980 en Paso de los Libres-Uruguayana, cuando viajaba rumbo a Río de Janeiro con el nombre de Néstor Manuel Ayala, número de documento DNI. 10.835.726, en la Empresa Pluna, coche nro. 7825, nro. de pasaje 93.034, nro. de asiento 11.

ES COPIA FIEL DEL  
CONTENIDO DEL LEGAJIO  
CONADEP

MARÍA JULIA BIHORRIET  
Suos de Derechos Humanos  
y Sociales

## **ANEXO 8**

Interpol buscou repressor do Batalhão 601, Claudio Scagliusi, que morava na Espanha.

NOV. 2002 13:03

00 34 915822980

Nº3983 P. 1



Ministerio del Interior  
DIRECCION GENERAL DE LA POLICIA  
Comisaría General de Policía Judicial  
Servicio de Interpol



INTERPOL MADRID

TELEFAX

FECHA 29 de noviembre de 2002

• INTERPOL BUENOS AIRES // ARGENTINA

DE: SERVICIO DE INTERPOL  
Teléfono: 91.582.29.44; Fax: 91.582.29.80.

Nº PAGINAS, incluida cubierta: 22

NRF: EXPTE EXTRA 536/10/MS/87224/8  
SRF: 2711/01/UDI/G9/AFFA

En relación con lo solicitado en el mensaje de su referencia de fecha 27/11/02, relativo al llamado Claudio Gustavo SCAGLIUSI, adjunto se remite copia de Auto de fecha 09/07/02 de la Sección Primera Penal de la Audiencia Nacional en el que se acuerda la extradición del citado reclamado a sus Autoridades.

D.G.P. 14-020

EL COMISARIO JEFE

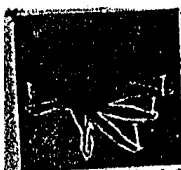


*W. SANCHEZ*

COMISARIA GENERAL DE LA POLICIA JUDICIAL		SERVICIO DE INTERPOL	
BUSCADO EN LA BASE DE DATOS	FECHA	RECEPCION	FECHA
_____	_____	29-11-02	11/11
PCID	02711/01	TRAMITE LETRA	E/Nº 9426
DIVISION	9	OBSERVACIONES	
CABINETE	_____	_____	

## **ANEXO 9**

Anistia Internacional cobrou providências de autoridades brasileiras sobre o seqüestro de Montoneros.



amnesty international

## campaign for the abolition of torture

International Secretariat  
10 Southampton Street  
London WC2E 7HF England  
Telephone: 01-836 7788  
Telegrams: Amnesty London  
Telex: 28502

**URGENT ACTION**

AMR 19/13/78

Amnesty International opposes by all appropriate means the imposition and infliction of death penalties and torture or other cruel, inhuman or degrading treatment or punishment of prisoners or other detained or restricted persons whether or not they have used or advocated violence.

1 September 1978

UAG 135/78

### Disappearance

BRAZIL/Argentina: Norberto H. BEGGER and three others

Norberto Begger, an Argentinian writer and journalist, was abducted in the transit lounge of Rio de Janeiro airport together with three others, between 3 and 7 August 1978. Sr Begger, who was apparently travelling on a false passport in the name of Hector Esteva, <sup>ESTIVA, CESAR</sup> left Mexico City on 30 July and was last heard of on 3 August, when he telephoned his wife in Mexico. He was apparently due to embark on a flight to Madrid when he was arrested by Brazilian security police.

The Brazilian government has so far not issued any statement on the arrest. The arrest may be connected with allegations that Sr Begger is a member of the Movimento Peronista Montonero (an Argentinian political party formed of the left wing of the Peronist movement, some of whose members formed the guerrilla organization Montoneros).

Nothing is known of the other three detained at the same time.

It is possible that the four are being held incommunicado at Rio's federal police headquarters. However, as so much time has elapsed since the arrest, it is also possible that he (or they) may have been sent back to Argentina.

Argentinian security forces appear to cooperate closely with the security forces of neighbouring countries and even to operate inside Paraguay and Uruguay; however, there have been few reports of such operations in Brazil.

**RECOMMENDED ACTIONS:** Telegrams/express letters/letters to the Brazilian authorities asking for information on the present whereabouts and situation of the four and seeking assurances that no one will be handed over to the Argentinian security forces, as the physical safety of those persecuted for their political beliefs cannot be guaranteed by the present government of Argentina.

Please ask journalists to appeal on behalf of Sr Begger.

### Appeals to:

Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores,  
Sr. Chanceler Antonio Azeredo da Silveira,  
Ministerio das Relações Exteriores, Itamaraty,  
Esplanada dos Ministerios,  
70.000 Brasilia, DF, Brazil.

Exmo. Sr. Ministro da Justiça do Brasil,  
Sr. Armando Falção  
Ministerio da Justiça,  
Esplanada dos Ministerios, bloco/b,  
70.000 Brasilia, DF, Brazil.

Exmo. Sr. Chefe,  
Departamento de Polícia Federal,  
Sr. Eduardo Henrique,  
Avenida Rodrigues Alves, 1,  
Pc 71.100,  
20.000 Rio de Janeiro, RJ, Brazil.

Please turn over

**ANEXO 10**

Jornais noticiaram o que chamaram de tráfico de prisioneiros políticos no Cone Sul.

# UNOMÁS UNO

méxico, d.f., viernes 18 de agosto de 1978 / año 1 / 274 / director general: manuel becerra acosta

## El periodista argentino Habegger, arrestado y "desaparecido" en Río

► Es miembro de los Montoneros

ROMA, 17 de agosto (IPS). — El escritor y periodista argentino Norberto Habegger, miembro del Consejo Superior del Movimiento Peronista Montonero (MPM), fue arrestado la semana pasada en Río de Janeiro y se halla "desaparecido", anunció hoy aquí la oficina de prensa del MPM.

El comunicado del MPM señaló que Habegger, ex subdirector del diario *Noticias* de Buenos Aires y destacado periodista de la revista *Panorama*, residía en Argentina a pesar de la represión contra su organización política, y se hallaba en Brasil de paso en el momento de su detención.

Habegger, identificado actualmente como uno de los principales dirigentes de la resistencia al régimen militar, fue secretario general de la Juventud del Partido Demócrata

Cristiano, y se incorporó a las filas del peronismo hace diez años.

Destacado escritor, Habegger publicó un extenso análisis de la experiencia política del sacerdote guerrillero Camilo Torres, así como de la evolución ideológica de los militantes cristianos en América Latina.

Entre tanto, en la ciudad de México, la oficina de prensa del MPM señaló el peligro de que el periodista Habegger sea entregado a los militares argentinos por sus colegas brasileños. Recordó que ya en reiteradas oportunidades se ha producido un verdadero "tráfico de prisioneros políticos" entre los gobiernos dictatoriales de América del Sur.

Finalmente, la Federación Latinoamericana de Periodistas (Felap), emitió un comunicado en el que llamó a todas sus organizaciones miembros a movilizarse para salvar la vida de Habegger.

Genaro Carrero Checa, secretario general de la Felap, informó que su organización se comunicó ya con la Asociación de Periodistas Brasileños, para que adopte las medidas de emergencia necesarias.

## unomásuno

### Tráfico de prisioneros políticos en Sudamérica

El arresto del periodista argentino Norberto Habegger en Río de Janeiro, reaviva, una vez más, un profundo sentimiento de repudio a la práctica de intercambiar prisioneros políticos adoptada por los regímenes del Cono Sur.

Casos como el del periodista uruguayo Rodríguez Larreta, secuestrado en Buenos Aires y enviado a Montevideo; como el del ex diputado argentino Jaime Ori, arrestado en Montevideo y entregado a los militares argentinos; o como el del dirigente chileno Enriquez, detenido en Buenos Aires y trasladado a Chile, se cuentan entre muchos otros.

Y el secuestro — o su procedimiento equivalente, arresto y "desaparición" —, forma parte junto con el crimen teleguiado, al estilo de los asesinatos de Orlando Letelier, Juan José Torres, Carlos Prats, o los legisladores uruguayos Michelini y Ruiz, de toda una política de exterminio contra los militantes latinoamericanos que resisten a las dictaduras.

Sin embargo, en este caso en particular la noticia presenta características que no pasan inadvertidas: el arresto y la posterior "desaparición" de Habegger, se han producido en Brasil. Y es un hecho objetivo, al menos hasta el momento en que se produjo este caso, el que indicaba que el tráfico de prisioneros se producía fundamentalmente entre Argentina, Uruguay y Chile. Brasil se abstenía de este tipo de acciones clandestinas.

En Brasil residen miles de exiliados argentinos y uruguayos, tolerados desde hace varios años en condición de que no intervengan en la política interna del país. Y esto, que puede considerarse contradictorio con las tradicionales políticas represivas de los militares derechistas, al menos ha demostrado una determinada flexibilidad que es coherente con los anuncios de apertura democrática.

Ahora, sin embargo, la "desaparición" de Habegger no sólo alerta sobre una probable agudización de acciones represivas en Brasil, sino que afecta la credibilidad en torno al proceso de democratización y, lo que es más grave, crea incertidumbre en torno a la posibilidad de que se haya incorporado a la lista de quienes trafican prisioneros políticos permanentes.



